

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Feiras como circuitos curtos de comercialização: um olhar sobre experiências  
na Zona da Mata Mineira**

Isabela Fredes de Freitas  
*Magister Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**ISABELA FREDES DE FREITAS**

**Feiras como circuitos curtos de comercialização: um olhar sobre experiências  
na Zona da Mata Mineira**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Bianca A. Lima Costa

Coorientadores: Liandra Peres Caldasso  
Eduardo Guatimosim

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F866f Freitas, Isabela Fredes de, 1999-  
2025 Feiras como circuitos curtos de comercialização: um olhar sobre experiências na Zona da Mata Mineira / Isabela Fredes de Freitas. – Viçosa, MG, 2025.  
1 dissertação eletrônica (190 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Bianca Aparecida Lima Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Solos, 2025.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.333>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Feiras - Zona da Mata (MG : Mesorregião).
2. Agricultura familiar - Zona da Mata (MG : Mesorregião).
3. Produtos agrícolas - Comercialização cooperativa. 4. Mulheres na agricultura. I. Costa, Bianca Aparecida Lima, 1980-.
- II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Solos. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia. III. Título.

CDD 22. ed. 381.18098151

**ISABELA FREDES DE FREITAS**

**Feiras como circuitos curtos de comercialização: um olhar sobre experiências na Zona da Mata Mineira**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 19 de fevereiro de 2025.

Assentimento:

---

Isabela Fredes de Freitas  
Autora

---

Bianca Aparecida Lima Costa  
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 10/06/2025 às 09:47:02 e pela orientadora em 10/06/2025 às 10:24:55. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **NOKF.G2FK.FP9E** e clique no botão 'Validar documento'.

***A minha mãe,  
a minha avó (in memoriam),  
a minha sobrinha,  
e a todas aquelas e aqueles que me protegem  
e que guiam o meu caminho.***

## AGRADECIMENTOS

### PESSOAIS

A "Ponto de Equilíbrio", minha família em Viçosa, Nayara Cristina Pereira e Gabs Nascimento dos Reis, por me segurarem nos momentos difíceis, serem acalanto e fortaleza, e celebrarem comigo nas pequenas conquistas diárias.

Aos meus pais, Claudia Regina Fredes e Jairo Freitas de Freitas, por terem me criado com dedicação e amor, e ajudado a construir a mulher que eu sou hoje. Ao meu irmão, Yuri Fredes de Freitas, por sempre estar conectado comigo em pensamento, e deixar meus dias mais alegres com as *selfies* rotineiras. Obrigada, família, por serem minha base para todas as horas, por se mostrarem presentes na minha vida, mesmo a mais de dois mil quilômetros de distância física. Por me incentivarem a ir atrás dos meus sonhos e a estudar. Essa conquista também é de e para vocês!!!

Ao meu amor, Hiuri Negreiros de Albuquerque, por ser meu parceiro de vida e o meu "amo", por toda paciência e cuidado comigo. Tenho muita sorte de te ter ao meu lado!

Ao meu padrasto, companheiro de prosa para todos as horas, Renato Rodrigues da Silva. Ao meu irmão emprestado, disponível em todos os momentos para conversas filosóficas e profundas sobre a vida, Gregory Bom da Silva.

Ao meu cunhado, Filipe Castro Alves Wessely, por todas as fofocas, conversas e trocas (*"desse jeito, ai, olha"*).

A Karolina Kuhn Würdig por caminhar comigo durante todos estes processos de me tornar eu mesma.

A toda equipe do projeto "Agroecologia e sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos", Sashia Cristina dos Santos, Paola Santana Castro Pimentel, Diogo Vieira Cabral, Matheus Nascimento e Bianca Aparecida Lima Costa. Vocês tornaram todo o processo da pesquisa muito mais prazeroso e alegre.

A todas as pessoas que compõem, ou já compuseram a ITCP-UFV, em especial a Camila Teixeira, Diogo Vieira Cabral, Kallaz Pimentel, Mariana

Paiva, Matheus Augusto Ferreira Galdino, Paola Santana Castro Pimentel, Sashia Cristina dos Santos, Taylene da Costa Balbino pelo auxílio na coleta dos dados. Ao colega, Arthur Prado Barboza, pelo auxílio na organização dos dados quantitativos.

A todas(os) as(os) agricultoras(es) familiares e feirantes das experiências analisadas pela oportunidade de aprendizado e trabalho.

Por fim, mas não menos especial, a minha orientadora, Bianca Aparecida Lima Costa, por todas as oportunidades e caminhos abertos que me proporcionou e proporciona, pela dedicação e orientação cuidadosa e humanizada.

## **INSTITUCIONAIS**

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV) e ao Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Sistemas Agroalimentares e Agroecologia (Gessa).

Ao Polo Agroecológico de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira e ao Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (Ecoa).

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e ao Grupo de Trabalho em Economia Solidária e Agroecologia.

Ao Fórum Regional de Economia Solidária da Zona da Mata Mineira.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (Sintraf) de Espera Feliz.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (Coopaf) de Muriaé.

A Associação Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânico (Mogico) de Juiz de Fora.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“Eu vim do corpo da minha mãe,  
Ela me deu semente boa  
Nutre meu corpo  
Se espalha em bênçãos  
Sou plantadeira de semente boa”  
(Isadora Canto)

“A terra, ela é sagrada,  
Nas mãos de quem trabalha a terra,  
Suor, vida, trabalho e terra  
O direito a terra,  
É de quem trabalha”  
(Rubinho do Vale)

## RESUMO

FREITAS, Isabela Fredes de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2025. **Feiras como circuitos curtos de comercialização: um olhar sobre experiências na Zona da Mata Mineira.** Orientadora: Bianca Aparecida Lima Costa. Coorientadores: Liandra Peres Caldasso e Eduardo Guatimosim.

O foco principal da pesquisa é analisar circuitos curtos de comercialização da Zona da Mata Mineira com intuito de compreender os processos organizativos destas experiências, a caracterização socioeconômica e produtiva dos(as) agricultores familiares(as) e a participação das mulheres nestas iniciativas. As feiras estudadas são denominadas livres, agroecológicas, orgânicas, da agricultura familiar e da economia solidária e acontecem, semanalmente, nos municípios de Divino, Espera Feliz, Juiz de Fora, Muriaé, Paula Cândido e Viçosa, no território de abrangência do Polo Agroecológico de Produção Orgânica (Lei estadual N° 23.207 de 27 de dezembro de 2018). Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa foram a aplicação de questionários estruturados com feirantes e entrevistas semiestruturadas com lideranças das seis experiências. Entre os principais resultados, foram identificados os distintos processos sociais que conformam e organizam um circuito curto de comercialização. Os arranjos institucionais presentes nessas localidades contribuem para construir os princípios de cada iniciativa. Constatou-se uma diversidade expressiva de produtos, assim como a presença marcante da produção de base agroecológica nas feiras. Foram identificados os 13 diferentes principais canais de comercialização para o escoamento da produção e sete distintas formas de precificação adotadas pelas(os) agricultoras(es). As mulheres representam 60,3% das pessoas que compõem as seis feiras analisadas. Elas estão em todos os espaços de trabalho na unidade familiar e produtiva sem ou com a presença dos homens seja no plantio, no roçado, na adubação, na colheita ou guardando sementes. Por outro lado, são as responsáveis majoritariamente pelos trabalhos de cuidado com a casa, crianças, doentes e idosos. Também se verificou o acesso limitado das mulheres às políticas públicas e processos formativos. O estudo sugere que é necessário o fortalecimento destes espaços, principalmente em relação à assistência técnica e extensão rural de base agroecológica, bem como pelo incentivo do poder público ao acesso democrático de alimentos locais.

Palavras-chave: organização coletiva de espaços de comercialização; Diversidade produtiva; Produção Agroecológica; Economia Feminista; Protagonismo das mulheres agricultoras

## ABSTRACT

FREITAS, Isabela Fredes de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2025. **Fairs as short food supply chains: a look at experiences in Zona da Mata Mineira.** Adviser: Bianca Aparecida Lima Costa. Co-advisers: Liandra Peres Caldasso and Eduardo Guatimosim.

The main focus of the research is to analyze short food supply chains in the Zona da Mata Mineira region in order to understand the organizational processes of these experiences, the socioeconomic and productive characteristics of family farmers, and the participation of women in these initiatives. The fairs studied are called free, agroecological, organic, family farming and solidarity economy and take place weekly in the municipalities of Divino, Espera Feliz, Juiz de Fora, Muriaé, Paula Cândido and Viçosa, within the scope of the Agroecological Pole of Organic Production (State Law No. 23,207 of December 27, 2018). The methodological procedures adopted in the research were the application of structured questionnaires with market vendors and semi-structured interviews with leaders of the six experiences. Among the main results, the distinct social processes that shape and organize a short marketing circuit were identified. The institutional arrangements present in these locations contribute to building the principles of each initiative. A significant diversity of products was observed, as well as a strong presence of agroecological production. Thirteen different main marketing channels for the flow of production and seven different pricing methods adopted by farmers were identified. Women represent 60.3% of the people who make up the six markets analyzed. They are present in all work spaces in the family and production unit, with or without the presence of men, whether planting, clearing, fertilizing, harvesting or storing seeds. On the other hand, they are mainly responsible for the work of caring for the home, children, the sick and the elderly. Women also found limited access to public policies and training processes. The study suggests that it is necessary to strengthen these spaces, especially in relation to technical assistance and rural extension with an agroecological base, as well as by encouraging the government to provide democratic access to local food.

Keywords: Collective creation of marketing spaces; Productive diversity; Agroecological production; Feminist economy; Protagonism of women farmers

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações acerca do número de feirantes e coleta de dados.....	29
Quadro 2 – perfil das lideranças entrevistadas de cada feira.....	34
Quadro 3 – Características das feiras analisadas, de acordo com as respostas das entrevistas .....	41
Quadro 4 - Perfil das lideranças e dados das coletas. ....	85
Quadro 5 – Grupos e categorias de análise, organizadas com o auxílio do Atlas ti.	87
Quadro 6 - Características gerais das feiras e dados da coleta.....	88
Quadro 7 – Motivações para criação das feiras. ....	91
Quadro 8 – Critérios de entrada. ....	97
Quadro 9 – Participação de feirantes na organização das feiras. ....	101
Quadro 10 – Percepção das(os) feirantes acerca da tomada de decisões. ....	101
Quadro 11 – Tempo de participação (em anos) das(os) feirantes em cada Feira.	102
Quadro 12 – Desafios encontrados.....	106
Quadro 13 - Caracterização inicial das(os) participantes da pesquisa.....	124
Quadro 14 – Diversidade de alimentos e produtos comercializados nas feiras. ....	133
Quadro 15 – Média, por feira, de consumidoras(es) fixas(os) e semanais. ....	139
Quadro 16 – Características gerais da coleta de dados e das experiências analisadas. ....	161

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Identificação de lideranças nas feiras analisadas. ....	33
Figura 2 – Categorias de análise das entrevistas com as lideranças.....	38
Figura 3 – Dados agrupados pelas categorias construídas com auxílio do Software Atlas ti. ....	39
Figura 4 – Dados referentes aos feirantes de Divino .....	44
Figura 5 – Feira Livre de Divino. ....	45
Figura 6 – Feira Livre de Divino .....	46
Figura 7 – Feira Livre de Divino .....	47
Figura 8 – Dados referentes aos feirantes da Feira Livre de Espera Feliz.....	49
Figura 9 – Feira Livre de Espera Feliz .....	50
Figura 10 – Feira Livre de Espera Feliz .....	51
Figura 11 – Feira Livre de Espera Feliz .....	52
Figura 12 – Feira Livre de Espera Feliz .....	53
Figura 13 – Dados referentes aos feirantes da Feira Orgânica Mogico .....	55
Figura 14 – Feira Orgânica Mogico.....	56
Figura 15 – Feira Orgânica Mogico.....	57
Figura 16 – Feira Orgânica Mogico .....	58
Figura 17 – Feira Orgânica Mogico .....	58
Figura 18 – Feira Orgânica Mogico.....	59
Figura 19 – Dados referentes aos feirantes da Feira Agroecológica de Muriaé.....	61
Figura 20 – Feira Agroecológica de Muriaé .....	62
Figura 21 – Visita das(os) estudantes de Cooperativismo da UFV e da equipe do Gessa.....	62
Figura 22 – Feira Agroecológica de Muriaé .....	63
Figura 23 – Feira Agroecológica de Muriaé .....	64
Figura 24 – Dados referentes aos feirantes da Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário. ....	66
Figura 25 – Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário ...	67
Figura 26 - Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário ....	67
Figura 27 - Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário ....	68
Figura 28 – Dados referentes aos feirantes da Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido. ....	70

Figura 29 – Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido .	71
Figura 30 – Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido .	71
Figura 31 – Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido .	72
Figura 32. Identificação de lideranças nas feiras analisadas .....	84
Figura 33 – Principais apoiadores/organizadores das feiras livres de Divino (a) e Espera Feliz (b).....	93
Figura 34 – Principais apoiadores/organizadores da Feira Orgânica do Mogico. ....	94
Figura 35 – Principais apoiadores/organizadores da Feira Agroecológica de Muriaé .....	95
Figura 36 – Principais apoiadores/organizadores das Feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar, Quintal Solidário (a) e Paula Cândido (b) .....	96
Figura 37 – Gênero nas feiras analisadas.....	126
Figura 38 – Autodeclaração de raça/etnia nas feiras analisadas. ....	128
Figura 39 – Variações de idade nas feiras analisadas .....	129
Figura 40 – Escolaridade nas feiras analisadas.....	131
Figura 41. Descrição comparativa das atividades agrícolas por gênero, com base nas respostas dos homens e mulheres, no plantio (a), roçado (b), guardando sementes (c), na colheita (d) e na adubação (e).....	165
Figura 42 - Descrição comparativa das atividades por gênero, com base nas respostas dos homens e mulheres, relacionadas a comercialização na feira (a), em outros mercados (b), na tomada de decisões acerca da produção (c) e acerca da renda obtida (d).....	166
Figura 43 – Descrição comparativa das atividades por gênero, com base nas respostas dos homens e mulheres, acerca dos trabalhos de cuidados com a casa (a) e com as crianças e idosos (b) .....	168
Figura 44 – Acesso a políticas públicas específicas para as mulheres (a) e a projetos formativos para as mulheres (b).....	171

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Porcentagem de idade das feirantes.....	163
--	-----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO GERAL .....</b>	<b>15</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>19</b>
<b>2. CAPÍTULO 1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ZONA DA MATA E DO POLO AGROECOLÓGICO .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>27</b>
<b>2.4 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>36</b>
<b>2.5 CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS E DAS(OS) PARTICIPANTES DA PESQUISA.....</b>	<b>41</b>
<i>2.5.1 Feira Livre de Divino .....</i>	<i>43</i>
<i>2.5.2 Feira Livre de Espera Feliz .....</i>	<i>48</i>
<i>2.5.3 Feira Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânico (MOGICO) de Juiz de Fora.....</i>	<i>54</i>
<i>2.5.4 Feira Agroecológica de Muriaé.....</i>	<i>60</i>
<i>2.5.5 Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário em Viçosa .....</i>	<i>65</i>
<i>2.5.6 - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido.....</i>	<i>69</i>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
<b>3. CAPÍTULO 2 – CARACTERÍSTICAS, CRITÉRIOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.....</b>	<b>76</b>
<b>3.1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>3.2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>78</b>
<b>3.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>81</b>
<b>3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>87</b>
<i>3.4.1 Histórico das experiências e motivações para a sua constituição.....</i>	<i>87</i>
<i>3.4.2 Principais apoiadores/organizadores .....</i>	<i>92</i>
<i>3.4.3 Critérios de entrada e participação nas feiras .....</i>	<i>97</i>
<i>3.4.4 Vantagens e desafios da participação nos circuitos curtos de comercialização .....</i>	<i>105</i>
<b>3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>

<b>4. CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA DAS(OS) AGRICULTORAS(ES) FAMILIARES NOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO</b> .....	114
<b>4.1 INTRODUÇÃO</b> .....	115
<b>4.2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	115
<b>4.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	119
<i>4.3.1 Caracterização do território</i> .....	119
<i>4.3.2 Caracterização da pesquisa</i> .....	120
<b>4.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	126
<i>4.4.1 Caracterização socioeconômica</i> .....	126
<i>4.4.2 Acesso à terra e a documentos da agricultura familiar</i> .....	132
<i>4.4.3 Diversidade produtiva, forma de manejo e certificação</i> .....	133
<i>4.4.4 Acesso a outros circuitos de comercialização</i> .....	138
<i>4.4.5 Relações com consumidoras(es)</i> .....	138
<i>4.4.6 Estratégias de precificação</i> .....	140
<i>4.4.7 Vantagens e desafios da produção agroecológica/orgânica</i> .....	142
<b>4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	143
<b>REFERENCIAS</b> .....	144
<b>5. CAPÍTULO 4 - DINÂMICAS DE TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO</b> .....	148
<b>5.1 INTRODUÇÃO</b> .....	148
<b>5.2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	152
<b>5.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	159
<b>5.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	163
<i>5.4.1 Descrição das atividades nas feiras e na unidade familiar</i> .....	165
<i>5.4.2 Acesso a políticas públicas e processos formativos</i> .....	170
<b>5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	174
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	175
<b>ANEXO I – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO – FEIRANTES</b> .....	181
<b>ANEXO II – ROTEIRO ENTREVISTAS – LIDERANÇAS</b> .....	186
<b>ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO</b> .....	188

## 1 INTRODUÇÃO GERAL

Os sistemas agroalimentares englobam os processos de produção, distribuição, circulação, comercialização e consumo de alimentos. O alimento envolve diferentes dimensões da sociedade (sociais, econômicas, ambientais e políticas). Com o passar dos anos, sob o argumento de produzir mais e alimentar o mundo, esses sistemas passaram por mudanças significativas tornando-se cada vez mais especializados e com alta utilização de insumos externos, dando origem ao que se entende atualmente como um sistema agroalimentar convencional (Rover; Darolt, 2021).

Dentre as principais características dos sistemas agroalimentares convencionais estão a produção em larga escala com longos canais distantes espacialmente. As relações são verticalizadas e poucas corporações globais detêm o poder e controle das esferas de produção, comercialização e consumo<sup>1</sup>. As dietas alimentares passaram por processos de padronização para atender grandes mercados e, por consequência, há o estabelecimento de sistemas de produção baseados em monocultivos ou em poucas espécies com uso intensivo de agrotóxicos. Tais fatores contribuem para perda de autonomia das(os) agricultoras(es) e sua baixa remuneração e valorização (Rover; Darolt, 2021).

Embora estes sistemas sejam considerados altamente produtivos, o que é utilizado como justificativa para sua manutenção, os riscos e os impactos gerados por este modelo são também de grande gravidade. A degradação e contaminação intensiva do solo e da água, a perda de biodiversidade nos agroecossistemas, o aumento dos níveis de emissão dos gases de efeito estufa (GEE), a insegurança alimentar e nutricional e a permanência da fome são alguns exemplos destes resultados negativos (IPES-FOOD, 2019).

Os sistemas agroalimentares são responsáveis por 73,7% das emissões brutas de dióxido de carbono no Brasil, principalmente em função da utilização de combustíveis fósseis na produção de fertilizantes químicos e agrotóxicos. As etapas de processamento e consumo utilizam cada vez mais embalagens sintéticas e há um

---

<sup>1</sup> As grandes corporações detêm o controle das sementes (Monsanto, Syngenta, DuPont, Bayer e Dow), dos grãos (Cargill, ADM-Archer Daniels Midland, Bunge, Glencore International e Louis Dreyfus), da fabricação dos produtos processados (PepsiCo, JBS, Tyson Foods, Danone y Nestlé) e dos varejos de comércio (Walmart, Carrefour, Metro Group, Aeon y Tesco) (Shiva, 2017).

distanciamento entre produção e consumo. Além disso, de acordo com a FAO, a agricultura é responsável por 70% do consumo das águas retidas de aquíferos, córregos e lagos (SEEG, 2023).

As(os) agricultoras(es) familiares, especialmente as mulheres, também são prejudicados neste sistema e enfrentam dificuldades de acesso à terra, crédito, suporte técnico e mercados (FAO, 2004). O resultado desse processo é revelado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) que demonstra que 18,6% dos moradores da zona rural passam fome (Rede Penssan, 2022). Não é incomum que as condições e relações de trabalho sejam precárias, envolvendo alta exploração das(os) trabalhadoras(es).

Os sistemas agroalimentares convencionais estão relacionados com o modelo de agricultura industrial que busca, por meio da especialização e intensificação da produtividade, a maximização dos lucros (IPES-FOOD, 2019). O paradigma da industrialização considera o ser humano independente da natureza e a natureza independente dela mesma (ou seja, as sementes do solo, o solo da planta, a planta do alimento e o alimento do corpo, por exemplo) (Shiva, 2017).

Com forte influência de diferentes atores sociais e econômicos (como corporações transnacionais, fundos de pensão, bancos e investidores), os sistemas agroalimentares convencionais e a agricultura industrial têm cada vez mais ocupado papel central no desenvolvimento e controle de grandes mercados, gerando, entre outras coisas, uma crise global de insegurança alimentar (Niederle; Wesz Junior, 2018). Como é possível observar na crise sanitária e social da pandemia de COVID-19, milhares de trabalhadoras(es) que dependiam dessa comercialização em larga escala contraíram dívidas sem perspectiva de recuperação econômica. Da mesma forma, essas crises contribuem para a escassez de alimentos em diversos lugares do mundo e, conseqüentemente, geram o aumento dos preços dos alimentos (Ploeg, 2020).

Estes sistemas também contribuem para as desigualdades de gênero em meio rural, uma vez que as mulheres são proprietárias dos empreendimentos rurais em apenas 19% dos casos (Embrapa, 2022) e seu trabalho muitas vezes não é reconhecido e remunerado (Butto, 2011). Os seres humanos são ecodependentes e interdependentes, pois vivem em um mundo com limites ecológicos em questão

energética e de recursos e as pessoas precisam umas das outras para viverem em sociedade, através de cuidados físicos e psicológicos (Herrero, 2016). Este trabalho, normalmente invisibilizado e não reconhecido pela economia capitalista, é predominantemente desempenhado pelas mulheres (Telles, 2018).

Em contrapartida, a agroecologia apresenta-se como uma forma de repensar e reestruturar a maneira de entender os problemas que afetam a agricultura e a alimentação através da adesão de práticas ecológicas nos sistemas agroalimentares. A agroecologia fomenta o manejo conservativo do solo, das plantas, dos animais e dos seres humanos, melhorando a integridade ecológica da produção e preservando a biodiversidade dos agroecossistemas (Shiva, 2017).

Neste campo, busca-se a liberdade das sementes, a autonomia das(os) agricultoras(es), a soberania dos povos e comunidades tradicionais e a promoção da segurança alimentar e nutricional das pessoas. Parte significativa desta construção leva em consideração o conhecimento das mulheres sobre a biodiversidade, a saúde e o manejo dos agroecossistemas (Shiva, 2017). Como evidencia o relatório da IPES-FOOD (2019), a agroecologia não é um nicho para as(os) agricultores(as) e nem tampouco um rótulo a ser atingido. Trata-se de um caminho para repensar os sistemas com intuito de aumentar a sociobiodiversidade, promover agroecossistemas mais equilibrados ambientalmente e garantir formas de viver mais seguras a longo prazo.

Os circuitos curtos de comercialização (CCC), alinhados aos princípios da agroecologia, baseiam-se na demanda e na distribuição de produtos e serviços que possuem maior qualidade, origem conhecida, relações de proximidade e implicam em novas maneiras de se pensar a produção, distribuição e consumo de alimentos (Ploeg, 2011). Esses circuitos são muitas vezes construídos pelas próprias pessoas envolvidas na produção, agricultores(as), artesãs(aos), quitandeiras, sociedade civil, entre outros. Parte-se do entendimento de que o consumo é um ato político, pois pressupõe escolhas (Portilho, 2020).

Os circuitos curtos podem contribuir para reprodução de cultivos de espécies de importância cultural para as comunidades rurais, uma vez que não visam a padronização dos alimentos produzidos (Rover; Darolt, 2021). Estes circuitos se consolidam alicerçados nas necessidades nas escolhas alimentares de uma

população local e na aproximação material, relacional e cultural entre quem produz e quem consome (Soler; Calle, 2010; Costa; Padilla, 2024). A questão central desta construção não está apenas na eliminação de atravessadores, mas na redefinição das relações de poder em favor das(os) agricultoras(es) e consumidoras(es) (Soler; Pérez, 2013; Guzmán et al., 2012).

As mulheres agricultoras desempenham um papel fundamental nestes circuitos. Elas estão envolvidas na produção, na organização e na manutenção desses espaços que são de grande importância para sua socialização e autonomia financeira e política. Ao estudar as mulheres que fazem parte destes espaços, é importante partir de uma perspectiva da economia feminista e da economia solidária para analisar a contribuição das mulheres no abastecimento alimentar (ANA, 2014 apud Dubeux; Batista, 2017; Bezerra et al., 2019).

Bezerra et al. (2019) sugerem que os campos da economia feminista e da economia solidária são importantes para refletir e compreender o protagonismo das mulheres nos circuitos curtos de comercialização. A economia feminista possibilita os aportes teóricos para compreender, visibilizar e dar valor aos conhecimentos e trabalhos desempenhados pelas mulheres. Por sua vez, a economia solidária possibilita entender e valorizar os processos de trabalho e de construção social de mercados para o atendimento das necessidades e reprodução da vida em detrimento ao acúmulo de capital (Bezerra et al., 2019).

Dessa forma, visibilizar o trabalho e protagonismo das mulheres na agricultura familiar e na agroecologia exige percepção e práticas feministas para o avanço de mudanças sociais a caminho da equidade (Bezerra et al., 2019). Em espaços relacionados a agroecologia, em que acontecem discussões acerca de gênero, o trabalho das mulheres tende a ser mais reconhecido e lideranças femininas passam a ter maior participação na gestão e organização destes espaços (Silva et al., 2018).

Nesse sentido, o foco principal da pesquisa é analisar feiras como circuitos curtos de comercialização da Zona da Mata Mineira, com intuito de compreender os processos organizativos destas experiências, a caracterização socioeconômica e produtiva dos(as) agricultores familiares(as) e a participação das mulheres nestas iniciativas. Foram analisadas as experiências de feiras (agroecológicas, orgânicas, da agricultura familiar e da economia solidária), nos municípios de Divino, Espera Feliz,

Juiz de Fora, Muriaé, Paula Cândido e Viçosa, na Zona da Mata de Minas Gerais que compõem o território de abrangência do Polo Agroecológico de Produção Orgânica (Lei estadual N° 23.207 de 27 de dezembro de 2018). E

O trabalho será dividido em quatro capítulos, com três artigos originais. Inicialmente, será apresentado o primeiro capítulo com aspectos metodológicos com o objetivo de discorrer sobre como a pesquisa foi desenvolvida, quais os parâmetros e métodos utilizados, tanto para coleta quanto para a análise dos dados. No segundo capítulo e primeiro artigo serão apresentados os processos sociais e participativos que contribuíram para construção dos circuitos curtos de comercialização na Zona da Mata Mineira, com foco em como estes circuitos foram criados e se organizam, quais vantagens e desafios encontrados pelas(os) agricultoras(es).

No terceiro capítulo e segundo artigo buscou-se realizar a caracterização socioproductiva das pessoas que compõem as iniciativas estudadas e identificar os tipos de alimentos e produtos comercializados, bem como as formas de manejo, acesso à terra e renda obtida através da comercialização. No quarto capítulo e terceiro artigo, o foco principal foi a participação das mulheres tanto nos circuitos curtos de comercialização quanto na divisão sexual do trabalho da unidade produtiva com intuito de compreender os desafios destas relações e sugerir políticas públicas para este campo.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Antonia Geane Costa; MONTIEL, Marta Soler; ROCES, Irene García; ZARZAR, Andrea Lorena Butto. Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

COSTA, Bianca Lima; PADILLA, Mamen Cuéllar. Circuitos curtos de comercialização e agroecologia: experiências da Brasil e da Espanha. Interações, Campo Grande, MS, v. 25, n. 4, e2544114, out./dez. 2024.

DUBEUX, Ana; BATISTA, Marcela Peixoto. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Revista do Desenvolvimento Regional. v. 22, n. 2, 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA).

Observatório das Mulheres Rurais do Brasil, 2022. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil>. Acesso em 26 de janeiro de 2025.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MONTIEL, Marta Soler; HERNÁNDEZ, David Gallar; SÁNCHEZ, Isabel Vara; COLLADO, Ángel Calle. Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces. 2012.

HERRERO, Yayo. Economía feminista y economía ecológica, el diálogo necessário y urgente. Revista de Economía Crítica, nº22, segundo semestre 2016.

IPES-FOOD. Da uniformidade a diversidade: uma mudança de paradigma da agricultura industrial para sistemas agroecológicos diversificados. In: BURIGO, Bernardo Amaral Vaz; LONDRES, Flávia; NETTO, Guilherme Franco; MENEZES, Marco Antônio Carneiro; PACHECO, Maria Emília Lisboa; SOUZA, Natália Almeida; PETERSEN, Paulo (Orgs.). Caderno de estudos: saúde e agroecologia. Vol. 1. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: ANA: ABA-Agroecologia, 2019.

Lei Nº 23.207 de 27 de dezembro de 2018. Institui o Polo Agroecológico de Produção Orgânica na Região da Zona da Mata. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23207/2018/>. Acesso em: 31 de dezembro de 2024.

NIEDERLE, Paulo Andre; WESZ JUNIOR, Valdemar João. As novas ordens alimentares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Growing Back Stronger: choosing resilient food systems in the wake of Covid-19. Amsterdam: Transnational Institute, June, 2020.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. Redes (St. Cruz Sul, Online), v.25, n.2, p. 411-432, maio-agosto, 2020.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto de Pandemia. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 26 de janeiro de 2025.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (Orgs.). Circuitos curtos de comercialização e inovação social (livro eletrônico). Florianópolis, 2021.

SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DO GASES DO EFEITO ESTUFA (SEEG). Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa dos Sistemas Alimentares no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp->

content/uploads/2023/10/SEEG-Sistemas-Alimentares.pdf. Acesso em: 26 de janeiro de 2025.

SHIVA, Vandana. *Quién alimenta el mundo: el fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología*. Madrid: Capitan Swing, 2017.

SILVA, Mylena; SILVA, Luana; SILVA, Luiza; SILVA, Thayná; FREITAS, Karine; JALIL, Laeticia. Importância das feiras agroecológicas para as mulheres e para a construção da agroecologia. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N°1, Jul, 2018*.

SOLER, Marta; CALLE, Àngel. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía. In: SOLER, Marta (Coord.) et al. *Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza*. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2010, p. 258-283. (PH Cuadernos).

SOLER, Marta; PÉREZ, David. Por una recampesinización ecofeminista: superando los tres sesgos de la mirada occidental. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, Madrid, v. 121, p. 208, 2013

TELLES, Liliam. *Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2018.

## **2. CAPÍTULO 1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO**

### **2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA**

A presente pesquisa compõe o projeto intitulado “Agroecologia e Sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização” (Projeto Fapemig, processo APQ-00318-22) coordenado pela Profa. Dra. Bianca Aparecida Lima Costa, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Sistemas Agroalimentares e Agroecologia (GESSA), e que faz parte do Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV).

O objetivo geral da pesquisa é analisar feiras como circuitos curtos de comercialização da Zona da Mata Mineira, com intuito de compreender os processos organizativos destas experiências, a caracterização socioeconômica e produtiva dos(as) agricultores familiares(as) e a participação das mulheres nestas iniciativas.

Foi realizado o mapeamento de seis experiências de feiras (feiras livres, feiras agroecológicas, de economia solidária e agricultura familiar). As iniciativas foram selecionadas por se tratar especificamente de feiras que envolvem agricultoras(es) familiares e a comercialização de alimentos.

As experiências estudadas foram: 1) Feira Livre de Divino; 2) Feira Livre de Espera Feliz; 3) Feira Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânico (Mogico) de Juiz de Fora; 4) Feira Agroecológica de Muriaé; 5) Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido; e 6) Feira da Agricultura Familiar e da Economia Solidária do Quintal Solidário, em Viçosa.

Ao selecionar feiras com características distintas de criação, espera-se encontrar características que as assemelhem e as distinguem, para compor uma análise mais robusta da concretude das diferentes estratégias empregadas para a comercialização de alimentos da agricultura familiar.

### **2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ZONA DA MATA E DO POLO AGROECOLÓGICO**

A Zona da Mata de Minas Gerais é formada por 142 municípios e recebe este nome em função da floresta atlântica existente na região na época de sua ocupação, nos séculos XVIII e XIX. No período colonial, durante o ciclo da mineração do ouro em Minas Gerais, o território desempenhava uma função de barreira natural que dificultava o acesso às minas e o contrabando do ouro. Até o século XIX, a Zona da Mata permaneceu praticamente intocada, como território de povos indígenas, como os Coroados, Puris e os Botocudos (Carneiro; Matos, 2010).

Com o esgotamento das minas de ouro, um novo ciclo econômico teve início com a expansão do cultivo do café, que se fazia em grandes fazendas com força de trabalho predominantemente escravizada. No século XIX e início do século XX, o cenário da região mudou radicalmente com a floresta cedendo lugar às plantações de café (Carneiro; Matos, 2010).

Ao longo do século passado, as grandes fazendas foram se dividindo, principalmente por partilha de herança, dando lugar a pequenas propriedades rurais conduzidas quase sempre com trabalho familiar (Carneiro; Matos, 2010). O café é uma espécie muito cultivada na região, mas também são importantes a pecuária leiteira e cultivos para o autoconsumo, como milho e feijão, além da criação de pequenos animais (Cardoso; Ferrari, 2006).

De acordo com Cardoso & Ferrari (2006), a Zona da Mata enfrenta diversos percalços por conta da flutuação de preços da saca de café, principal fonte de renda monetária do território, e da difusão das práticas e pacotes tecnológicos associados a modernização do campo que contribuiu ainda mais para tornar esses sistemas vulneráveis.

As consequências sociais e políticas da expansão do modelo americano de modernização da agricultura são muitas, em decorrência do território servir como base para disseminação das práticas agrícolas difusionistas, a partir da criação da Escola Superior de Agricultura e veterinária (ESAV), em 1920, atual Universidade Federal de Viçosa (France, 2019).

A implementação e fortalecimento deste modelo difusionista, em articulação com as práticas de Extensão Rural e Assistência Técnica no território com o decorrer das décadas, em consonância com os projetos minerários exploratórios, contribuem

para os desafios enfrentados (Coelho, 2014). Como resultado, pode-se observar um apagamento em relação as práticas e saberes tradicionais camponesas, relacionadas as formas de vida, ao planejamento, plantio, e manejo da produção, e a diminuição da perpetuação dos hábitos culturais e sociais locais (Fonseca, 1985; France, 2014). Contudo, a partir da década de 1960, indo contracorrente da implementação das práticas agrícola difusionistas, muitos movimentos sociais do campo surgem em luta pelos direitos da terra e território (Coelho, 2014). As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) são um exemplo disso.

A constituição das CEB's, a partir da década de 1960, foi um marco da luta dos movimentos do campo e para a construção do movimento agroecológico na Zona da Mata Mineira, tanto pela questão do fomento aos processos coletivos organizacionais, quanto pelo debate ambiental voltado para a “agricultura alternativa” (as práticas difusionistas e modelo americano), termo utilizado na década de 1980 (Silva, 2020).

As CEB's são grupos comunitários organizados da igreja católica de trabalhadoras(es), rurais e urbanos, que se unem e lutam em torno da pauta de melhores condições de vida, moradia etc., e tem como base a Teologia da Libertação (Frei Betto, 1981). Nas Zonas Rurais, a CEB's é vinculada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão ligado a Conferência Nacional dos Bispos, que “acompanha os problemas das comunidades rurais, denuncia conflitos, divulga os casos de opressão, apoia luta dos posseiros, dos boias-frias e dos peões escravizados nos latifúndios” (Frei Betto, 1981, p. 9).

Por seu caráter político e comunitário, as CEB's são a base para a luta de diversos movimentos sociais do campo, com a pauta de melhores condições de terra e trabalho, e de vida e de uma agricultura que respeite e esteja em harmonia com a natureza (Frei Betto, 1981). O movimento agroecológico da Zona da Mata, é fruto desta articulação entre os movimentos de luta das(os) agricultoras(es), protagonizados pelas CEB's e pelos sindicatos, e em parceria com organizações não-governamentais e universidades (Cardoso; Ferrari, 2006). Um dos marcos do movimento agroecológico na Zona da Mata foi a criação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), organização que desde sua concepção tem centralidade nos processos organizacionais do movimento (Silva, 2020).

A organização é composta por lideranças sindicais, agricultoras(es) familiares e profissionais de distintas áreas (educação, ciências agrárias, ciências sociais etc.). Através de processos formativos, em parceria com as(os) agricultoras(es), diversos sindicatos de trabalhadores rurais foram criados na Zona da Mata. Os laços criados entre o CTA/ZM e os sindicatos foram uma forte base para a estruturação do movimento no território (Silva, 2010; Silva; Santos, 2016, Silva, 2020).

Cabe destacar a construção e disseminação de processos dialógicos e horizontais de aprendizado que vem sendo construídos no território desde a concepção do movimento, com o intuito de valorizar os saberes populares e científicos, embasados na construção de novos conhecimentos, entendidos como saberes agroecológicos (Silva; Miranda, 2015).

Embora em expansão, este movimento possui limitações devido ao tamanho do território, a capacidade organizacional dos grupos que o articulam e a projetos que são executados pelos mesmos, ficando, assim, restrito a alguns municípios da Zona da Mata Mineira, como é o caso de Muriaé, Espera Feliz, Divino, Viçosa, dentre outros, e não abrange todos os 142 municípios da região.

Em dezembro de 2018, a Zona da Mata tornou-se legalmente um Polo Agroecológico de Produção Orgânica, a partir do Projeto de Lei 4.029, de autoria do deputado Rogério Correia (PT). A proposta de Lei é fruto desta articulação entre as(os) agricultoras(es) e as organizações, com objetivo de fortalecer o território frente as ações desenvolvidas vinculadas a agroecologia e agricultura familiar, e contra as ameaças ambientais e sociais enfrentadas pelo território, como o uso de agrotóxicos nos cultivos (advindo das práticas difusionistas) e os processos de mineração (Pasini et al., 2024). A ideia inicial de construção do Polo surgiu em 2017, durante um seminário de agricultura familiar, realizado no Município mineiro de Muriaé (Pasini et al., 2024).

Neste encontro participaram diversas organizações dos movimentos sociais da agricultura familiar, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR) e o Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de Muriaé. O Polo Agroecológico da Zona da Mata é o primeiro do Brasil a ser reconhecido por lei (Pasini et al., 2024).

A construção deste espaço é fruto de muitos anos de fomento à agroecologia e críticas aos modelos convencionais e dominantes de agricultura implantados no Brasil e no mundo (Cardoso; Ferrari, 2006; Silva; Santos, 2016; Pasini et al., 2024). Dessa forma, o Polo é formalizado com o intuito não só de promover uma agricultura a favor da vida, mas também possibilita encontros de articulação e fortalecimento das parcerias.

Isto permite a organização coletiva, investimento financeiro nas propostas que fortaleçam a agroecologia na região, a economia local e a soberania e segurança alimentar dos povos (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Projeto de Lei N° 4029/2017).

O Polo Agroecológico contribui para articular os povos e organizações de forma a despertar um olhar de pertencimento e de responsabilidade no cuidado com o território, que passa a ser ressignificado e entendido como lugar que gesta e gera tantas vidas. A concretização do Polo trouxe para os agricultores e agricultoras familiares a clareza sobre a importância de seus modos de vida, de suas culturas e de suas relações com a Natureza. [...] contribui significativamente para enfrentar e combater os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela fome com a produção de comida de qualidade e o enfrentamento à mineração, a partir de propostas econômicas concretas (Pasini et al., 2024, p. 2).

Dentre os objetivos gerais do Plano Regional do Polo (Pasini et al., 2024, p. 4), destacam-se aqui o terceiro “Economia popular, comercialização e consumo” que visa “fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, e nas compras públicas”. A política almeja igualmente “ampliar o consumo de alimentos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade”.

Na Zona da Mata e do território de abrangência do Polo Agroecológico de Produção Orgânica, os municípios estudados pela presente pesquisa possuem extrema influência e importância para a agricultura familiar, agroecologia e os circuitos curtos de comercialização. A construção histórica estabelecida entre organizações, universidade, movimentos sociais e agricultoras(es) contribuiu para que as feiras

agroecológicas, livres, de economia solidária e da agricultura familiar se consolidassem, de alguma maneira, na região.

Nesse contexto, é importante destacar a Universidade Federal de Viçosa (UFV), através do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO), da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV (ITCP-UFV), da organização não governamental CTA/ZM e das diversas associações, sindicatos e organizações políticas da agricultura familiar presentes no território.

Cabe elencar o aumento das experiências de circuitos curtos de comercialização na Zona da Mata de Minas Gerais e a necessidade de estudar esses espaços. Como exemplo, a Rede de Prossumidores Raízes da Mata foi criada em 2011 (Arantes et al., 2018), a Feira Agroecológica e Cultural da Violeira, em 2015 (Resende, 2020), a Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar - Quintal Solidário, em 2016 (Costa et al., 2019), a Feira Agroecológica de Muriaé, em 2018 (Folha do Sudeste, 2021) e a Feira Quilombola da Buieie, criada em 2019 (Paula et al., 2021). Assim como, a Campanha Periferia Viva foi realizada em 2020 como uma estratégia de enfrentamento a fome e escoamento da produção da agricultura familiar na pandemia (Castro et al., 2024) e a Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido criada em 2022 (Paiva et al., 2024).

### **2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa possui um caráter quali-quantitativo. Para responder seus objetivos, de analisar feiras como circuitos curtos de comercialização, compreender os processos organizativos destas experiências, a caracterização socioeconômica e produtiva dos(as) agricultores familiares(as) e a participação das mulheres nestas iniciativas, foram aplicados questionários socioeconômicos com as(os) feirantes de cada espaço de comercialização. Bem como, realizadas entrevistas semiestruturadas com as lideranças dos espaços e a utilização da observação participante.

As experiências analisadas foram: 1) Feira Livre de Divino; 2) Feira Livre de Espera Feliz; 3) Feira Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânico (Mogico) de Juiz de Fora; 4) Feira Agroecológica de Muriaé; 5) Feira de Economia Solidária e

Agricultura Familiar de Paula Cândido; e 6) Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar - Quintal Solidário, em Viçosa.

O objetivo da pesquisa não foi o de realizar uma caracterização total de todas as experiências de feiras como circuitos curtos de comercialização na Zona da Mata Mineira, visando exaurir a temática. Mas sim, buscar analisar a partir de determinados aspectos algumas destas experiências no território e, desta forma, situá-las como estratégias de comercialização local.

Inicialmente, realizou-se uma conversa prévia com pessoas do movimento agroecológico envolvidas de alguma forma com as feiras estudadas<sup>2</sup>, identificadas como pessoas de referência. Estas pessoas fizeram a ponte entre as pesquisadoras e as(os) feirantes acerca do projeto. Estes contatos foram fundamentais para o processo da pesquisa, pois possibilitaram um diálogo direto com as(os) feirantes de todos os espaços analisados.

Após esta conversa inicial, estas pessoas de referência dialogaram com as(os) feirantes, em conversas pessoais e ou por grupos de WhatsApp. Com o entendimento e consentimento de todas(os), a equipe deu início a coleta de dados. Este processo de contato inicial reverberou na alta aderência das(os) feirantes à pesquisa, já que poucos das(os) feirantes que estavam na data da coleta comercializando seus produtos se recusaram em participar da mesma.

Devido a rotatividade que ocorre em feiras, bem como a possibilidade de ausência de feirantes na data estabelecida pela coleta de dados (por conta da sazonalidade, oferta de produtos, dentre outras questões) não foi possível mensurar o número exato de feirantes de cada experiência.

As informações referentes a data da coleta de dados, o número aproximado de feirantes na época da coleta e o número de entrevistadas(os) que compuseram a amostra são apresentados no Quadro a seguir (Quadro 1). O número aproximado de

---

<sup>2</sup> Estas pessoas, normalmente envolvidas com alguma representação política e social da agricultura familiar (presidência de Sindicatos e Cooperativas), por serem sujeitos políticos possuem laços com as(os) participantes das feiras, e nesse sentido, através desses laços, é que foi possível estabelecer um diálogo com as(os) participantes da pesquisa.

feirantes e o número de entrevistadas(os) varia conforme a recusa de participar da pesquisa ou pela(o) feirante não se enquadrar enquanto agricultor(a) familiar.

Quadro 1. Informações acerca do número de feirantes e coleta de dados.

Nome da Feira	Data da coleta de dados	Número aproximado de feirantes na época da coleta de dados	Número de entrevistados/as	Não se enquadravam enquanto agricultor(a) familiar	Escolheram não participar da pesquisa
Feira Livre de Divino	27/04/2024	11	10	-	1
Feira Livre de Espera Feliz	22/06/2024	27	27	-	-
Feira Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânico	23/03/2024	3	3	-	-
Feira Agroecológica de Muriaé	10/04/2024	11	11	-	-
Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário	21/08/2024	22	12	9	1
Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Solidária de Paula Cândido	09/03/2024	11	10	1	-

Fonte: da autora.

Como pode-se perceber a partir da análise do Quadro 1, com exceção da Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário, que possui um maior número de artesãos comparados as demais, foram poucas as(os) feirantes que não participaram da pesquisa. As coletas de dados através da aplicação dos questionários ocorreram todas durante os espaços das feiras. Realizou-se desta forma para alterar minimamente a rotina das(os) feirantes (ou seja, estas pessoas já iriam para estes espaços comercializar seus produtos) e as pesquisadoras puderam presenciar de fato como são as dinâmicas da feira. A aplicação dos questionários nas feiras ocorreu entre os meses de março e outubro de 2024.

A equipe da pesquisa (Projeto foi Fapemig, processo APQ-00318-22) composta por uma coordenação, sob orientação da Professora Bianca Aparecida Lima Costa, um bolsista técnico, Sashia Cristina dos Santos (entre março/2023 e maio/2024), e Diogo Vieira Cabral (entre novembro/2024 e fevereiro/2025), uma bolsista de Iniciação Científica (IC), Paola Santana Castro Pimentel, e uma estudante de Pós-graduação (mestrado), Isabela Fredes de Freitas. Para auxílio da aplicação dos questionários nas feiras, a equipe contou com a colaboração de estudantes de graduação e pós-graduação, vinculados ao Curso de Graduação de Cooperativismo, e ao de Pós-graduação em Agroecologia, da Universidade Federal de Viçosa.

O tempo da coleta (referente a sete meses) se deu devido a necessidade de organização prévia e preparação para o campo. Foi realizada a articulação com as pessoas referências do movimento, a organização de transporte dos estudantes e das pesquisadoras, solicitações de diárias, impressão de questionários e termos de direito de uso e imagem e preparação da equipe responsável pela aplicação dos questionários. Esta preparação das(os) colaboradoras(es) foi realizada através de formações entre as(os) mesmas(os) e a equipe, para leitura dos questionários e para sanar eventuais dúvidas acerca do conteúdo das perguntas.

O questionário, elaborado pela equipe do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Sistemas Agroalimentares e Agroecologia (Gessa), continha em sua grande maioria perguntas fechadas e foi dividido em quatro dimensões: sociocultural, socioeconômica, socioambiental e de gênero. A subdivisão foi pensada e adaptada partir de proposta de França-Filho (2019), que aponta que a sustentabilidade deve ser pensada de maneira plural e inspirada nas dimensões da agroecologia propostas

por Guzman et al. (2012), ao analisarem os circuitos curtos de comercialização de Andaluzia, na Espanha.

A primeira dimensão, sociocultural, envolveu questões relacionadas ao tipo de produção (se é artesanato, hortifruti, alimentos processados e/ou outros) e a descrição detalhada dos produtos comercializados nos circuitos curtos de comercialização. Levantou-se o tempo de comercialização da(o) respondente na feira; se esta pessoa participou ou não deste processo de criação e/ou conhece como a experiência em que participa foi criada; se precisou cumprir algum critério para participação; e se participa diretamente da organização do circuito.

A dimensão sociocultural buscou entender como são tomadas as decisões, como são relações entre os membros do circuito, se estas pessoas recebem algum tipo de apoio (na feira e fora dela) e se participam de algum empreendimento ou organização.

Por fim, a dimensão evidencia se as(os) participantes da feira possuem o hábito de realizar trocas e/ou doações de produtos, se possuem consumidoras(es) fixos (e quantos em média), qual em média é o consumo dos produtos por feira pelas(os) consumidoras(es), se estes influenciam ou não na forma de produção, as vantagens e desafios individuais e coletivos de participação nos espaços das feiras.

A segunda dimensão, socioeconômica, teve como objetivo realizar a caracterização socioeconômica das(os) participantes da feira. Dentre as questões abordadas, estão informações relacionadas ao tempo de trabalho na atividade desempenhada na unidade produtiva e se esta é a sua principal fonte de renda, acesso a documentos da agricultura familiar, como por exemplo o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), e o acesso às políticas públicas para o setor.

Para além, a dimensão socioeconômica buscou entender o quanto (em porcentagem) da produção é escoada na feira e se existe o acesso a outros canais de comercialização, como é feita a definição do preço dos produtos e quantas pessoas são envolvidas na atividade econômica, qual a forma de acesso à terra, o tamanho da propriedade e da unidade produtiva (em hectare).

A terceira dimensão, socioambiental, teve por objetivo evidenciar a forma de produção e o tipo de manejo utilizado pelas(os) agricultoras(es) que fazem parte das feiras. Dentre as questões, estão: o tipo de manejo da produção adotado na propriedade (convencional, orgânico e/ou agroecológico), e, caso sendo orgânico e/ou agroecológico, havia perguntas relacionadas à certificação (se havia, e se sim, qual o tipo).

Caso sendo orgânico e/ou agroecológico, questionou-se sobre os motivos que levaram a transição ou produção orgânica/agroecológica (as vantagens, os desafios e o tempo em que estavam produzindo desta maneira). E, por fim, foi perguntado as(aos) respondentes também como elas(es) fazem para definir o que vão produzir

A quarta dimensão, de gênero, teve como objetivo evidenciar a participação das mulheres, tanto na produção, quanto nos trabalhos de cuidado e comercialização. A dimensão envolveu questões relacionadas a divisão de trabalhos nas atividades da unidade produtiva, por gênero (relacionadas à produção e ao manejo, aos trabalhos de cuidado e de comercialização).

Esta dimensão também contém questões relacionadas às decisões acerca do uso da renda obtida na feira e acerca da produção, bem como, o acesso às políticas públicas e espaços formativos específicos para as mulheres e a importância e participação das mulheres nas feiras (desde a organização a comercialização).

Dessa forma, a dinâmica de coleta de dados foi a seguinte: a equipe chegou no início das atividades da feira e, junto com a pessoa de referência inicial da pesquisa, apresentou o projeto as(aos) feirantes. Após esta apresentação inicial, deu-se início o processo de aplicação dos questionários. Todos os questionários foram aplicados de maneira presencial, durante a realização das feiras.

Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) para a(o) respondente, adquirido a partir da aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFV e, após o convite para participação na pesquisa, foi realizada a leitura e assinatura do Termo. Neste espaço, foi imprescindível respeitar o tempo e as dinâmicas de venda das(os) feirantes, com o afastamento da barraca caso houvesse consumidor(a) e retomada da entrevista quando possível.

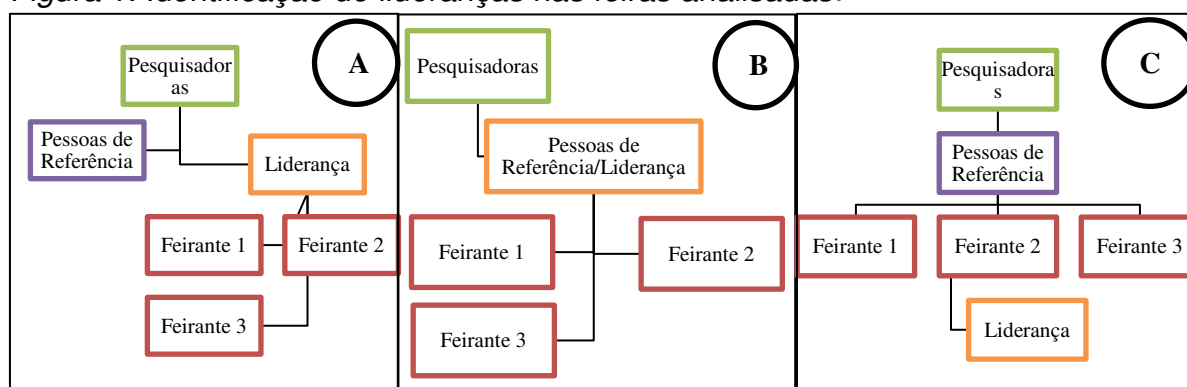
Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as lideranças de cada circuito curto de comercialização. O objetivo da entrevista semiestruturada foi coletar o máximo de informações gerais ou específicas possível por meio de diálogos com atores, indivíduos ou grupos focais (Geilfus, 2002).

A entrevista semiestruturada foi centralizada em temas definidos no roteiro e que são complementados por outras questões que irão surgir no decorrer do diálogo, de acordo com as circunstâncias da entrevista (Manzini, 1990/1991). Dessa forma, as informações fluíram de maneira mais livre e as respostas não foram condicionadas a uma padronização de alternativas (Manzini, 1990/1991).

Esta técnica busca evitar alguns dos efeitos negativos dos questionários formais, como por exemplo, tópicos fechados (com temáticas já definidas), falta de diálogo e inadequação às percepções das pessoas envolvidas (Geilfus, 2002).

Entende-se “lideranças” como aquelas pessoas que estão à frente dos espaços organizativos dos circuitos, para além da comercialização individual e que podem ocupar cargos estabelecidos baseados na estrutura organizacional do circuito (presidente/a ou coordenador/a, por exemplo) e/ou que participam da experiência desde a sua concepção. A identificação de lideranças foi realizada de três formas, ou via pessoas de referência (no caso a pessoa indicando alguém ou sendo a própria liderança) (Figura 1, a e b), ou via feirantes (Figura 1, c). O caminho percorrido para esta identificação é ilustrado na Figura 1.

Figura 1. Identificação de lideranças nas feiras analisadas.



Fonte: da autora.

Quando dialogada com a pessoa de referência, esta mesma era alguém considerada como liderança dentro da organização da feira (coordenadora ou gerente

da feira, por exemplo), ou indicou uma pessoa com papel de liderança dentro da feira e, neste sentido, a pessoa foi classificada como tal. No sentido contrário, a pessoa de referência apresentou as pesquisadoras as(os) feirantes e, a partir desse contato prévio, foi identificada, com a própria indicação das(os) feirantes, uma liderança.

No roteiro das lideranças continuam questões relacionadas ao surgimento, organização e motivos para criação do circuito, organizações envolvidas e apoiadores, número de pessoas participantes (quantos homens, quantas mulheres etc.), relações de confiança entre os membros, principais dificuldades e potencialidades da feira e acesso à políticas públicas, dentre outras.

As entrevistas ocorreram presencialmente ou de maneira online, todas gravadas em áudio. Os áudios provenientes das entrevistas foram transcritos em documentos de texto, com auxílio do programa de computador gratuito Good Tape, revisados e organizados pelas pesquisadoras posteriormente. Por fim, o Quadro 2 aponta o perfil das lideranças de cada experiência, que participaram das entrevistas semiestruturadas.

Quadro 2 – perfil das lideranças entrevistadas de cada feira.

Nome da Feira	Perfil da Liderança	Local da entrevista	Equipe entrevistadora	Tempo de Duração da Entrevista (minutos)	Data da Coleta de Dados
Livre de Divino	Homem agricultor, pardo, 47 anos, feirante Função: coordenador da feira	Feira	Bolsista técnica, bolsista IC, Pós-graduanda (colabora externa da pesquisa)	47	27/04/2024
Livre de Espera Feliz	Homem agricultor, branco, 53 anos, feirante, membro Fundador do Sindicato do Trabalhadores Rurais de Espera Feliz	Feira	Bolsista técnica e Pós-graduanda	16	22/06/2024

	Função: Membro Fundador da Feira				
Orgânica Mogico	Homem agricultor, preto, 46 anos, com superior completo, membro do COMSEA e do Fórum Municipal/Regional de Economia Solidária	Online (Google Meet)	Equipe completa	150	05/04/2024
	Função: Gerente da Feira				
Agroecológica de Muriaé	Mulher agricultora familiar, branca, 45 anos, atual Diretora Presidenta da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária, atual Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Município, Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé	Equipe completa	48	10/04/2024
	Função: atualmente não ocupa espaço na feira, mas por estar vinculada a Cooperativa e ao Sindicato, possui um papel de representação política e social				
Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário	Mulher artesã, branca, 51 anos, membro da Associação dos Artesãos de Viçosa (ADAV), participa da feira	Feira	Pós-graduanda	34	30/10/2024

	desde a sua constituição.				
	Função: coordenadora geral da Feira				
Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido	Mulher agricultora e quitandeira, parda, 54 anos, ensino fundamental completo, participa da feira desde a sua constituição.	Feira	Pós-graduanda	18	23/11/2024
	Função: Membro da Comissão de Organização de Eventos da Feira				

Fonte: da autora.

A entrevista com a liderança da feira Orgânica Mogico foi a primeira entrevista a ocorrer e a única experiência em que ocorreu online, com toda a equipe da pesquisa, o que explica ela ter um tempo maior em comparação as demais. Uma fragilidade encontrada no método foi o fato de não ocorrer um padrão do número de participantes da equipe para a realização das entrevistas e o local onde as entrevistas ocorreram pode ter influenciado no tempo e profundidade dos dados coletados.

A feira agroecológica de Muriaé, por exemplo, a entrevista ocorreu na Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em uma sala específica de reuniões, com a participação da liderança, de feirantes e de membros do sindicato. A equipe que entrevistou contou com a participação de todos os membros da pesquisa e com as(os) estudantes de Graduação do Curso de Cooperativismo. A entrevista da feira Livre de Divino ocorreu com auxílio de uma estudante de Pós-graduação que atuou como colabora externa da pesquisa na coleta de dados, juntamente com a bolsista técnica e a bolsista de iniciação científica. As demais entrevistas ocorreram nas feiras, durante a comercialização, e com pausa para o atendimento a consumidoras(es) e com no máximo duas pessoas da equipe de pesquisa (bolsista técnica e pós-graduanda).

## 2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Robert Yin (2016) aponta cinco fases para o desenvolvimento da análise de dados qualitativos: 1) compilar os dados; 2) decompô-los; 3) recompôr os dados; 4) interpretá-los; e 5) concluir. A primeira delas, a compilação dos dados, consiste em agrupar, sistematizar e organizar todos os dados obtidos na pesquisa, ou seja, colocá-los em alguma ordem. É esta compilação que, segundo o autor, origina a base de dados da pesquisa (Yin, 2016).

Para toda feira e questionário aplicado, foi criado um código de identificação com as iniciais do município e um número atribuído a cada respondente (exemplo: Entrevistada da Feira livre de Espera Feliz nº1 – ES 1). Os dados foram transcritos dos questionários impressos para a plataforma Google Forms, separados por Feira, e após a extração das planilhas, foram tabulados e verificados em planilha eletrônica Excel.

Já as entrevistas, após transcritas e revisadas, foram analisadas no Software Atlas ti, utilizado para análises qualitativas de dados assistidas por computador (Yin, 2016). Cada entrevista foi organizada em um documento distinto, intitulado com o nome do município do qual faz parte (exemplo: Espera Feliz), contudo na mesma pasta de trabalho, para que as categoriais analisadas sejam as mesmas. Este trabalho foi realizado unicamente pela pós-graduanda autora da presente pesquisa.

A segunda fase da análise qualitativa, de decomposição dos dados, é justamente o que o nome indica, ou seja, a fragmentação do banco de dados obtidos através da pesquisa, em elementos menores. Nesta fase, podem ser atribuídos novos códigos ou categorias de análise (Yin, 2016).

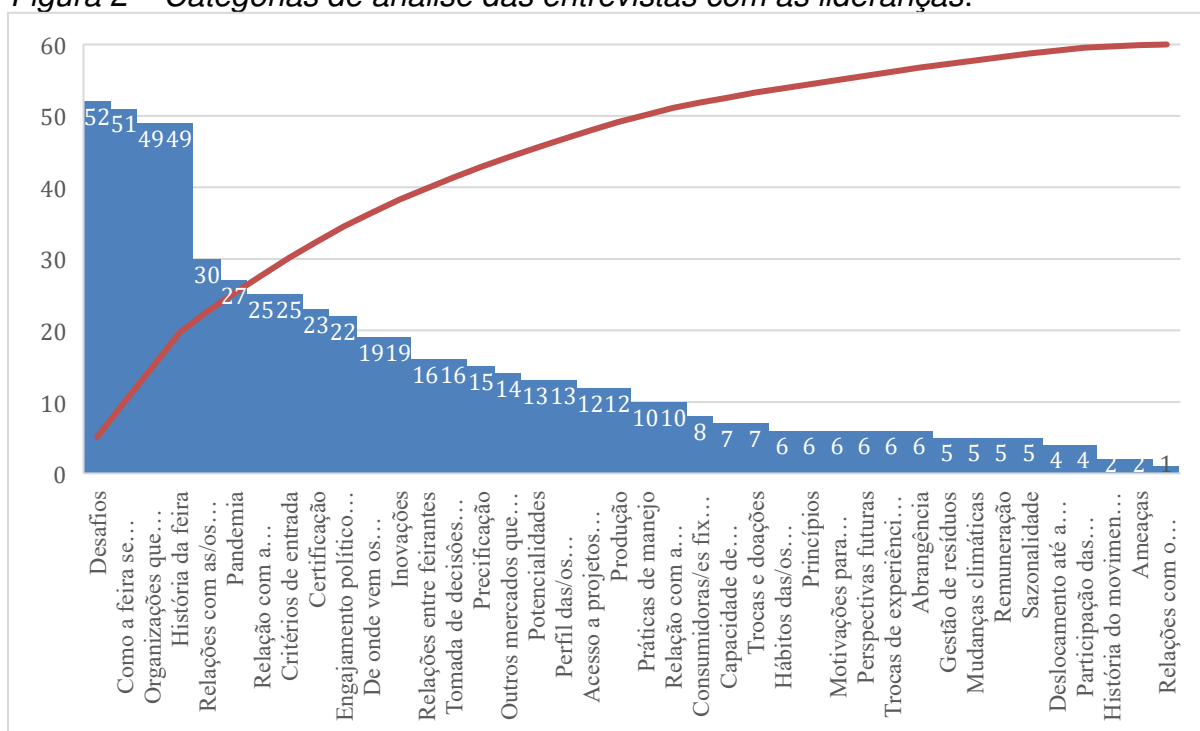
Yin (2016) indica que este processo pode ser repetido diversas vezes durante a análise dos dados, na medida em que a fragmentação responde, ou não, as perguntas levantadas pela pesquisa. Nesse sentido, a primeira e a segunda fase se complementam e, quando necessário, os dados são novamente compilados para então serem fragmentados novamente.

Ao final da análise documental, foram identificadas 40 categorias distintas de análise, organizadas em trezes diferentes grupos. As categorias, bem como a frequência de aparecimento delas nas entrevistas são apresentadas na figura a seguir (Figura 2). É importante destacar que não serão utilizadas todas as categorias na

análise do presente trabalho, mas apenas aquelas que se relacionam diretamente as perguntas desta pesquisa (apresentadas no Anexo II do presente documento).

Como categorias, entende-se temáticas referentes a informações coletadas durante a realização das entrevistas. Estas temáticas podem estar diretamente relacionadas ou não com as perguntas de pesquisa. Foi realizada uma fragmentação destas temáticas em diversas categorias, mesmo que estas se interrelacionem, para uma melhor visualização da amplitude de temáticas. Por exemplo, ao invés de agrupar uma única categoria para o tema “Consumidoras/es”, distintas categorias foram criadas que se interrelacionam com a temática consumo (relações com consumidoras/es, consumidoras/es fixas/os, perfil das/os consumidoras/es, hábitos das/os consumidoras/es).

Figura 2 – Categorias de análise das entrevistas com as lideranças.



Fonte: da autora

Contudo, este resultado ilustra a importância da utilização do método de entrevista semiestruturada, visto que muitas destas categorias não estavam previstas inicialmente na elaboração da pesquisa. E, ao mesmo tempo, reforça a importância de se aprofundar os estudos e análises acerca dos circuitos curtos de comercialização.

A fase subsequente da análise qualitativa de dados é a de recomposição (Yin, 2016). Neste momento, estes dados que foram fragmentados em distintas categorias são reorganizados e reagrupados no sentido de facilitar, não só a representação gráfica dos resultados, como também a análise qualitativa deles (Yin, 2016). Os grupos criados a partir deste processo de recomposição das categorias organizadas anteriormente são apresentados a seguir na Figura 3.

Figura 3 – Dados agrupados pelas categorias construídas com auxílio do Software Atlas ti.

Abrangência/Capacidade de abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abrangência/Capacidade de Abastecimento</li> <li>• Certificação</li> <li>• Origem dos produtos</li> <li>• Produção</li> <li>• Sazonalidade</li> </ul>
Apoiadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizações que apoiam</li> <li>• Relação com a Universidade</li> <li>• Relação com o Sindicato</li> </ul>
Certificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certificação Orgânica de alimentos</li> </ul>
Consumidoras/es	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consumidoras/es fixas/os</li> <li>• Hábitos das/os consumidoras/es</li> <li>• Perfil das/os consumidoras/es</li> <li>• Relação com as/os consumidoras/es</li> </ul>
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ameaças</li> <li>• Desafios</li> </ul>
Engajamento político/econômico-solidário/agroecológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engajamento político/econômico-solidário/agroecológico</li> <li>• História do movimento agroecológico</li> </ul>
História da feira, motivos e critérios para criação e participação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Critérios de entrada</li> <li>• História da feira</li> <li>• Motivos para criação</li> <li>• Princípios</li> </ul>
Inovações sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inovações</li> <li>• Troca de experiências/saberes</li> </ul>
Pandemia Covid-19	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pandemia</li> </ul>
Poder público	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação como Poder público</li> </ul>
Princípios econômicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Outros mercados que surgem com base/em paralelo a feira</li> <li>• Precificação</li> <li>• Remuneração</li> <li>• Trocas e doações</li> </ul>
Produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Origem dos produtos</li> <li>• Mudanças climáticas</li> <li>• Práticas de manejo</li> <li>• Produção</li> </ul>
Organização da feira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso a projetos/políticas públicas/recursos de apoiadores</li> <li>• Como a feira se organiza</li> <li>• Gestão de resíduos</li> <li>• Relação entre feirantes</li> <li>• Tomada de decisões sobre a feira</li> </ul>

Fonte: da autora.

Da mesma forma que as informações apresentadas acerca das categorias na Figura 1, nem todos estes grupos serão analisadas no presente trabalho. O enfoque dos artigos desenvolvidos será em algumas destas categorias e grupos, especificamente. Contudo, as entrevistas serão utilizadas em maior profundidade no projeto maior (Fapemig, processo APQ-00318-22).

Os resultados destas análises serão utilizados no Artigo 1, cujo objetivo é o de analisar os processos de organização de feiras (livres, agroecológica, orgânica, da agricultura familiar e da economia solidária) como circuitos curtos de comercialização em municípios da Zona da Mata Mineira, bem como identificar o histórico das experiências, as principais motivações de criação destes espaços, elucidar quais as(os) principais organizadoras(es) e apoiadoras(es), critérios de entrada e participação e os principais desafios e vantagens observados pelas(os) feirantes ao participar das feiras. Os grupos de categorias utilizadas neste artigo serão “História da feira”, “Apoiadores”, “Poder público”, “Organização da feira” e “Desafios”, que se interrelacionam diretamente como objetivo do artigo.

A quarta fase de análise é a fase de interpretação dos dados (Yin, 2016). Neste momento, as informações obtidas foram organizadas em gráficos, tabelas e materiais gráficos (quando necessários), para servir como uma base analítica dos resultados obtidos durante o processo da pesquisa. Para exemplificar esta fase, algumas informações iniciais acerca dos dados da pesquisa, que serão utilizados para caracterização inicial das experiências, serão apresentados a seguir.

## **2.5 CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS E DAS(OS) PARTICIPANTES DA PESQUISA**

O Quadro 3 apresenta características de cada feira (ano de criação, quando ocorre, número de entrevistadas/os e a data da coleta de dados).

Quadro 3 – Características das feiras analisadas, de acordo com as respostas das entrevistas.

---

Nome da Feira	Ano de criação	Quando acontece a feira
---------------	----------------	-------------------------

---

Feira Livre de Divino	+ de 40 anos (sem uma data específica de criação), com intervenção da Prefeitura Municipal e da Emater desde 2006	Todos os sábados pela manhã, no Centro de Divino, MG
Feira Livre de Espera Feliz	1998	Todos os sábados pela manhã, na Praça da Bandeira, em Espera Feliz, MG
Feira Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânico	Ano de surgimento: 2010 Data de criação do estatuto da Associação que organiza a feira: 12 de novembro de 2013	Todos os sábados pela manhã, na Praça Bom Pastor, em Juiz de Fora, MG
Feira Agroecológica de Muriaé	30 de outubro de 2018	Todos as quartas-feiras pela manhã, na Praça do Trabalhador e na Praça São Paulo, em Muriaé, MG
Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário	2016	Todas as quartas-feiras, ao final da tarde, na Sede do Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Viçosa (APUV), em Viçosa, MG
Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido	2021	Todos os sábados pela manhã, na Praça Central, em Paula Cândido, MG

Fonte: da autora.

Pode-se perceber, por meio destas informações iniciais, que as experiências analisadas possuem idade e número de entrevistados bem distintos e ocorrem normalmente nas quartas-feiras ou nos sábados, em locais públicos municipais ou federais. A seguir será apresentado brevemente o histórico de cada experiência, de acordo com as entrevistas das lideranças.

Cabe destacar que a posterior análise é derivada exclusivamente das respostas das lideranças nas entrevistas aplicadas durante o processo de coleta de dados da pesquisa. Não houve uma análise documental acerca do histórico de

criação das experiências. Entende-se que esta é uma fragilidade metodológica, pois cada liderança descreve o histórico da experiência a partir de seu ponto de vista e daquilo que sabe, confiando a sua memória. E, logo, isto pode comprometer a profundidade e os detalhes nos quais são descritos cada experiência.

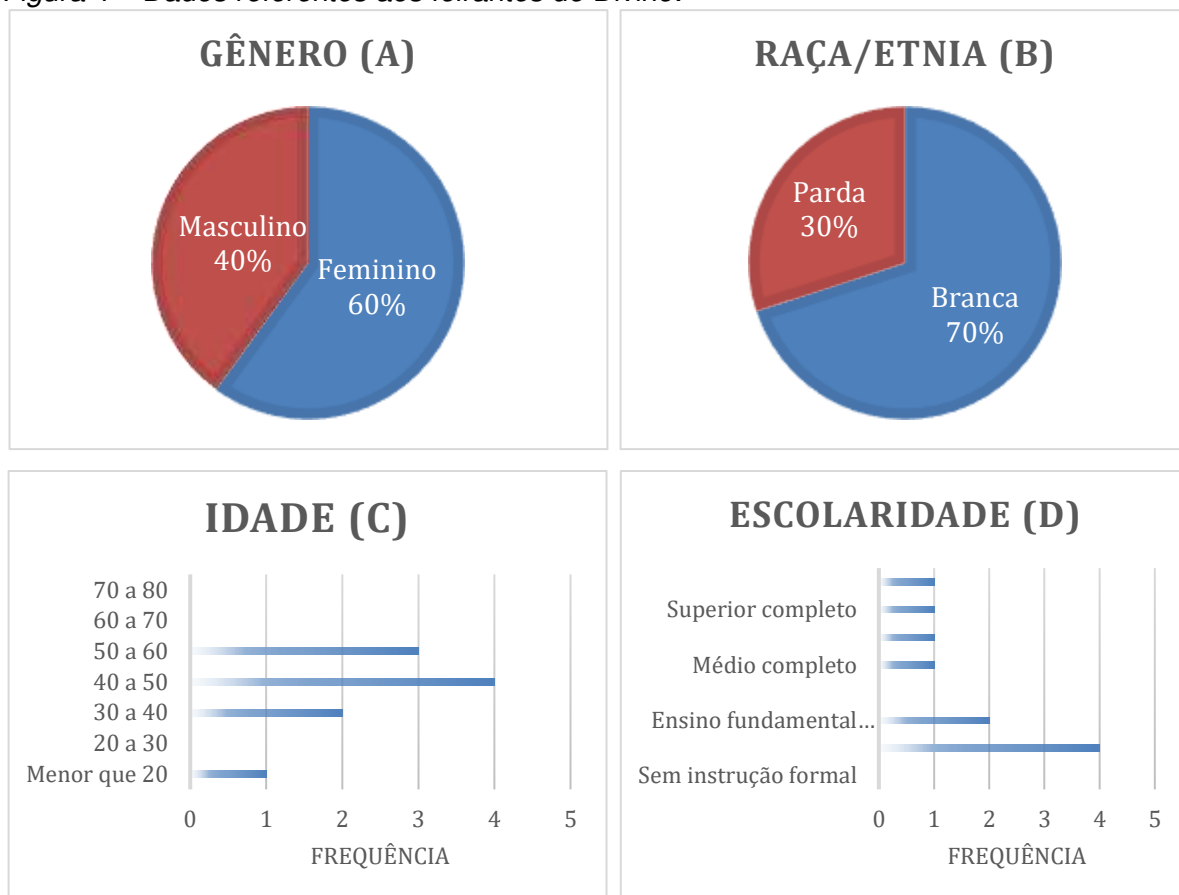
### *2.5.1 Feira Livre de Divino*

A Feira Livre de Divino é tradicional no município e ocorre a mais de 40 anos. Inicialmente, não havia controle acerca do que se vendia, nem tampouco na estrutura e disposição dos produtos. As mercadorias muitas vezes eram vendidas no chão, em lonas esticadas pelas(os) próprios feirantes. Após uma articulação das(os) feirantes com a Emater e a Secretaria de Agricultura do município, em 2006, a feira se reorganizou e, atualmente, são comercializados hortifrutis e alimentos processados da agricultura familiar, de produção própria, em estruturas de barracas adquiridas via Emater.

O município de Divino pertence a Microrregião de Muriaé da Zona da Mata Mineira, conta com população de 20.706 pessoas em 2022 e área territorial de 337,776 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2023). Os habitantes possuem 99,7% de escolarização, nas séries iniciais (INEP, 2023), e o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,7 salários-mínimos (IBGE, 2017).

Os gráficos a seguir apresentam algumas informações referentes aos feirantes da Feira Livre de Divino (Figura 4). Aproximadamente 90% das(os) feirantes eram do próprio município e os demais da região. Cerca de 60% são do gênero feminino e 40% masculino (Figura 4, A); 70% se autodeclararam brancas(os) e 30% pardas(os) (Figura 4, B), 40% com idades que variam entre 40 e 50 anos (Figura 4, C), e com escolaridades variadas, sendo em sua maioria, ensino fundamental incompleto (40%) (Figura 4, D). A seguir alguns registros da Feira (Figura 5, 6 e 7).

Figura 4 – Dados referentes aos feirantes de Divino.



Fonte: da autora.

Figura 5 – Feira Livre de Divino.



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

Figura 6 – Feira Livre de Divino.



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

Figura 7 – Feira Livre de Divino.



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

A partir dos registros fotográficos obtidos durante a realização da aplicação dos questionários na Feira Livre de Divino, podemos observar alguns elementos de análise. A presença marcante das mulheres na Feira, seja na comercialização de alimentos (Figura 5 e 7), seja através de banners e logomarcas dos produtos (Figura 6, “Cafés do brigadeiro: feito por mulheres da agricultura familiar”). A movimentação da feira e a presença de pessoas de distintas faixas etárias (desde crianças até idosos), em local público central no município.

A estrutura das barracas de ferro, com lonas verde-branco, adquiridas via política pública, como um traço muito característicos de feiras em geral, característica que se repete em muitas das feiras aqui analisadas. A diversidade de alimentos, também como um traço marcante e característico da agricultura familiar, pode ser identificada através dos registros, café, pães, hortifrutis, temperos, fubá, rapadura, inhame, banana, dentre outras espécies, identificadas em uma das barracas como “livres de agrotóxicos” (Figura 6). A logomarca do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira também indica a participação política e social da feirante e o apoio ao Polo.

### *2.5.2 Feira Livre de Espera Feliz*

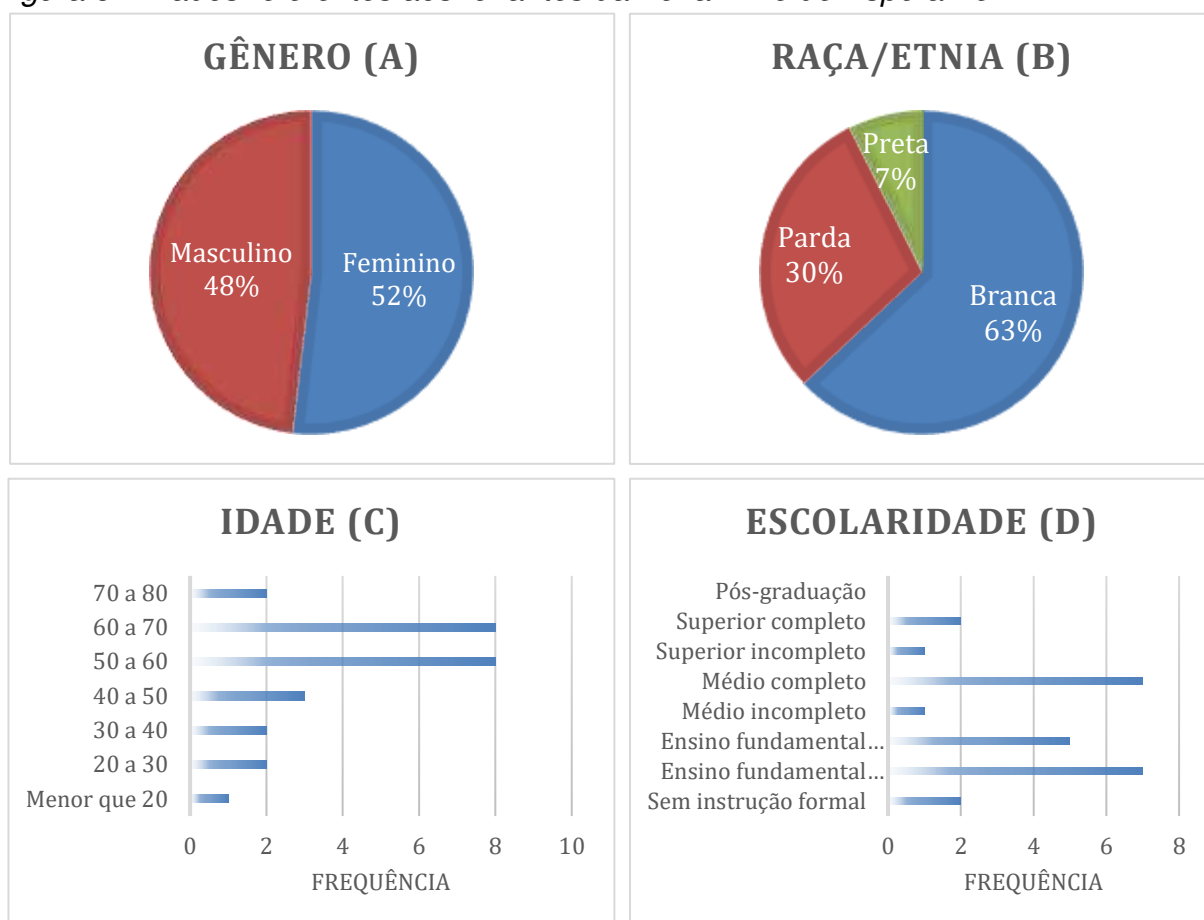
Fundada em 1998, a feira livre de Espera Feliz começou através da vontade de agricultoras(es) em se reunir para comercializar seus alimentos para a população do município. Inicialmente, contava com nove feirantes e cresceu com o passar dos anos. Atualmente, a experiência possui cerca de 27 barracas, todas da agricultura familiar, com produtos do município e região, desde hortifrutis, alimentos processados e artesanatos. A feira ocorre semanalmente, todos os sábados, pela manhã.

Espera Feliz faz parte da Microrregião de Muriaé da Zona da Mata Mineira e possuía, em 2022, 24.102 habitantes e em uma área territorial de 317.638 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2023). A população em 2023 possuía uma taxa de escolarização nas séries iniciais de 99,3%, e um salário médio mensal de trabalhadores formais de 1,6 salários-mínimos (IBGE, 2017).

A Figura (Figura 8) a seguir apresenta algumas informações acerca do perfil das(os) feirantes da Feira Livre de Espera Feliz. Cerca de 92% das(os) feirantes são

do município e os demais de municípios do entorno. Aproximadamente 52% são do gênero feminino e 48% do gênero masculino (Figura 8, A). Acerca da idade, 61,5% têm idades que variam entre 50 e 70 (Figura 8, C). Em relação a raça, 63% se autodeclararam brancas(os), 30% pardas(os) e 7% pretas(os) (Figura 8, B). As(os) feirantes apresentaram escolaridade variada, com ensino fundamental incompleto (30%) ou médio completo (30%) (Figura 8, D). As Figuras 9, 10, 11 e 12 trazem alguns registros da experiência.

*Figura 8 – Dados referentes aos feirantes da Feira Livre de Espera Feliz.*



Fonte: da autora.

Figura 9 – Feira Livre de Espera Feliz.



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

Figura 10 – Feira Livre de Espera Feliz.



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

Figura 11 – Feira Livre de Espera Feliz.



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

Figura 12 – Feira Livre de Espera Feliz.



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

A partir dos registros fotográficos realizadas durante a coleta de dados na Feira Livre de Espera Feliz, percebe-se algumas características que identificam a experiência. A alta diversidade produtos apresentados (frutas, hortifrutis, tubérculos, doces, pó de café, dentre outros), e de variedades de alimentos tradicionais e não-convencionais (alimentos que não se encontram em supermercados), como é o caso do tubérculo que a feirante segura na Figura 9, do inhame, cúrcuma e quiabo na Figura 11 e os doces tradicionais de goiaba, leite, amendoim na Figura 12.

A presença de mulheres, assim como a estrutura das barracas e o local onde a feira ocorre (praça central no município), são características que se assemelham as da Feira Livre de Divino. O passeio onde a feira ocorre (Figura 7) é estreito e, conseqüentemente, há pouco espaço para as(os) feirantes e consumidoras(es) circularem entre as barracas, já que as barracas ficam postas no passeio, de frente para a rua onde há veículos estacionados e em circulação.

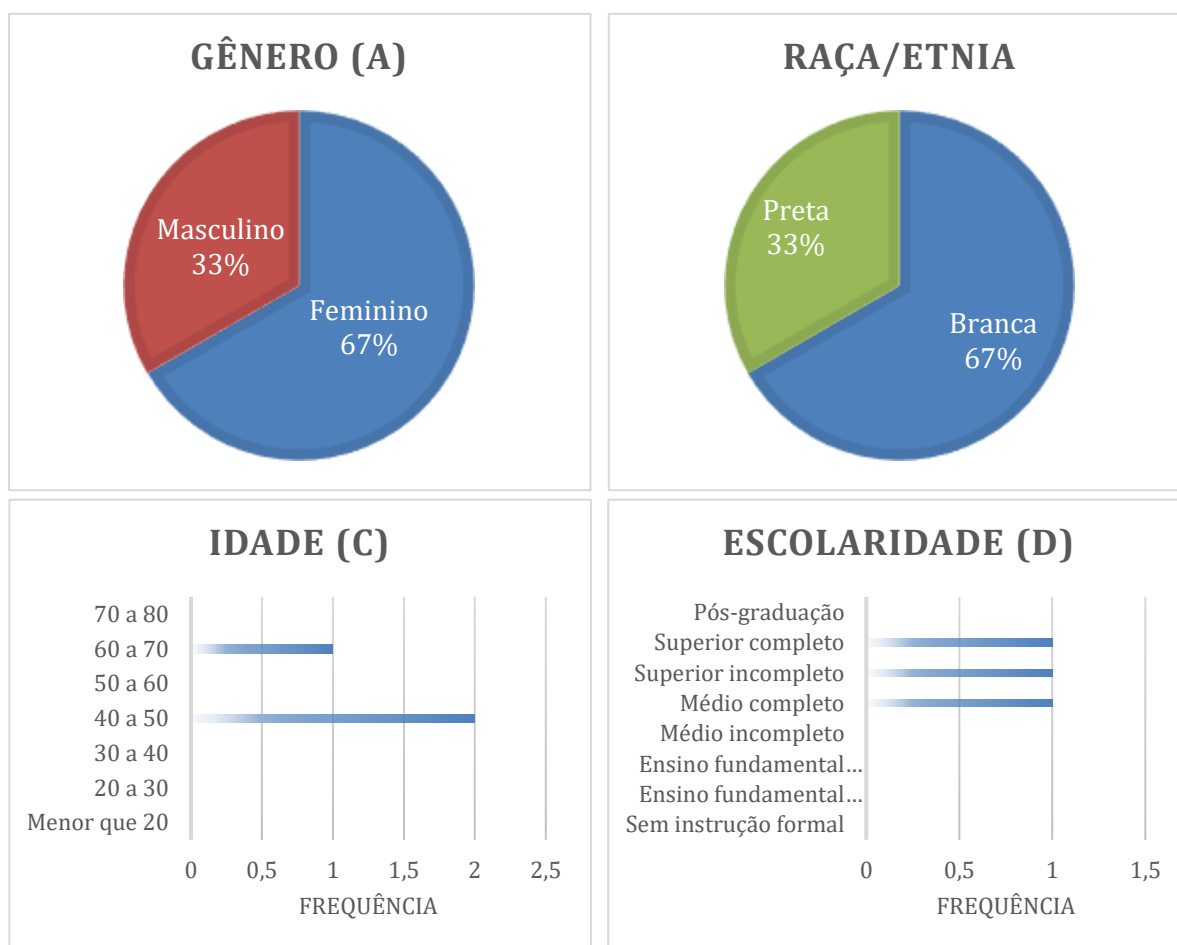
### *2.5.3 Feira Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânico (MOGICO) de Juiz de Fora*

Esta feira foi criada em 2010 por pais de uma escola de pedagogia Waldorf que se preocupavam com a alimentação e queriam consumir produtos mais saudáveis. A iniciativa surgiu na própria escola e, em 2013, foi formalizada enquanto associação. A associação chegou a ter 28 agricultoras(es) associadas(es), contudo, principalmente devido a Pandemia de covid-19, muitas(os) saíram. Atualmente, a feira tem três feirantes, que organizam os produtos dos grupos para comercializar, todos com suas propriedades certificadas como orgânicas, via processo de auditoria, ou por meio de Sistema Participativo de Garantia (SPG). A feira ocorre semanalmente aos sábados, pela manhã, na Praça Bom Pastor, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

O município de Juiz de Fora dá nome a uma das Microrregiões da Zona da Mata Mineira. Com população de cerca de 540.746 em 2022, área territorial de 1.435.749 Km<sup>2</sup> IBGE, 2023) e taxa de escolarização nos anos iniciais de 97,1% (INEP, 2023). O salário médio mensal é de 2,4 salários-mínimos para trabalhadores formais (IBGE, 2017). A Figura a seguir (Figura 13) apresenta algumas informações acerca do perfil das(os) feirantes do Mogico.

Das(os) feirantes, 67% residem no município e os demais em municípios do entorno. Cerca de 67% são do gênero feminino e 33% do gênero masculino (Figura 13, A). As idades, em sua maioria, variam entre 40 e 50 anos (67%) (Figura 13, C) e, em relação a raça, 67% se autodeclaram brancas(os) e 33% se autodeclararam pretas(os) (Figura 13, B) Cerca de 33,3% possuem ensino médio completo, 33,3% superior incompleto e 33,3% superior completo (Figura 13, D). As Figuras 14, 15, 16, 17 e 18 trazem alguns registros da feira do Mógico.

Figura 13 – Dados referentes aos feirantes da Feira Orgânica Mógico.



Fonte: da autora.

Figura 14 – Feira Orgânica Mógico.



Fonte: Isabela Fredes de Freitas.

Figura 15 – Feira Orgânica Mágico.



Fonte: Isabela Fredes de Freitas.

Figura 16 – Feira Orgânica Mogico.



Fonte: Sashia Cristina dos Santos.

Figura 17 – Feira Orgânica Mogico.



Fonte: Isabela Fredes de Freitas.

Figura 18 – Feira Orgânica Mogico.



Fonte: Sashia Cristina dos Santos.

Na Feira orgânica Mogico, a partir dos registros apresentados acima, percebe-se uma estrutura distinta das primeiras duas feiras analisadas. As barracas, embora sejam de ferro e lona, são maiores do que comparadas as feiras livres, e apresentam placas que as caracterizam como orgânicas. Em todas as barracas existe essa identificação, seja através do Selo que identifica um produto como orgânico em

âmbito nacional via certificadora empresarial ou certificação participativa (Figura 14), seja através do dizer “produtos orgânicos isentos de agrotóxicos e produtos químicos” (Figura 16).

As Figuras 15 e 16 igualmente trazem características que distinguem a feira Mogico das demais análises. Como a feira preza primordialmente por produtos orgânicos certificados, existem muitos produtos que são comprados em lojas especializadas em produtos orgânicos, e revendidos na feira. Na Figura 15, registra-se diversos produtos que pela embalagem são identificados como produtos que passaram por algum tipo de industrialização, assim como na Figura 16, pode-se observar algumas caixas nas quais os produtos são transportados.

#### *2.5.4 Feira Agroecológica de Muriaé*

Oficialmente iniciada em 2018, a feira agroecológica de Muriaé possui uma história de articulação política e social, principalmente advinda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (Coopaf) e do Instituto Federal.

A partir do início do curso do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) no município, executado pelo Instituto Federal em parceria com as demais organizações, iniciou-se um diálogo entre as(os) participantes para organização da produção agroecológica e formas de comercialização.

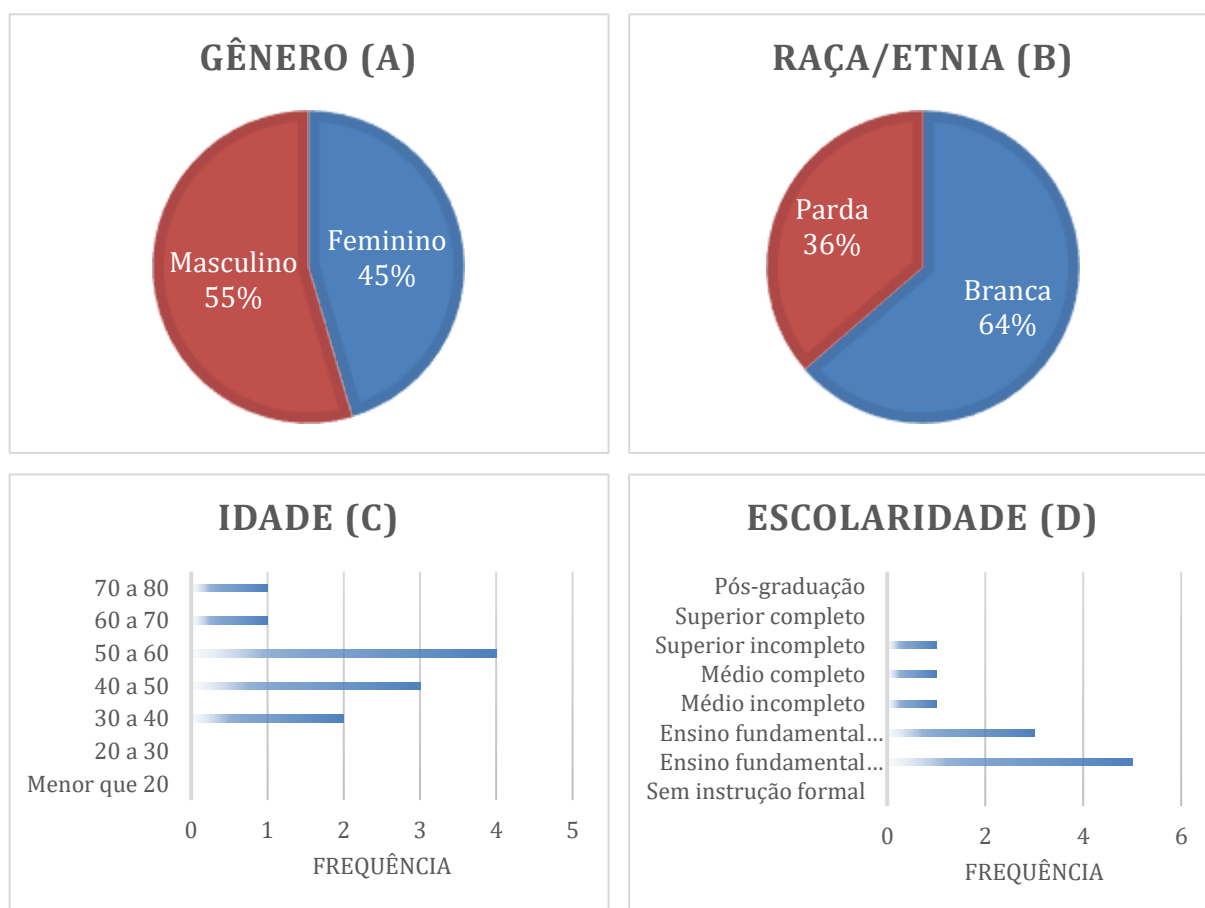
A iniciativa começou através da realização de feiras dentro do instituto e de um Delivery de cestas agroecológicas, em 2016. Atualmente, a feira ocorre simultaneamente todas as quartas-feiras, em duas praças no município de Muriaé, na Praça do Trabalhador e na Praça São Paulo. Com um total de 11 barracas, possui uma significativa diversidade de hortifrutis e alimentos processados, todos advindo das(os) agricultoras(es) familiares do município e região.

O município de Muriaé dá nome a uma das Microrregiões da Zona da Mata Mineira e conta com uma população, em 2022, de 104.108 habitantes e área territorial de 841.693 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2023). A taxa de escolarização do município nos anos iniciais é de 98,5% (INEP, 2023) e o salário médio mensal de 1,8 salários-mínimos para trabalhadores formais (IBGE, 2017). A figura a seguir (Figura 19) apresenta algumas

informações acerca do perfil de participantes da Feira Agroecológica. Destes, 72,7% são do município de Muriaé e as(os) demais dos municípios do entorno.

Cerca de 55% das(os) feirantes da feira agroecológica são do gênero masculino, e 45% do gênero feminino (Figura 19, A), com faixa etária variada, sendo 27,3% com idades entre 40 e 50 anos e 36,4% entre 50 e 60 anos (Figura 19, C). Acerca da raça, 64% se autodeclararam brancas(os) e 36% se autodeclararam pardas(os) (Figura 19, B). Sobre a escolaridade, 45,5% possuem ensino fundamental incompleto e 27,3% ensino fundamental completo (Figura 19, D). As imagens 20, 21, 22 e 23 exibem alguns registros da Feira Agroecológica de Muriaé.

Figura 19 – Dados referentes aos feirantes da Feira Agroecológica de Muriaé.



Fonte: da autora.

*Figura 20 – Feira Agroecológica de Muriaé.*



Fonte: Isabela Fredes de Freitas.

*Figura 21 – Visita das(os) estudantes de Cooperativismo da UFV e da equipe do Gessa.*



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

*Figura 22 – Feira Agroecológica de Muriaé.*



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

Figura 23 – Feira Agroecológica de Muriaé.



Fonte: ITCP-UFV/Gessa.

Nos registros fotográficos analisados na Feira Agroecológica de Muriaé percebe-se igualmente as estruturas de barracas em ferro e lona e a feira ocorrendo em locais públicos centrais no município (ocorre simultaneamente em duas praças).

A coleta de dados ocorreu no mesmo dia de uma visita de campo da turma da disciplina de Economia Solidária II, do Curso de Graduação em Cooperativismo, da qual as(os) estudantes podem ser vistos na Figura 21, juntamente com membros da feira e do projeto de pesquisa.

Percebe-se o traço marcante da luta pela agroecologia através do uniforme das(os) feirantes, escrito “agrotóxico não, agroecologia sim” (Figura 20), a comercialização de produtos locais como frutas e raízes, alguns alimentos processados, e o alto índice de comercialização representado pela barraca vazia na Figura 23. Igualmente as demais experiências, a participação das mulheres na comercialização é um traço marcante em Muriaé.

#### *2.5.5 Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário em Viçosa*

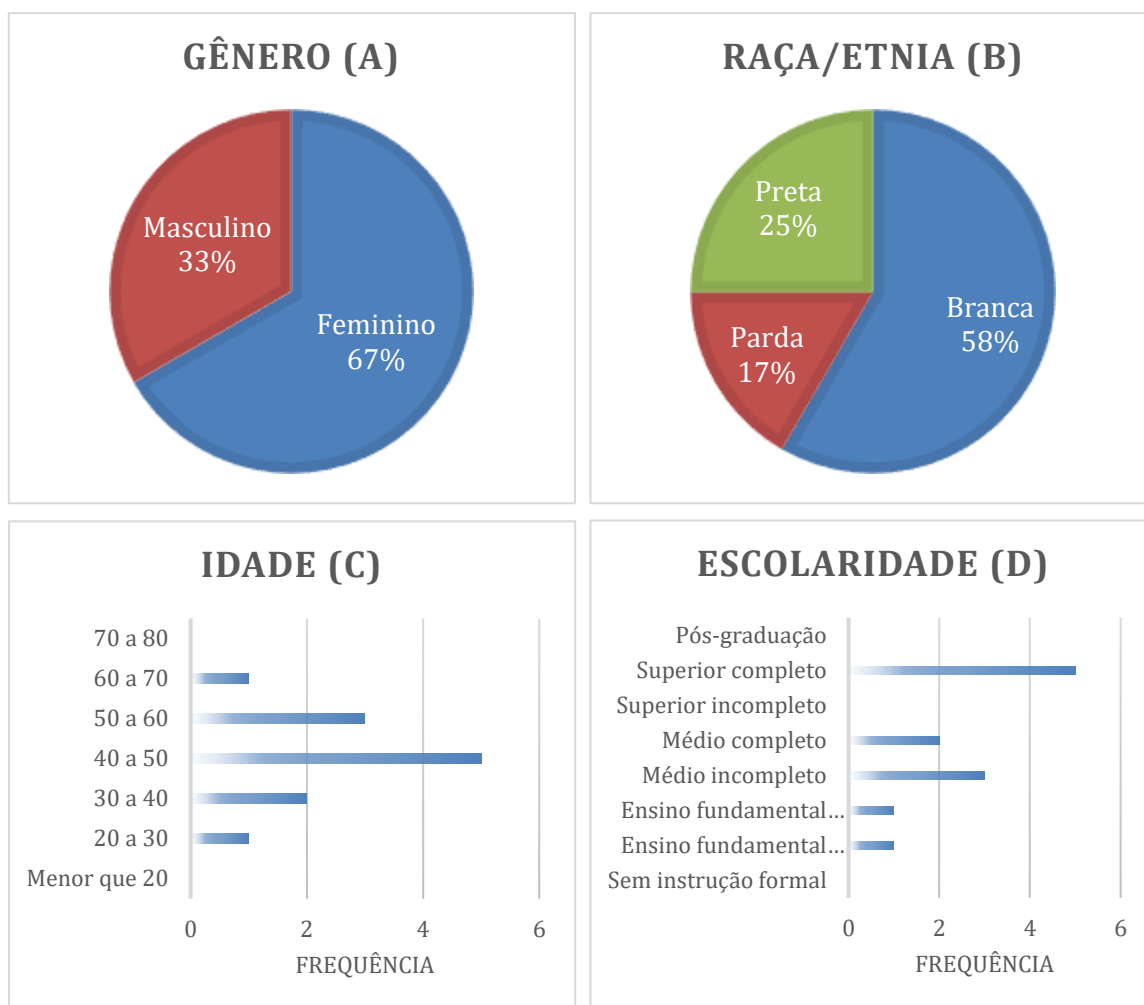
Fundada em 2016, a feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário foi criada a partir da articulação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV e da Seção Sindical dos Docentes da UFV (Aspuv), com apoio de organizações como Emater, Rede Raízes da Mata, Centro de Tecnologia Alternativa e empreendimentos de economia solidária. Atualmente, a feira conta com cerca de 22 de barracas, divididas entre hortifrutis, alimentos processados e diversos tipos de artesanato. A iniciativa ocorre semanalmente, todas as quartas-feiras.

Viçosa nomeia uma das Microrregiões da Zona da Mata Mineira e tem aproximadamente 76.430 habitantes, de acordo com os dados de 2022, e área territorial de 299.418 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2023). Cerca de 99,4% das pessoas entre seis e 14 anos possuem escolarização (INEP, 2023) e o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,7 salários-mínimos (IBGE, 2017). A Figura a seguir (Figura 24) traz algumas informações acerca do perfil das(os) feirantes da pesquisa. Destes, 91,7% são do município de Viçosa e as(os) demais dos municípios do entorno.

Cerca de 67% das(os) feirantes são do gênero feminino e 33% do gênero masculino (Figura 24, A), com diferentes idades, mas que em 41,7% variam entre 40 e 50 anos e 25% entre 50 e 60 anos (Figura 24, C). Em relação a raça, 58% se autodeclararam brancas(os), 25% se autodeclararam pretas(os) e 17% se

autodeclararam pardas(os) (Figura 24, B). A escolaridade igualmente se dá de maneira variada, sendo em 41,7%, pessoas com superior completo e 25% com médio incompleto (Figura 24, D). As Figuras 25, 26 e 27 a seguir apresentam alguns registros da experiência.

*Figura 24 – Dados referentes aos feirantes da Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário.*



Fonte: da autora.

*Figura 25 – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário.*



Fonte: Diego Tsuyoshi.

*Figura 26 - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário.*



Fonte: Diego Tsuyoshi.

Figura 27 - - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário.



Fonte: Diego Tsuyoshi.

Através dos registros fotográficos apresentados, buscou-se mostrar que a Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário possui um diferencial das demais analisadas, já que é a única que não ocorre em um espaço público municipal (praça e/ou espaço cultural). O local em que ocorre é público, mas pertence e fica dentro da Universidade Federal de Viçosa, na Vila Gianetti, na sede da Seção Sindical dos Docentes da UFV, ASPUV.

As estruturas das barracas também a diferencia das demais, sendo barracas maiores, com estrutura de gazebo e placas de madeira e cavaletes como bancadas (Figuras 25, 26 e 27). O Quintal solidário possui espaços de lazer com mesas e cadeiras para as(os) consumidoras(es), e frequentemente ocorrem oficinas, doações/trocas de livros, e/ou atividades culturais, como mostra na Figura 22.

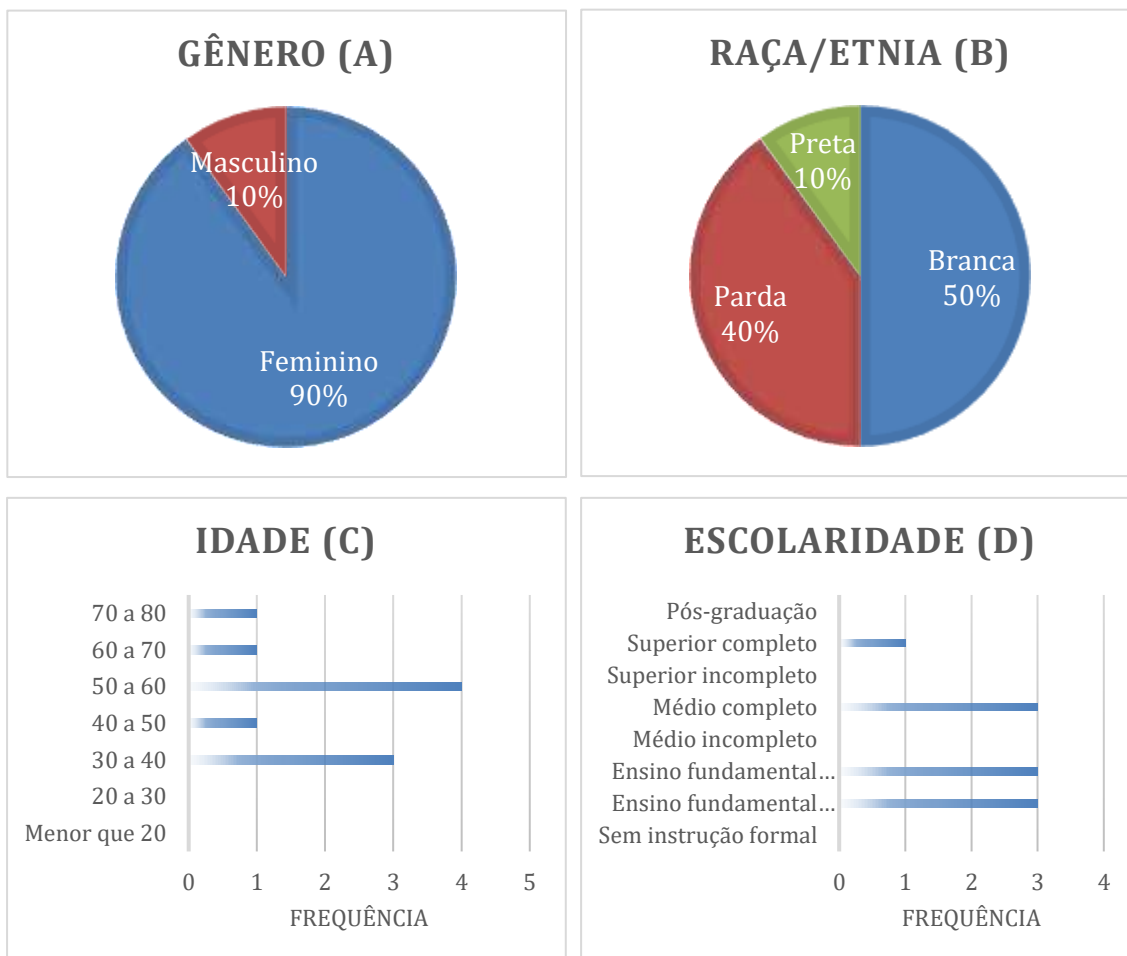
#### *2.5.6 - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido*

Iniciada em 2021, sendo a experiência mais recente das aqui analisadas, a Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido surgiu da necessidade de um local para a comercialização de produtos da agricultura familiar e da economia solidária no município. Muitos das(os) feirantes passavam por dificuldades econômicas pela falta de oportunidade empregos no município e, neste sentido, a Feira foi fundada. A ITCP-UFV e a Emater possuem um papel central no auxílio a organização das(os) feirantes. Atualmente, a Feira ocorre aos sábados pela manhã, na Praça Central do Município de Paula Cândido, com cerca de 11 barracas. São comercializados produtos da agricultura familiar e da economia solidária.

O município de Paula Cândido faz parte da Microrregião de Viçosa da Zona da Mata Mineira. De população, possui aproximadamente 8.659 habitantes, e uma área territorial de 268.321 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2023). Cerca de 99,8% dos habitantes possuem as séries iniciais (INEP, 2023) e o salário médio mensal das(os) trabalhadoras(es) formais é de 1,6 salários-mínimos (IBGE, 2017).

A Figura a seguir (Figura 28) apresenta informações acerca do perfil das(os) participantes da pesquisa. Na Feira de Paula Cândido, 100% das(os) feirantes são do município. Cerca de 90% das(os) feirantes são do gênero feminino e 10% do gênero masculino (Figura 28, A). Em relação a idade, 40% possuem entre 50 e 60 anos e 30% entre 30 e 40 anos (Figura 28, C). Em relação a raça, 50% se autodeclararam brancas(os), 40% se autodeclararam pardas(os) e 10% se autodeclararam pretas(os) (Figura 28, B). Por fim, na escolaridade, 30% responderam ou que possuíam o ensino fundamental incompleto, fundamental completo ou médio completo, respectivamente (Figura 28, D). As Figuras 29, 30 e 31 apresentam alguns registros da experiência.

Figura 28 – Dados referentes aos feirantes da - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido.



Fonte: da autora.

Figura 29 – - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido.



Fonte: Isabela Fredes de Freitas.

Figura 30 – - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido.



Fonte: Isabela Fredes de Freitas.

Figura 31 – - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido.



Fonte: Isabela Fredes de Freitas.

A Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido, como ilustrada nas Figuras acima (Figuras 29, 30 e 31), ocorre na rua principal do município, em Frente a Prefeitura Municipal de Paula Cândido, com o fechamento da rua. Das feiras analisadas, esta é a única em que ocorre a interrupção do fluxo de veículos, pois as barracas ficam dispostas dos dois lados da rua, como ilustrado nas Figuras 29 e 30.

A feira possui dois tipos de estruturas de barracas, as de ferro com lona, adquiridas via política pública estadual e as maiores com estrutura de gazebo. Ocorrem diversas atividades culturais e oficinas durante a realização de cada feira. Especificamente, no dia da entrevista realizada com a liderança da feira, ocorria uma oficina de tranças e um show acústico de uma artista local.

Por fim, a quinta fase analítica de dados qualitativos, de acordo com Yin (2016) é a fase de conclusão. Ela se caracteriza pelas conclusões extraídas da pesquisa ao

longo da interpretação de todos os dados da pesquisa. Para a estrutura do presente trabalho, traremos considerações finais específicas de cada capítulo analítico, bem como, considerações finais gerais, englobando todas as temáticas analisadas.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Anajá; TELLES, Liliam; FLORISBELO, Glauco; FREITAS, Alair; ALVES, Almiro. O papel da extensão universitária na criação da Rede Raízes da Mata. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, jul. 2018.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Projeto de Lei N° 4029/2017. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/PL/4029/2017>. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Editora Hucitec, São Paulo, 1993.

BETTO, Frei. O que é comunidade eclesial de base. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Irene Maria. FERRARI, Eugênio Alvarenga. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória da interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. Revista Agricultura, V. 03, N° 04, 2006.

CARNEIRO, Patrício A. S.; MATOS, Ralfo E. S. Geografia histórica da ocupação da Zona da Mata Mineira: acerca dos mitos das “áreas proibidas”. In: Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira, 2010.

CASTRO, Gisele Ferreira; CASTRO, Nayara Lopes de; FREITAS, Isabela Fredes de; DIAS, Indyra; NEVES, Daniel. Autonomia política e econômica: a experiência das agricultoras de Viçosa-MG a partir das Cadernetas Agroecológicas e da Campanha Periferia Viva. Cadernos de Agroecologia – ISSN2236-7934 – Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - v.19, n.1, 2024.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA/ZM), 2021. Campanha Periferia Viva cria rede de solidariedade na Zona da Mata. Disponível em: < <https://ctazm.org.br/noticias/campanha-periferia-viva-cria-rede-de-solidariedade-na-zona-da-mata-725> >. Acesso em 31 de dezembro de 2024.

COELHO, France Maria Gontijo. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos. 2. Ed. – Viçosa, MG: Suprema, 2014.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 21° Ed. 2002.

FOLHA DO SUDESTE. Feira Agroecológica de Muriaé é referência em produtos sem agrotóxicos. Disponível em: < <http://folhadosudeste.com/site/?p=77084> >. Acesso em 19 de outubro de 2023.

FRANÇA FILHO, G. C. Documento de trabalho - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia. Detalhamento dos instrumentos no Guia Metodológico. Salvador. ITES/UFBA, 2019.

GEILFUS, Frans. 80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San José: IICA, 2002. 271p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MONTIEL, Marta Soler; HERNÁNDEZ, David Gallar; SÁNCHEZ, Isabel Vara; COLLADO, Ángel Calle. Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>, Acesso em: 30 de janeiro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Áreas territoriais, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>. Acesso em: 30 de janeiro de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resultados do Censo Escolar de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2025.

Lei Nº 23.207 de 27 de dezembro de 2018. Institui o Polo Agroecológico de Produção Orgânica na Região da Zona da Mata. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23207/2018/>. Acesso em: 31 de dezembro de 2024.

MANZINI, Eduardo J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

PAIVA, Mariana Silva de; DIAS, Marcelo Miná; SILVEIRA, Diogo Alexandre da; SILVA, Maxuel Marcelino Miguel da. Feira da agricultura familiar de Paula Cândido: sua construção e desafios. Cadernos de Agroecologia – ISSN2236-7934 - Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro -v.19, n.1, 2024.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ASSUNÇÃO, Wanessa Marinho; RIBEIRO, Adriana Aparecida de Moraes; GOMES, Renata de Souza; CARDOSO, Irene Maria. Polo agroecológico e de produção orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais. Cadernos de Agroecologia – ISSN2236-7934-Anais

do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - v.19, n.1, 2024.

PAULA, Eunice Bueno B. de; OLÍDIA, Camila; COSTA, Bianca Aparecida Lima; PEREIRA, Cleonilde Alves Cecílio; VERIDIANO, Carina A. Articulações entre economia solidária e agroecologia: dois dedos de prosa com a Feira Quilombola do Buieié. Anais do Simpósio de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa, 17 a 19 de novembro de 2021.

RESENDE, Eugênio Martins de Sá. A construção social de redes agroalimentares agroecológicas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2020

SILVA, Lourdes Helena; MIRANDA, Élide Lopes. Agroecologia e Educação do Campo na Zona da Mata Mineira. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 337-355, jul./dez. 2015.

SILVA, Márcio Gomes da. Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz/MG. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

SILVA, Márcio Gomes; Santos, Marcelo Loures dos. A prática educativa dos movimentos sociais na construção da agroecologia. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 7, n. 2, p. 263-282, jul./dez. 2016.

Silva, Márcio Gomes. Pedagogia do movimento agroecológico: fundamentos teórico-metodológicos. 197 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2020.

Yin, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.

### 3. CAPÍTULO 2 – CARACTERÍSTICAS, CRITÉRIOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

#### CHARACTERISTICS, CRITERIA AND CHALLENGES IN THE CONSTRUCTION OF SHORT FOOD SUPPLY CHAINS

##### RESUMO

Os circuitos curtos de comercialização são construídos de distintas formas organizativas que envolvem processos sociais e coletivos. O objetivo geral deste artigo é analisar os processos de organização de feiras (livres, agroecológica, orgânica, da agricultura familiar e da economia solidária) como circuitos curtos de comercialização em municípios da Zona da Mata Mineira. Nos objetivos específicos, buscou-se identificar o histórico das experiências, bem como as principais motivações de criação destes espaços; elucidar quais as(os) principais organizadoras(es) e apoiadoras(es), critérios de entrada e participação, e os principais desafios e vantagens observados pelas(os) feirantes ao participar das feiras. Foram aplicados questionários estruturados com 72 feirantes e realizadas entrevistas semiestruturadas com seis lideranças de seis experiências de feiras na Zona da Mata Mineira. Identificou-se distintas formas de concepção destes circuitos, atores, apoiadores, critérios de entrada nestes espaços, desafios enfrentados e vantagens de participação. Através da sistematização e discussão acerca destas experiências, espera-se contribuir para a promoção de políticas públicas de fomento e fortalecimento destes espaços.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Produção de Alimentos. Organizações coletivas. Comercialização.

##### ABSTRACT

Short food supply chains are built in different organizational forms that involve social and collective processes. The general objective of this article is to analyze the processes of organizing fairs (free, agroecological, organic, family farming and solidarity economy) as short food supply chains in municipalities in the Zona da Mata Mineira. The specific objectives sought to identify the history of the experiences, as well as the main motivations for creating these spaces; to elucidate the main organizers and supporters, entry and participation criteria, and the main challenges and advantages observed by the fairgoers when participating in the fairs. Structured questionnaires were applied to 72 fairgoers and semi-structured interviews were conducted with six leaders of six fair experiences in the Zona da Mata Mineira. Different ways of designing these circuits, actors, supporters, entry criteria in these spaces, challenges faced and advantages of participation were identified. Through the systematization and discussion of these experiences, it is hoped to contribute to the promotion of public policies to foster and strengthen these spaces.

**Keywords:** Agroecology. Food production. Collective organizations. Marketing.

### 3.1 INTRODUÇÃO

Os circuitos curtos de comercialização são construídos a partir de distintas formas organizativas que envolvem processos sociais e coletivos (Guzmán et al., 2012). Para além da diminuição da distância física, característica destes circuitos, as iniciativas devem buscar um encurtamento das relações estabelecidas, tanto entre agricultoras(es), quanto em relação as(aos) consumidoras(es) (Soller; Calle, 2010; Guzmán et al., 2012). Normalmente, estes espaços são baseados nos princípios da economia solidária e da agroecologia (Darolt; Rover, 2021).

A economia solidária configura-se, através das organizações coletivas, como uma proposta de transformação social em relação às lógicas hegemônicas de produção, distribuição, comercialização e consumo, buscando fortalecer um sistema mais justo, responsável e cidadão de economia (Singer, 2002). A agroecologia, por sua vez, possui um enfoque científico, teórico, prático e metodológico, que tem por objetivo construir sistemas agroalimentares mais sustentáveis em todas as suas dimensões (ecológica, econômica, social e política) (Caporal, Costabeber, 2002).

O objetivo geral deste artigo é analisar os processos de organização de feiras (livres, agroecológica, orgânica, da agricultura familiar e da economia solidária) como circuitos curtos de comercialização em municípios da Zona da Mata Mineira. Nos objetivos específicos, buscou-se identificar o histórico das experiências, bem como as principais motivações de criação destes espaços; elucidar quais as(os) principais organizadoras(es) e apoiadoras(es), critérios de entrada e participação e os principais desafios e vantagens observados pelas(os) feirantes ao participar das feiras.

Alicerçando-se nestes objetivos, espera-se contribuir para a visibilidade do potencial que estes circuitos possuem para o fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e da economia solidária, no território de abrangência do Polo Agroecológico de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira (Lei Estadual N° 23.207 de 27 de dezembro de 2018). Espera-se, da mesma forma, identificar os principais desafios enfrentados pelas(os) participantes destes espaços, visando potencialmente subsidiar políticas públicas para o fortalecimento de feiras no território.

### 3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os circuitos curtos de comercialização (CCC) se baseiam na demanda e na distribuição de alimentos e produtos locais, de origem conhecida e relações aproximadas (Ploeg, 2011). Esses circuitos são por muitas vezes construídos pelas próprias pessoas envolvidas na produção (agricultoras/es, artesãs/aos quitandeiras etc.) e pela sociedade civil, a partir do entendimento de que o consumo é um ato político, pois ele pressupõe escolhas<sup>3</sup> (Portilho, 2020).

Estes circuitos curtos de comercialização podem ser grupos ou redes de consumo responsável, venda direta ou em domicílio, grupos de venda nas redes sociais (normalmente WhatsApp, Facebook ou Instagram), mercados institucionais (como é o caso das compras no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – ou Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), lojas especializadas de produtos orgânicos, compras da sociedade civil, feiras livres, agroecológicas e/ou de economia solidária, dentre outros (Rover; Darolt, 2021).

As feiras, uma das formas de configuração de circuito curto, são compostas normalmente por feirantes **que** se organizam coletivamente para comercialização de seus produtos (Darolt, 2021). É importante considerar que a comercialização é apenas um dos elos do sistema agroalimentar, que perpassa desde as atividades de produção, beneficiamento, logística, distribuição, comercialização, consumo e pós-consumo de alimentos e existem processos organizativos específicos em todos estes elos. O enfoque deste artigo se dará na organização e comercialização nas feiras.

As feiras ocorrem muitas vezes em locais públicos (praças, ruas, em espaços de instituições públicas, dentre outros) e se caracterizam pela reprodução dos aspectos e valores culturais do território em que se localizam e pela ressignificação da produção e do consumo de alimentos e outros produtos (Gazolla, 2013; Darolt, 2021; Cassol; Schneider, 2022).

Podem ser consideradas ambientes de trocas de conhecimentos, que propiciam as(aos) agricultoras(es) o compartilhamento de suas experiências acerca

---

<sup>3</sup> Estas escolhas podem estar relacionadas sobre a forma como os alimentos foram produzidos, qual a forma de manejo, quais insumos foram utilizados, quem os produziu, qual a forma de remuneração que esta(e) trabalhador(a) obteve, qual o impacto ambiental e social este alimento/produto gerou etc.

das práticas de manejo, bem como estratégias de comercialização e de acesso às políticas públicas (Medeiros; Marques, 2013). Podem promover, da mesma forma, a perpetuação de uma grande diversidade de sementes e mudas nativas e, com estas características, se classificam como locais de comercialização que ultrapassam a simples perspectiva monetária capitalista. Geram autonomia e resistência da agricultura familiar frente aos mercados convencionais (Gazolla, 2013).

Estes espaços podem promover mudanças nos sistemas agroalimentares convencionais, não apenas na perspectiva da produção sustentável, mas também a partir de variáveis como valores éticos, sociais e culturais e princípios como “justiça social, soberania alimentar, reciprocidade, autonomia, respeito a diversidade cultural, entre outros” (Medeiros; Marques, 2013, p.115).

Normalmente, tais iniciativas podem ser impulsionadas de duas formas distintas, que aqui denominamos como “Feiras livres”, ou “Feiras da agricultura familiar e da economia solidária, agroecológicas ou orgânicas”. A primeira delas identificadas como “feiras livres”, pode ser caracterizada como espaços de comercialização impulsionados e organizados geralmente pelo poder público (Prefeituras), por agentes de agências de assistência técnica, podendo também ter a participação de agricultoras(es) e consumidoras(es) (Darolt, 2021).

Relações de troca e de compra e venda de produtos existem em Feiras Livres desde a antiguidade e foram, durante um longo período, um dos principais meios de escoamento da produção agrícola (Araujo, Ribeiro, 2018). A presença de feiras livres nos territórios, impulsiona a autonomia dos agricultores, fortalecendo o território e a economia local, contribuindo para o aumento do fluxo monetário e diminuindo o número de atravessadores (Pereira et al., 2017).

De acordo com Godoy e Anjos (2007), no Brasil, a comercialização via circuitos curtos que mais se destaca são as feiras livres. Para as(os) agricultores(as) familiares, as feiras livres possuem um significado ainda maior do que a simples comercialização, pois “além de aproximar as pessoas com interesses de troca econômicas idênticas, em que o valor é formado por uma discussão direta entre os atores, constitui-se também num palco de reprodução social” (Godoy; Anjos, 2007).

Dessa forma, a feira, quando composta por agricultores familiares, deixa de ser apenas um espaço de comercialização e passa a ser o lugar onde o conhecimento tradicional é reconhecido e valorizado e estes atores que se viam esquecidos pela forma de comercialização convencional, via atravessadores, passam a ser o sujeito principal da ação.

Nas feiras livres, contudo, o protagonismo na gestão normalmente tende a ser do poder público, geralmente através de uma Secretaria Municipal (Agricultura e Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional, Meio Ambiente, Saúde ou outra), regulamentada por alguma Lei Municipal ou portaria, com regras específicas para cada tipo de feira (Darolt, 2021).

As decisões tendem a ser tomadas de cima para baixo (normalmente um conselho coordenador composto por uma representação do poder público, um da agência de assistência técnica e um/a agricultor/a) e, geralmente, não existe muito controle acerca da entrada de novas(os) feirantes e fiscalização acerca da produção (Darolt, 2021).

A segunda forma, denominada aqui como “feiras da economia solidária e agricultura familiar, agroecológicas e orgânicas” apresenta-se como espaços em que tendencialmente as(os) agricultoras(es) e suas respectivas organizações possuem um maior protagonismo na criação e organização (Costa; Padilla, 2024).

Em muitos casos existe igualmente a participação do poder público e de agências de assistência técnica e extensão rural, como é o caso das experiências analisadas neste estudo. Contudo, as decisões tendem a serem tomadas de uma forma horizontal (através de reuniões/assembleias) e existem controles e princípios que orientam a entrada e permanência de feirantes, já que normalmente existem critérios rígidos a serem seguidos para entrada de novas(os) feirantes. Muitos destes critérios podem estar relacionados com as práticas de produção agroecológicas (Costa; Padilla, 2024).

Embora exista esta diferença conceitual e de organização entre feiras livres, e feiras da economia solidária e agricultura familiar, agroecológicas e orgânicas, considera-se para fins deste estudo, ambas as experiências como circuitos curtos de comercialização. Devido a diminuição das distâncias entre produção e consumo, e a

diminuição do número de atravessadores, a diversidade de produtos locais e sazonais encontrados nas experiências, e articulação de atores e valores sociais mobilizados nas experiências (algumas mais que outras).

Cassol e Schneider (2022), ao analisarem a construção dos mercados utilizando uma perspectiva institucionalista, afirmam que os mercados da agricultura familiar (como exemplo expresso neste artigo, as feiras) são construções sociais, ou socialmente construídas. Cada espaço, embora tenham um princípio em comum, que é a comercialização de alimentos/produtos, constrói-se com base em crenças e valores já pré-estabelecidos pelas pessoas que dele fazem parte, antes mesmo dos mercados existirem (Cassol e Schneider, 2022).

Os valores culturais e sociais que as pessoas compartilham, ou seja, as instituições, ditam as regras de cada mercado. Pode-se dizer que a abordagem dos circuitos curtos de comercialização possui uma dinâmica semelhante, ao passo que são espaços construídos pela sociedade civil para comercialização de alimentos locais/sazonais e e/ou de perspectivas políticas aproximadas (Portilho, 2020; Rover; Darolt, 2021).

Embora seja inquestionável a importância desses circuitos para agricultura familiar, ainda assim estes espaços muitas vezes são pouco ampliados e existem muitas barreiras que limitam seu funcionamento (Medeiros; Marques, 2013). Como, por exemplo, a baixa rentabilidade, o número de pessoas envolvidas, o baixo consumo. Isso justifica o porquê estes espaços precisam ser estudados e fortalecidos pelo poder público e pela sociedade civil.

### **3.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Parte-se da análise de seis experiências de feiras através da utilização de uma abordagem quali-quantitativa. A pesquisa compõe o projeto “Agroecologia e Sistemas Alimentares Localizados: inovações sociais na construção dos circuitos curtos de comercialização”<sup>4</sup> (Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas

---

<sup>4</sup> O objetivo geral do projeto é analisar os circuitos curtos de comercialização, com intuito de compreender a abrangência, os benefícios socioeconômicos e ambientais presentes nas iniciativas envolvidas com o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata Mineira (Lei nº23207/2018).

Gerais - Fapemig, processo APQ-00318-22), desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Sistemas Agroalimentares e Agroecologia (GESSA), criado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV).

Dentre as iniciativas estudadas, duas são caracterizadas como Feiras Livres e quatro como Feiras da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, agroecológicas e orgânicas (sendo duas denominadas como da economia solidária e agricultura familiar, uma como agroecológica e uma como orgânica). As feiras selecionadas possuem distintos arranjos organizacionais e partem de diferentes princípios e motivações para criação. Todas elas estão inseridas no contexto do Polo Agroecológico de Produção da Zona da Mata Mineira e, embora a pesquisa não esgote as experiências de feiras e circuitos curtos de comercialização do território, ainda assim é importante analisá-las a fim de se ter uma caracterização das experiências.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de março e novembro de 2024, com a utilização de questionários estruturados com as(os) feirantes das experiências, com entrevistas semiestruturadas com as lideranças das feiras (Geilfus, 2002).

O tempo da coleta (referente a sete meses) se deu devido a necessidade de organização prévia e preparação para o campo. Foi realizada a articulação com as pessoas referências do movimento e preparação da equipe responsável e colaboradoras(es) pela aplicação dos questionários. Esta preparação das(os) colaboradoras(es) foi realizada através de formações entre as(os) mesmas(os) e a equipe, para leitura dos questionários e para sanar eventuais dúvidas acerca do conteúdo das perguntas.

O questionário foi elaborado pela equipe do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Sistemas Agroalimentares e Agroecologia (Gessa). A equipe da pesquisa foi composta por uma coordenação, um bolsista técnico, uma bolsista de Iniciação Científica (IC), e uma estudante de Pós-graduação (mestrado). O questionário continha em sua grande maioria perguntas fechadas e foi dividido em quatro distintas dimensões: sociocultural, socioeconômica, socioambiental e de gênero. A subdivisão

foi pensada e adaptada partir de proposta de França-Filho (2019), que aponta que a sustentabilidade deve ser pensada de maneira plural e inspirada nas dimensões da agroecologia propostas por Guzman et al. (2012), ao analisarem os circuitos curtos de comercialização de Andaluzia, na Espanha.

O enfoque deste artigo se dará na dimensão sociocultural do questionário, exclusivamente, juntamente com as entrevistas semiestruturadas. Durante a aplicação de questionários, foi investigado o tempo de comercialização de cada feirante no espaço e se estas(es) participaram do processo de criação da iniciativa ou sabe como foi criada. Foi questionado se foi preciso cumprir algum critério para participação e se as(os) agricultoras(es) participam da organização da feira diretamente. Da mesma forma, buscou-se entender como são tomadas as decisões na feira.

Dessa forma, a dinâmica de coleta de dados foi a seguinte: a equipe chegou no início das atividades da feira e, junto com a pessoa de referência inicial da pesquisa, apresentou o projeto as(aos) feirantes. Após esta apresentação inicial, deu-se início o processo de aplicação dos questionários. Todos os questionários foram aplicados de maneira presencial, durante a realização das feiras. Para auxílio da aplicação dos questionários nas feiras, a equipe contou com a colaboração de estudantes de graduação e pós-graduação, vinculados ao Curso de Graduação de Cooperativismo e ao de Pós-graduação em Agroecologia, da Universidade Federal de Viçosa.

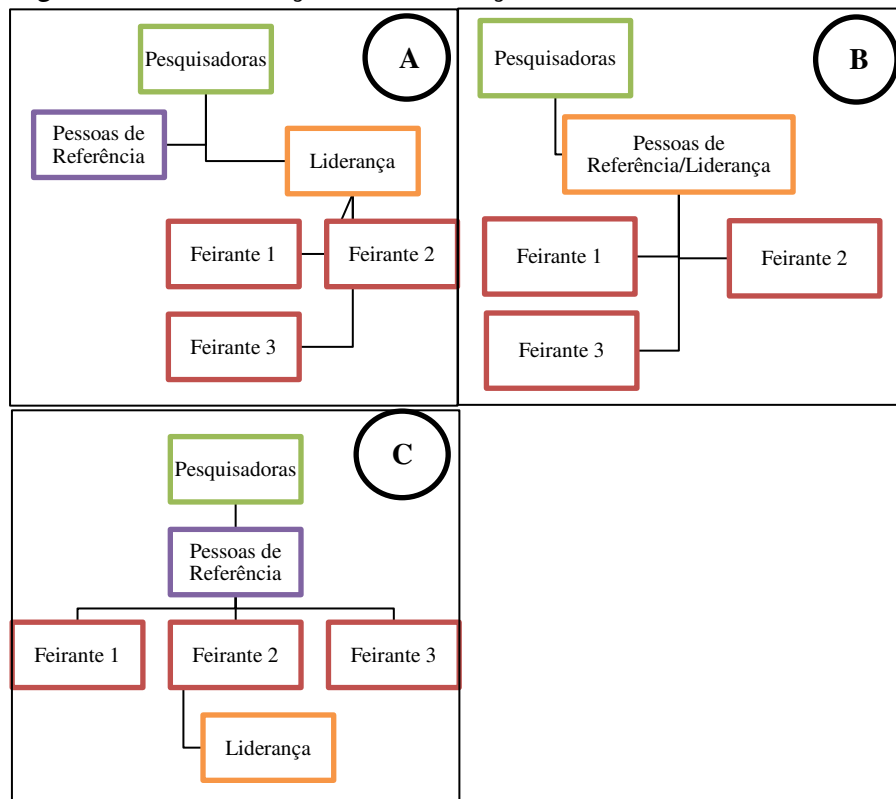
Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) para a(o) respondente, adquirido a partir da aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFV e, após o convite para participação na pesquisa, foi realizada a leitura e assinatura do Termo. Neste espaço, foi imprescindível respeitar o tempo e as dinâmicas de venda das(os) feirantes, com o afastamento da barraca caso houvesse consumidor(a) e retomada da entrevista quando possível.

Para toda feira e questionário aplicado, foi criado um código de identificação com as iniciais do município e um número atribuído a cada respondente (exemplo: Entrevistada da Feira livre de Espera Feliz nº1 – ES 1). Os dados foram transcritos

dos questionários impressos para a plataforma *Google Forms*, separados por Feira e, após a extração das planilhas, foram tabulados e verificados em planilha eletrônica Excel. Os dados foram rearranjados em um banco de dados geral, de acordo com a metodologia de compilação, decomposição e recomposição de dados proposta por Yin (2016).

Para além dos questionários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pelo menos uma liderança de cada Feira. Entende-se “lideranças” como aquelas pessoas que estão à frente dos espaços organizativos dos circuitos, para além da comercialização individual, e que podem ocupar cargos estabelecidos baseados na estrutura organizacional do circuito (presidente/a ou coordenador/a, por exemplo) e/ou que participam da experiência desde a sua concepção. A identificação de lideranças foi realizada de três formas, ou via pessoas de referência (no caso a pessoa indicando alguém, ou sendo a própria liderança) (Figura 32, a e b), ou via feirantes (Figura 32, c). O caminho percorrido para esta identificação é ilustrado na Figura 32.

Figura 32. Identificação de lideranças nas feiras analisadas.



Fonte: da autora.

Quando dialogada com a pessoa de referência, esta mesma era alguém considerada como liderança dentro da organização da feira (coordenadora ou gerente da feira, por exemplo), ou indicou uma pessoa com papel de liderança dentro da feira e, neste sentido, a pessoa foi classificada como tal. No sentido contrário, a pessoa de referência apresentou as pesquisadoras as(os) feirantes e, a partir desse contato prévio, foi identificado com a própria indicação das(os) feirantes, uma liderança.

No roteiro das lideranças continham questões relacionadas ao surgimento, organização e motivos para criação do circuito, organizações envolvidas e apoiadores, número de pessoas participantes (quantos homens, quantas mulheres etc.), relações de confiança entre os membros, principais dificuldades e potencialidades da feira; e acesso à políticas públicas, dentre outras.

As entrevistas ocorreram presencialmente ou de maneira online, todas gravadas em áudio. Os áudios provenientes das entrevistas foram transcritos em documentos de texto, com auxílio do programa de computador gratuito Good Tape, revisados e organizados pelas pesquisadoras posteriormente. Por fim, o Quadro 1 aponta o perfil das lideranças de cada

Esta técnica de entrevista busca evitar alguns dos efeitos negativos dos questionários estruturados (fechados) como, por exemplo, tópicos fechados com temáticas já definidas, falta de diálogo e inadequação às percepções das pessoas envolvidas (Geilfus, 2002). O quadro a seguir traz algumas informações sobre o perfil das lideranças entrevistadas (Quadro 4).

Quadro 4 - Perfil das lideranças e dados das coletas.

Nome da Feira	Perfil da Liderança	Nome fictício	Data da Coleta de Dados
Livre de Divino	Homem agricultor, pardo, 47 anos, feirante Função: coordenador da feira	DI	27/04/2024
Livre de Espera Feliz	Homem agricultor, branco, 53 anos, feirante, membro Fundador do Sindicato do Trabalhadores Rurais de Espera Feliz Função: membro Fundador da Feira	ES	22/06/2024

Orgânica Mogico	Homem agricultor, preto, 46 anos, membro do COMSEA <sup>5</sup> e do Fórum Municipal/Regional de Economia Solidária	MO	05/04/2024
	Função: gerente da Feira		
Agroecológica de Muriaé	Mulher agricultora familiar, branca, 45 anos, atual Diretora Presidenta da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (Coopaf), atual Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Município, Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé	MR	10/04/2024
	Função: atualmente não ocupa espaço na feira, mas por estar vinculada a Cooperativa e ao Sindicato, possui um papel de representação política e social		
Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário	Mulher artesã, branca, 51 anos, membro da Associação dos Artesãos de Viçosa (ADAV), participa da feira desde a sua constituição.	QS	30/10/2024
	Função: coordenadora geral da Feira		
Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido	Mulher agricultora e quitandeira, parda, 54 anos, participa da feira desde a sua constituição.	PC	23/11/2024
	Função: membro da Comissão de Organização de Eventos da Feira		

Fonte: da autora.

As entrevistas, após transcritas e revisadas, foram analisadas no Software Atlas ti, utilizado para análises qualitativas de dados assistidas por computador (Yin, 2016). Cada entrevista está organizada em um documento distinto, intitulado com o nome do município do qual faz parte (exemplo: Espera Feliz), contudo, na mesma pasta de trabalho para que as categoriais analisadas sejam as mesmas.

A partir da utilização do software, foi possível elaborar categorias de análise das entrevistas e, com a recomposição dos dados, organizar grupos de análise (Yin,

<sup>5</sup> Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

2016). O quadro a seguir traz informações acerca dos grupos e categorias de análise criadas e utilizadas no presente artigo (Quadro 5).

Quadro 5 – Grupos e categorias de análise, organizadas com o auxílio do Atlas ti.

Grupos	Categorias
História da feira – Motivos e critérios para criação e participação	Critérios de entrada; história da feira; motivos para criação; princípios
Apoiadores	Organizações que apoiam; relação com a universidade; relação com o sindicato
Prefeitura	Relação com o poder público municipal
Organização da feira	Acesso a projetos/políticas públicas/recursos de apoiadores; como a feira se organiza; gestão de resíduos; relação entre feirantes; tomadas de decisões sobre a feira
Desafios	Ameaças; desafios

Fonte: da autora

Para a apresentação dos resultados, serão utilizados os dados referentes a aplicação dos questionários estruturados com as(os) feirantes, bem como, os dados obtidos com base nas entrevistas com as lideranças.

### 3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.4.1 Histórico das experiências e motivações para a sua constituição

A criação de uma feira é geralmente uma iniciativa partilhada entre técnicos de instituições públicas (prefeituras, empresas de assistência técnica e extensão rural, universidades etc.), organização de agricultoras(es) e consumidoras(es). O compromisso e engajamento das(os) agricultoras(es) com a assiduidade e sensibilização da(o) consumidor(a) é primordial (Darolt, 2021).

Cada experiência analisada possui uma diferente configuração e tempo de existência. Algumas mais antigas que outras. O quadro a seguir (Quadro 6) apresenta algumas características acerca do ano de criação das feiras, bem como, quando elas acontecem, o número de pessoas entrevistadas em cada uma e a data da coleta de dados. As informações referentes ao ano de criação das experiências foram obtidas a partir das entrevistas com as lideranças.

Quadro 6 - Características gerais das feiras e dados da coleta.

Nome da Feira	Ano de criação	Quando acontece a feira	Número de entrevistados/as	Data da coleta de dados
Livre de Divino	Ocorre a mais de 40 anos (sem uma data específica de criação), com intervenção da Prefeitura Municipal e da Emater desde 2006	Todos os sábados pela manhã, no Centro de Divino	10	27/04/2024
Livre de Espera Feliz	1998	Todos os sábados pela manhã, na Praça da Bandeira	27	22/06/2024
Orgânica Mógico	Ano de surgimento: 2010 Criação do estatuto: 12 de novembro de 2013	Todos os sábados pela manhã, na Praça Bom Pastor	3	23/03/2024
Agroecológica de Muriaé	Ano de surgimento: 2016 Estabeleceu-se na estrutura em que está em 30 de outubro de 2018	Todos as quartas-feiras pela manhã, na Praça do Trabalhador e na Praça São Paulo	11	10/04/2024
Quintal Solidário	2016	Todas as quartas-feiras, ao final da tarde, na Sede do Sindicato dos Professores da	12	21/08/2024

		Universidade Federal de Viçosa (APUV)		
Paula Cândido	2021	Todos os sábados pela manhã, na Praça Central	10	09/03/2024

Fonte: da autora.

Percebe-se, com base no Quadro 6, que as feiras livres são as experiências mais antigas de comercialização analisadas, ambas com mais de 25 anos de existência. Elas são muito características em todo o Brasil como espaços de comercialização locais. Normalmente através da iniciativa de agricultoras(es) vinculadas ao poder público, estes espaços reproduzem as tradições e culturas dos territórios aos quais estão vinculados.

A Feira Livre de Divino ocorre no município a mais de 40 anos. Em seu início, não havia controle acerca do que se vendia, nem tampouco na estrutura e disposição dos produtos. Após uma articulação das(os) feirantes com a Emater e a Prefeitura do município, em 2006, a feira se reorganizou e são comercializados hortifrutis e alimentos processados da agricultura familiar.

A Feira Livre de Espera Feliz foi fundada em 1998 pela iniciativa agricultoras(es) em se reunir para comercializar seus alimentos para a população do município. Atualmente, a feira possui feirantes da agricultura familiar com produtos locais, desde hortifrutis a alimentos processados e artesanatos.

A criação das demais experiências, a partir de 2010, evidencia o aumento dos circuitos curtos de comercialização no território, constituídos mediante a uma conjuntura política e social que envolve diferentes atores (Arantes et al., 2018; Costa et al., 2019; Resende, 2020; Folha do Sudeste, 2021; Paula et al., 2021; Paiva et al., 2024; Castro et al., 2024).

A Feira Orgânica Mogico foi fundada com foco na iniciativa de consumidoras(es). Criada em 2010 e formalizada enquanto associação em 2013, por

pais de uma escola de pedagogia Waldorf<sup>6</sup> que se preocupavam com a alimentação de seus filhos. Atualmente, a feira conta com três feirantes, todos com suas propriedades certificadas como orgânicas, uma via processo de auditoria e duas via Sistema Participativo de Garantia (SPG).

A Feira Agroecológica de Muriaé, oficialmente iniciada em 2018, possui uma história de articulação política e social da agricultura familiar. Com o início do curso do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) no município, em 2016, vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé, iniciou-se um diálogo entre as(os) participantes sobre formas de comercialização. A iniciativa começou através de feiras dentro do Instituto Federal e de um Delivery de cestas agroecológicas. Em 2016, após o sucesso, se expandiu para a criação da feira nos moldes atuais. Possui uma alta diversidade de hortifrutis e alimentos processados.

A experiência foi impulsionada principalmente por organizações coletivas das(os) agricultoras(es) familiares, sindicato e cooperativa, em articulação com o Instituto Federal e está fortemente enraizada na luta do movimento agroecológico das(os) agricultoras(es) familiares do território.

A Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar - Quintal Solidário foi criada em 2016 por meio da articulação entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e a Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV) que mobilizaram agricultoras(es) familiares de base agroecológica e empreendimentos econômicos solidários para organização deste circuito de comercialização. Atualmente, a feira conta com barracas, divididas entre hortifrutis, alimentos processados e diversos tipos de artesanato.

No Quintal solidário, parte dos as(os) agricultoras(es) já comercializava seus alimentos através da Rede de Prossumidores Raízes da Mata e a feira foi criada em articulação com representantes de diversas organizações. Destacam-se entre os parceiros da iniciativa a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); o Serviço de Vigilância Sanitária de Viçosa; a Associação de Artesãos e produtores de Alimentos Caseiros de Viçosa (ADAPAC); o Centro de Tecnologias Alternativas da

---

<sup>6</sup> Pedagogia consolidada pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner (Silva, 2015).

Zona da Mata (CTA-ZM); a Rede Raízes da Mata; o Projeto de Extensão da Feira Agroecológica e Cultural da Violeira; e o Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa (Costa et al, 2019).

A Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido foi fundada em 2021 e surgiu da necessidade de um local para a comercialização dos produtos locais da agricultura familiar e da economia solidária. Muitas(os) das(os) feirantes passavam por dificuldades econômicas pela falta de oportunidade de empregos no município e, neste sentido, a Feira foi fundada. A ITCP-UFV e a Emater possuem um papel central na história e criação da Feira.

As experiências, embora criadas de distintas formas e com diferentes atores, partem de caminhos comuns. Normalmente, relacionam-se com a necessidade de escoamento da produção da agricultura familiar e/ou em paralelo a vontade de fomentar um consumo de alimentos saudáveis, locais e culturais. Cada arranjo organizacional pode influenciar diretamente a forma que o circuito se organiza. O quadro a seguir sistematiza as principais motivações aqui mencionadas que impulsionaram a criação das experiências, de acordo com as respostas dos questionários estruturados (Quadro 7).

Quadro 7 – Motivações para criação das feiras.

Nome da Feira	Iniciativa das(os) feirantes	Iniciativa da Prefeitura	Iniciativa do Sindicato, Associações e cooperativas de agricultoras (es)	Iniciativa da Emater	Iniciativa da Universidade e/ou Instituto Federal	Iniciativa das(os) Consumidoras(es)
Livre de Divino	X					
Livre de Espera Feliz	X					

Orgânica (Mogico)					X
Agroecológica de Muriaé		X		X	
Quintal Solidário	X	X	X	X	
Paula Cândido	X		X	X	

Fonte: da autora.

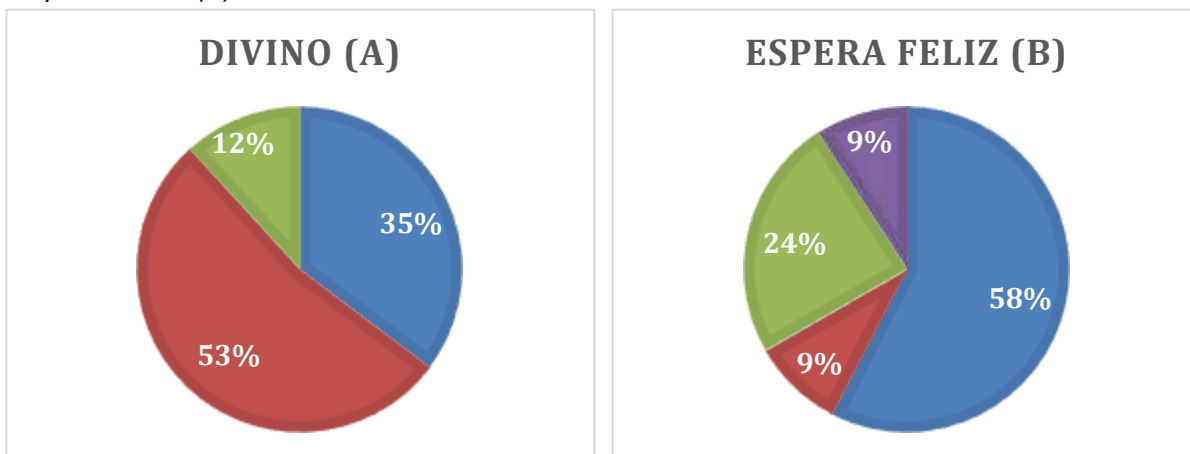
Baseado no Quadro 7, pode-se identificar um padrão de motivações para criação das feiras. As feiras livres são impulsionadas a partir da motivação das(os) próprias(os) agricultores em ter um espaço de comercialização para os seus produtos. Com o tempo, outros apoiadores surgem o que irá influenciar diretamente na organicidade das feiras. As feiras da economia solidária e agricultura familiar, e agroecológica, embora tenham algumas motivações e atores distintos, partem de um ponto central em comum que é o envolvimento de instituições federais de ensino técnico e superior.

#### 3.4.2 Principais apoiadores/organizadores

Embora exista uma perspectiva de tipologia dos circuitos, cada experiência tem características e contextos específicos, assim como um conjunto de articulações e atuação dos atores sociais distintos, de acordo com o conjunto de entrevistadas(os).

As duas feiras livres estudadas, por exemplo, possuem o apoio da prefeitura, do sindicato e da Emater. A figura a seguir (Figura 33) elucida a menção que as(os) feirantes fizeram quando questionados acerca deste ponto.

Figura 33 – Principais apoiadores/organizadores das feiras livres de Divino (a) e Espera Feliz (b).



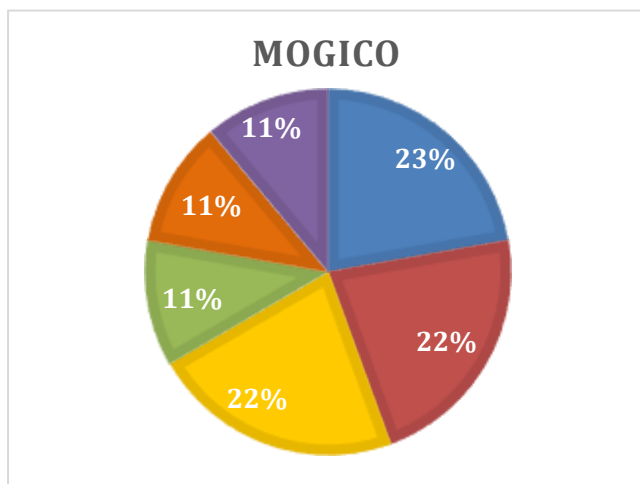
Legenda: Azul Claro – Prefeitura; Vermelho – Emater; Verde: Associação, sindicato e/ou cooperativa de agricultoras(es); Roxo - Outros.  
Fonte: da autora.

Na feira de Divino, enquanto a prefeitura possui um destaque fundamental na organização da feira, em Espera Feliz este apoio é visto de maneira negativa. Em Divino, antes das(os) feirantes articularem com a prefeitura e a Emater, não havia organização ou tampouco estrutura para realização da feira. A prefeitura e a Emater, através da execução de projetos e processos formativos, adquiriram barracas para a feira, realizaram visitas nas propriedades para prestar assistência técnica etc.

A Emater, por exemplo, possui uma participação maior em Divino do que comparado a Espera Feliz. Ao contrário, em Espera Feliz, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Sintraf) do município é mencionado como um importante apoiador da feira.

Na Feira Orgânica (Figura 34), semelhante a experiência em Espera Feliz, a relação com a Prefeitura tem algumas questões consideradas como negativas para a organicidade do coletivo.

Figura 34 – Principais apoiadores/organizadores da Feira Orgânica do Mogico.



Legenda: Azul Claro – Prefeitura; Vermelho – Emater; Verde: Associação, sindicato e/ou cooperativa de agricultoras(es); Amarelo – Universidade e/ou Instituto Federal; Laranja – Consumidoras(es); Roxo – outros.

Fonte: da autora.

Através de uma denúncia do Ministério Público acerca de outro espaço de comercialização no município, a Prefeitura regulamentou todos os espaços de comercialização. Com isso, a entrada na feira, que antes era iniciado com o processo de associação a Mogico, passou a ser por meio de um processo de edital da Prefeitura. A tendência, segundo relatos, é o enfraquecimento da feira e de sua organização enquanto associação e coletivo.

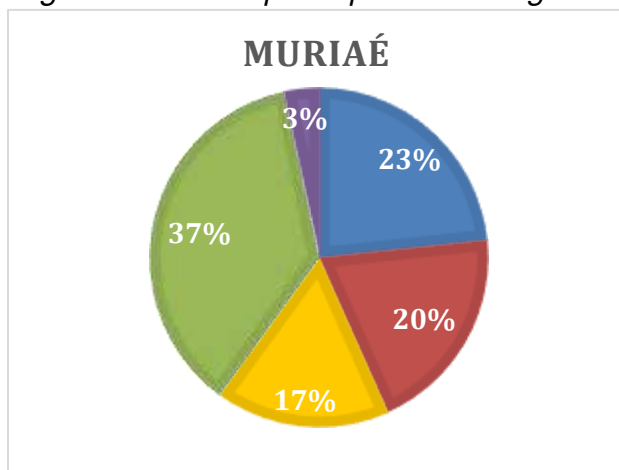
Uma característica interessante apresentada na Feira Orgânica é a presença de consumidoras(es) enquanto apoiadores da experiência com participação nos processos de organização manutenção da feira.

A Emater é mencionada como apoiadora, principalmente em relação a assistência técnica e auxílio nas práticas de manejo. A Universidade Federal de Juiz de Fora, principalmente por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intecoop), e a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) (SPG no qual membros da feira são certificados como orgânicos) também são mencionados enquanto apoiadores.

Na Feira Agroecológica (Figura 35), por sua vez, os principais organizadores e apoiadores são as organizações da agricultura familiar, em especial o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé e a Cooperativa dos Produtores da Agricultura

Familiar Solidária (Coopaf). Praticamente todas(os) os feirantes são membros cooperados da cooperativa e utilizam a feira como uma forma alternativa de comercialização e de promoção das práticas agroecológicas de produção.

*Figura 35 – Principais apoiadores/organizadores da Feira Agroecológica de Muriaé.*



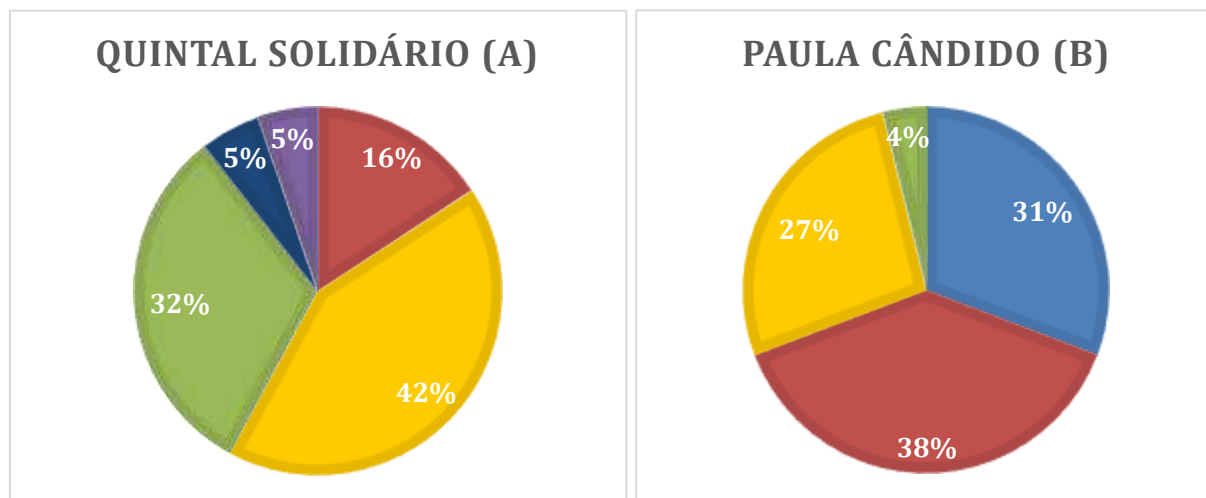
Legenda: Azul Claro – Prefeitura; Vermelho – Emater; Verde: Associação, sindicato e/ou cooperativa de agricultoras(es); Amarelo – Universidade e/ou Instituto Federal; Roxo – outros.

Fonte: da autora.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé, através da promoção do curso em boas práticas da produção agroecológica, está diretamente ligado a inserção de novos membros da feira. A Emater e a Prefeitura igualmente são importantes apoiadores do espaço, auxiliando com assistência técnica a produção e com a liberação do espaço para a realização da feira, respectivamente. Na categoria “Outros” foram mencionadas parcerias com cooperativas de crédito, prestando apoio financeiro, bem como o Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA) do município.

Nas Feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar, o destaque de apoio na organização se dá para universidade (Figura 36, A e B). A Universidade Federal de Viçosa, por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV) possui papel central na criação, organização e apoio das feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar, principalmente através de auxílio nos processos formativos de organização coletiva, na elaboração de projetos para captação de recursos e na indicação de bolsistas de graduação para acompanhamento e auxílio durante a realização de ambas as feiras.

Figura 36 – Principais apoiadores/organizadores das Feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar, Quintal Solidário (a) e Paula Cândido (b).



Legenda: Vermelho – Emater; Azul Claro – Prefeitura; Verde: Associação, sindicato e/ou cooperativa de agricultoras(es); Amarelo – Universidade e/ou Instituto Federal; Azul escuro – Organização Não-governamental; Roxo – Outros.

Fonte: da autora

No Quintal Solidário, a Seção Sindical dos Docentes da UFV (Aspuv) apoia a feira propiciando o espaço para sua realização (quintal na sede da associação), bem como um espaço destinado para guardar os materiais e equipamento da feira (barracas, mesas, cadeiras, equipamentos de som, estruturas para exposição dos produtos etc.). As associações e organizações coletivas da economia solidária e agricultura familiar são mencionadas como apoiadoras, principalmente devido a participação das(os) feirantes nestes grupos. Destaca-se a Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata Mineira – SPG Floriô, a Associação de Artesãos de Viçosa (ADAV) e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

Em Azul escuro, enquanto Organização Não-governamental, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) é mencionado como apoiadores, principalmente através de processos formativos de capacitação e pela estrutura de cozinha comunitária que possibilita a produção de alimentos em local propício. Na categoria “Outros”, foram mencionadas parcerias com cooperativas de crédito, mediante apoio financeiro e com Empresas Junior.

Em Paula Cândido, a Emater auxilia na organização da feira, nas elaborações de projetos e presta assistência técnica às(aos) agricultoras(es). O poder público

igualmente é uma importante apoiadora da realização das feiras, principalmente mediante a destinação de recurso financeiro para execução do Ticket-Feira, que beneficia os servidores públicos com um valor mensal a ser utilizado na compra de alimentos no local. Esta conquista veio através da articulação das(os) feirantes com a ITCP-UFV a Emater e Câmara de Vereadores do Município.

O Quintal solidário é a única feira da amostra analisada que não menciona a Prefeitura como uma apoiadora. Foi mencionada no início da experiência o apoio da Vigilância Sanitária aos feirantes, contudo, pelo fato da Feira ocorrer dentro da universidade e no mesmo dia e horário de outra feira livre no município, pode ter havido um afastamento entre o poder público e a experiência. Isso pode afetar negativamente o público da feira e, conseqüentemente, a comercialização, já que muitas pessoas no município acreditam que o espaço não é público e reservado apenas para as pessoas que frequentam a universidade.

### 3.4.3 Critérios de entrada e participação nas feiras

Em relação aos critérios para entrada e participação nas feiras, 84% afirmaram que precisaram/precisam cumprir critérios. O Quadro 8 apresenta uma relação dos principais critérios que apareceram para participação nas experiências, fazendo uma comparação com cada feira.

Quadro 8 – Critérios de entrada.

Nome da Feira	Produção própria	Não utilizar agrotóxicos	Certificação orgânica	Seguir o regimento interno ou estatuto	Participação em assembleias e reuniões	Participação na organização da feira
Livre de Divino	X	X		X		
Livre de Espera Feliz	X	X				
Orgânica Mogico		X	X	X	X	

Agroecológica de Muriaé	X		X	X	
Quintal Solidário	X	X	X	X	X
Paula Cândido	X	X	X	X	

Fonte: da autora.

Nas feiras livres, os principais critérios de entrada são a comercialização exclusivamente da produção própria e a não utilização de agrotóxicos na produção. Embora nestas experiências estes critérios tenham sido apresentados como cruciais para participação e manutenção nas feiras, este “controle” é difícil de ser realizado. Nas feiras livres, há menor participação das(os) feirantes na organização, um maior protagonismo do poder público (Darolt, 2021) e esta fiscalização não ocorre.

Embora em pelo menos uma das duas feiras livres, o critério de participação seja principalmente a produção própria, existem casos de pessoas que compram de vizinhos e de centros de distribuição para revenda na feira. Na Feira Livre de Divino, além destes critérios, as(os) feirantes mencionaram a necessidade de cumprimento do regimento interno, regras estas igualmente pouco controladas.

Na feira orgânica, o principal critério de entrada é ter a certificação orgânica, independente se por auditoria, sistema participativo de garantia ou organismo de controle social. A feira orgânica é a única das estudadas que não tem como critério de entrada e participação a produção própria, sendo muitos produtos advindos de outros mercados de alimentos orgânicos e lojas especializadas.

Situação semelhante ocorre nas experiências de Feira orgânicas e agroecológicas em Curitiba-PR, que utilizam como critério de entrada nas feiras o comprovante de certificação orgânica (Darolt, 2021). Além do critério da certificação, também é necessário seguir o regimento interno da feira e a participação nas reuniões e assembleias da associação, que deixaram de ser mensais e passaram a ser bimensais, com o objetivo de aumentar a adesão das(os) feirantes.

Na feira agroecológica, o critério de entrada é a realização de um curso de boas práticas na produção com enfoque na agroecologia. Como mencionado anteriormente, a feira foi mobilizada principalmente por agricultoras(es) que participaram do curso do Pronacampo realizado no Instituto Federal e começaram a traçar estratégias de comercialização da produção.

O curso, construído por agricultoras(es) familiares vinculadas(os) ao sindicato e professoras(es) do Instituto Federal, atualmente tem duração de um ano e envolve atividades teóricas e práticas. Após a finalização do curso, as(os) agricultoras(es) podem participar da feira. Este critério está vinculado especialmente para aquelas(es) que não possuem vínculo com o sindicato e/ou cooperativa.

Esta foi uma estratégia do coletivo de manter a qualidade e conformidade orgânica de base agroecológica dos produtos, já que a grande maioria das(os) feirantes não possuem certificação orgânica. O coletivo da feira também mantém com frequência, os intercâmbios agroecológicos, realizados na casa das(os) feirantes, como uma forma de visita de pares e verificação da produção. Além da realização do curso, os critérios seguidos pelas(os) feirantes é a comercialização da produção própria, o cumprimento do regimento interno da feira e a participação recorrente nas reuniões e assembleias.

Em uma das feiras da agricultura familiar e de economia solidária, o Quintal Solidário, um dos critérios é participar de um edital de entrada. Esta estratégia é adotada pela feira desde a sua criação (Costa et al., 2019), como uma forma de controle acerca de novas entradas na feira. O edital é aberto anualmente e, após um período aberto, a comissão coordenadora da feira avalia os pedidos de entrada. Para além da produção própria, da agricultura familiar, sem o uso de agrotóxicos, é avaliado, para o caso de artesãs, se estas(es) se enquadram enquanto empreendimentos econômicos solidários.

Outro critério seguido no Quintal Solidário é a não inserção de agricultoras(es) e artesãs(ões) que comercializem os mesmos produtos que já são vendidos na feira. Isto se dá principalmente para aumentar a diversidade de produtos e não gerar competição entre os(as) feirantes, já que mais produtos das mesmas espécies provavelmente não teriam escoamento devido o número de consumidoras(es).

Já na feira de Paula Cândido, os principais critérios de entrada e permanência são a comercialização própria, sem o uso de agrotóxicos, o cumprimento do regimento interno e a participação nas reuniões e assembleias, ser caracterizado enquanto agricultor(a) familiar ou pertencente a um empreendimento econômico solidário. Assim como no Quintal Solidário, existe uma inscrição prévia para possibilitar a participação de novos feirantes, no qual são inseridos na feira se aprovados pelo coletivo. Para impedir a repetição de produtos e a concorrência desnecessária, igualmente ao Quintal, evita-se a entrada de novos feirantes que produzam produtos semelhantes aos já comercializados.

Percebe-se que a dinâmica das feiras analisadas (com exceção da feira orgânica) especialmente as da economia solidária e agricultura familiar (caracterizadas por terem como critério a produção agroecológica e/ou sem o uso de agrotóxicos) e agroecológica, se dá de uma forma distinta. Especificamente, nas feiras da economia solidária e agricultura familiar, existe uma vontade e expectativa do coletivo do fomento as práticas agroecológicas de manejo da produção.

Os laços sociais de confiança, muitas vezes já pré-estabelecidos entre consumidoras(es) e agricultoras(es) (Cassol; Schneider, 2022), seja através da participação nos movimentos sociais coletivos, seja pelo contato a partir de outros circuitos curtos (outras feiras, delivery, por exemplo) também podem ser caracterizados como uma forma de garantia da qualidade orgânica/agroecológica dos alimentos.

Nas feiras analisadas pela pesquisa, o processo participativo organizacional é fundamentalmente necessário para a aproximação e garantia da qualidade e conformidade orgânica. Já que essa aproximação, ao mesmo tempo em que gera um certo tipo de “controle” acerca da forma de como se é produzido, também provoca um processo formativo e coletivo acerca das práticas de produção agroecológica.

Estes processos participativos podem ser observados nos Quadros 9 e 10, que discorrem sobre a participação das(os) feirantes na organização das feiras e na tomada de decisões acerca das feiras.

Quadro 9 – Participação de feirantes na organização das feiras.

Nome da Feira	Participa diretamente da organização da feira?	
	SIM	NÃO
Livre de Divino	80%	20%
Livre de Espera Feliz	44%	56%
Orgânica Mogico	100%	0%
Agroecológica de Muriaé	100%	0%
Quintal Solidário	92%	8%
Paula Cândido	100%	0%

Fonte: da autora.

Com exceção das(os) feirantes de Espera Feliz, mais de 80% afirmaram participar diretamente da organização da feira seja em reuniões, na coordenação ou no auxílio de montagem e desmontagem de barracas. Em Espera Feliz, apenas 44% das(os) feirantes auxiliam na organização da feira. As demais experiências, incluindo a Feira Livre de Divino, tiveram uma alta participação de feirantes na organização. Estes dados corroboram a percepção das(os) feirantes acerca da tomada de decisões nas feiras (Quadro 10).

Quadro 10 – Percepção das(os) feirantes acerca da tomada de decisões.

Nome da Feira	Como são tomadas as decisões nas feiras?		
	Todos decidem coletivamente	Poucas pessoas decidem	Uma pessoa decide
Livre de Divino	100%	0%	0%
Livre de Espera Feliz	30%	52%	18%
Orgânica Mogico	100%	0%	0%
Agroecológica de Muriaé	100%	0%	0%

Quintal Solidário	100%	0%	0%
Paula Cândido	100%	0%	0%

Fonte: da autora

Os processos participativos normalmente ocorrem nas experiências em que as(os) agricultoras(es) estão mais envolvidos na gestão e coordenação dos espaços. Em Espera Feliz, a relação com a prefeitura, principal apoiadora/organizadora da feira, é conflituosa, o que influencia diretamente de maneira negativa a participação do coletivo nos processos de organização, já que as(os) feirantes sentem que não possuem voz ativa na tomada de decisões. Em Divino, embora exista esta estrutura hierárquica nas feiras livres “de cima para baixo”, as(os) feirantes participam da organização do espaço e sentem que as decisões são tomadas de maneira coletiva. Nas Feiras Orgânica, Agroecológica, da Economia Solidária e Agricultura Familiar, 100% acreditam que as decisões são tomadas de maneira coletiva.

O Quadro a seguir (Quadro 11) mostra o tempo de participação, em anos das(os) feirantes (em porcentagem) em cada experiência analisada e se as(os) feirantes sabem como a feira foi criada e se participaram desta criação.

Quadro 11 – Tempo de participação (em anos) das(os) feirantes em cada Feira.

Nome da Feira/Tempo de existência	< 1	1 a 4	4 a 7	7 a 10	> 10	Conhece como a feira foi criada?	Participou da criação?
Livre de Divino (+ de 40 anos)	10%	40%	10%	-	40%	30% sim 70% não	10% sim 90% não
Livre de Espera Feliz (26 anos)	7%	26%	4%	15%	48%	26% sim 74% não	7% sim 93% não
Orgânica Mógico	-	-	66,7 %	-	33,3 %	100% sim	33% sim 67% não

(15 anos)							
Agroecológica de Muriaé	18%	18%	46%	18%	-	73% sim	36% sim
(9 anos)						27% não	64% não
Quintal Solidário	25%	8%	8%	58%	-	58% sim	42% sim
(9 anos)						42% não	58% não
Paula Cândido	20%	80%	-	-	-	70% sim	40% sim
(3 anos)						30% não	60% não

Fonte: da autora.

Percebe-se que, embora exista a presença de novas(os) feirantes que comercializam a menos de um ano ou que passaram a participar das feiras a um médio período, existe um perfil de pessoas que já participam a bastante tempo, em alguns casos desde a criação dos espaços.

Nas feiras livres, a porcentagem de feirantes que participaram da criação dos espaços é baixa (10 e 7% em Divino e Espera Feliz, respectivamente). Da mesma forma, são poucas(os) as(os) feirantes que sabem como a experiência foi criada (30 e 26%, respectivamente). Ambas as questões podem estar relacionadas com a idade das feiras, bem como a alta rotatividade expressa em feiras. Contudo, estas informações demonstram a potencialidade dos espaços das feiras livres dado que pelo menos 40% das(os) feirantes já comercializam a mais de 10 anos.

Já nas feiras orgânica, agroecológica, da economia solidária e agricultura familiar, percebe-se um perfil distinto ao das feiras livres em relação ao conhecimento sobre a criação das feiras e participação nos processos de criação. Na feira orgânica, embora apenas 33% das(os) feirantes tenham participado da criação, 100% sabem como a feira foi criada. Na feira agroecológica, existe um padrão semelhante, onde 36% participaram da criação e 73% conhecem como a feira foi criada. Nas feiras da

economia solidária e agricultura familiar, pelo menos 40% das(os) feirantes participaram do processo de criação e pelo menos 58% sabem como a feira foi criada.

Estes números podem estar relacionados com o fato de que nestas experiências são estabelecidos critérios mais rígidos de entrada do que comparados às feiras livres. Ao mesmo tempo, estas feiras exigem um maior processo de organização coletiva, o que pode propiciar espaços formativos acerca do histórico das experiências, suas constituições e princípios que as orientam. Logo, por estarem inseridas(os), as(os) próprias(os) feirantes compartilham estes princípios e identidades, o que contribui para o seu reconhecimento enquanto participante do circuito e, conseqüentemente, ator(a) ativo da sua criação/história.

Ao acompanhar o processo de construção e desenvolvimento das feiras, Darolt (2021) salienta que normalmente este ocorre em quatro momentos distintos. O primeiro deles (normalmente nos dois primeiros anos) servem como uma experiência piloto, de teste, para comercialização e é necessária muita divulgação e uma boa escolha do local. Após dois anos, a tendência é que a experiência se enfraqueça, muito por conta de algumas das(os) consumidoras(es) pararem de frequentar, o que pode fazer com que algumas(ns) agricultoras(es) desistam e, até em algumas situações, a feira acabe.

O próximo momento seria o de recuperação (entre três e quatro anos) onde, muito através de um movimento das(os) consumidoras(es) que divulgam o circuito para outras pessoas, a feira se reestabelece e pode ter a entrada de novas(os) agricultoras(es). Por fim, dos cinco anos adiante, ocorre a estabilização do circuito, e a tendência é a de que as(os) consumidoras(es) fixas se estabilizem (Darolt, 2021).

Estes dados podem indicar que as experiências, com o passar do tempo, tiveram uma variação em relação ao número de participantes, com a entrada de alguns e saída de outros. Estes circuitos podem ter esta característica de entradas e saídas de feirantes por diversos motivos. Um deles está vinculado a alta expectativa de venda imediata. Outros motivos podem estar ligados a falta de estabilidade na oferta de produção devido a sazonalidade, inviabilidade econômica de participação, dentre outros.

#### *3.4.4 Vantagens e desafios da participação nos circuitos curtos de comercialização*

Dentre as principais vantagens de participar das feiras citadas em todas as experiências, destacam-se a possibilidade de comercialização/venda direta, seguido de um maior contato com as(os) consumidoras(es), acesso a mais informações/trocas de experiências e saberes, tanto entre feirantes quanto entre feirantes e consumidoras(es), uma maior autonomia na produção, seguido da possibilidade da organização coletiva para comercialização.

Nas feiras livres, foram mencionadas enquanto vantagens a socialização e, em decorrência disto, uma melhoria na saúde mental das(os) feirantes. A possibilidade das feiras como uma forma de escoamento da produção e renda, bem como um local de divulgação dos produtos também foi destacado. Por fim, em uma das feiras da economia solidária e agricultura familiar foi mencionada enquanto vantagem de participação a possibilidade de envolvimento político e comunitário com as pautas da agroecologia e da economia solidária.

Os laços de reciprocidade entre feirantes são frequentemente vistos durante a realização e organização das feiras e de acordo com Medeiros e Marques (2013), estes laços tendem a ampliar as redes e conseqüentemente melhorar as condições de renda e trabalho. Um exemplo deste aspecto pode ser analisado na Feira Agroecológica. Em função da feira ocorrer em dois espaços simultaneamente, as(os) feirantes pegam os produtos das(os) que estão no espaço paralelo de feira para comercialização e vice-versa.

O quadro a seguir (Quadro 12) ilustra os principais desafios encontrados pelas(os) feirantes de todas as experiências. O único desafio que todas as feiras têm em comum é a questão do deslocamento das propriedades até a feira, normalmente relacionado a baixa qualidade das estradas rurais, a distância percorrida (que muitas vezes é longa), o desgaste de veículos próprios para logística de produtos e, conseqüentemente, o gasto de combustível que, em alguns casos, pode não ser viável a depender do valor comercializado. A distância/deslocamento é um fator limitante comum que dificulta a participação das(os) agricultoras(es) nas feiras em todo o país (Medeiros; Marques, 2013).

Quadro 12 – Desafios encontrados.

Nome da Feira	Baixa comercialização	Descolamento	Organização da Feira	Pouco envolvimento de feirantes	Falta de apoio do poder público	Local da Feira	Clima	Falta de Estrutura adequada	Falta de políticas públicas	Outros
Livre de Divino		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Livre de Espera Feliz	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Orgânica Mógico		X	X	X			X			X
Agroecológica de Muriaé	X	X					X			X
Quintal Solidário	X	X		X					X	X
Paula Cândido	X	X	X	X	X	X	X	X		

Fonte: da autora.

De maneira geral, as Feiras Livres são as que apresentam mais desafios a serem superados. A organização da feira e o pouco envolvimento das(os) feirantes são expressos como dificuldades enfrentadas pelas feiras. Organizadas sobretudo pela Prefeitura, as(os) próprias(os) feirantes alegam que pela falta de organização coletiva, ocorre uma baixa autonomia acerca das decisões. O resultado pode ser observado através de mudanças de local da feira sem a aprovação do coletivo, por exemplo, algo que foi mencionado por feirantes.

O desafio relacionado a falta de estrutura adequada se relaciona diretamente com esta questão. As estruturas das barracas são antigas, pesadas e difíceis de montar/desmontar, além de não protegerem da chuva e vento. Em muitos casos, faltam banheiros. Este cenário é comum na realidade das feiras livres do Brasil e identificado como uma das principais dificuldades enfrentadas pelas feiras (Palm, 2013).

Já na Feira Agroecológica, o processo coletivo é apresentando como um grande desafio. Por se basearem na autogestão para os processos organizacionais acerca da feira, e cada feirante ter uma personalidade e uma forma de pensar/agir ocorrem muitos conflitos. O fato de a feira ocorrer em dois lugares ao mesmo tempo é um problema, principalmente pela demanda de produtos e pela necessidade aumentar o número de agricultoras(es) e da diversidade de produtos.

Existe essa necessidade de aumentar a variedade e quantidade de produtos, especialmente os in natura (frutas, verduras, leguminosas), pois o diferencial da Feira é principalmente o fato de comercializar localmente alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos. A questão climática também é um desafio que, conseqüentemente, afeta diretamente na questão do aumento da variedade.

Da mesma forma, o controle sobre a produção das(os) feirantes é um ponto apresentado como desafiador. Em geral, os(as) feirantes não possuem certificação e o controle se dá através de visitas de pares realizadas nas propriedades, intercâmbios e relações de confiança.

Em relação a Feira Orgânica, os principais desafios se relacionam com o Clima/tempo, da produção dos alimentos e da certificação. O primeiro deles relacionado ao clima do município e região que, por ser muito inconstante,

impossibilita a produção de diversos alimentos. O segundo desafio é relacionado a demanda das(os) consumidoras(es). Com baixa diversidade de produtos nas bancas, as(os) consumidoras(es) tendem a reclamar e a consumir menos.

O mesmo foi analisado por Palm (2013) que verificou que a baixa diversidade de frutas e verduras desestimula as(os) consumidores a irem as feiras, já que as(os) mesmas(os) também precisam acessar outros mercados para comprar seus alimentos. Pela demanda de produtos diversos por estas(es), principalmente frutas, cereais e tubérculos, em algumas épocas o que vai para a feira chega a ser até 70% comprado em outros mercados de revenda, e apenas 30% é produção própria das(os) feirantes.

Para além destas questões, o ponto da certificação interfere no engajamento nos processos políticos e participativos relacionado as lutas e princípios que outrora conceberam a iniciativa. Embora duas das três barracas sejam certificadas via Sistema Participativo, este se localiza em outro território, outro estado, com um contexto muito distinto dos que as(os) feirantes estão localizados.

Isso contribui para uma certa perda de identidade do território em relação aos feirantes membros da feira, o que acaba compactuando para um menor engajamento político e coletivo. A questão da participação da prefeitura a mediante a criação da Lei Municipal também pode contribuir para esta perda de identidade.

A elaboração e implementação de políticas públicas locais para fortalecimento das práticas de produção sustentáveis (aqui, se referindo também a comercialização e consumo de alimentos) pode ser um caminho para enfrentamento destes desafios enfrentados pelas experiências. O município de Córdoba, na Espanha, por exemplo, através da articulação de organizações locais e políticas nacionais, fomentou políticas municipais para o fortalecimento de práticas sustentáveis de produção, voltadas principalmente para a realocação alimentar (Costa; Padilla, 2024).

A criação de políticas públicas para os circuitos curtos de comercialização, além de melhorar as condições de trabalho das(os) agricultoras(es) (através de fomento ao consumo pela população, melhores estruturas etc.), também fomenta melhores condições de vida para as(os) mesmos e a população em geral.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os circuitos curtos de comercialização representam uma forma local de escoamento e comercialização de alimentos da agricultura familiar e, com isso, a possibilidade de acesso democrático a alimentos in natura, sazonais e localizados. A participação de diferentes atores na construção destes espaços pode influenciar tanto na estrutura organizacional das feiras, quanto no acesso a projetos e recursos.

A utilização dos critérios de entrada nas feiras é crucial para gerar organicidade nas experiências e, ao mesmo tempo, fortalecer a identidade local, agroecológica, econômica solidária ou da agricultura familiar de cada feira. Através do estabelecimento destes critérios que são definidos de maneira coletiva (em assembleias e reuniões, ou com base na decisão de uma coordenação geral), as(os) feirantes podem construir mecanismos que garantem a qualidade e rastreabilidade dos alimentos e produtos que são comercializados, a forma como o grupo irá se expandir (ou não) e a diversidade dos produtos escoados.

As feiras livres, principalmente devido as estruturas organizacionais nas quais estão inseridas (relações hierárquicas “de cima para baixo”), apresentam mais desafios do que comparadas as demais experiências. Nestes cenários, as(os) feirantes possuem uma menor participação nos processos organizacionais das experiências e, em consequência, uma menor autonomia nos processos decisórios.

A organização coletiva, característica da agricultura familiar e da economia solidária, embora desafiadora, aponta caminhos para a promoção e fomento de políticas públicas para circuitos curtos de comercialização e para práticas de manejo agroecológicas. Através das distintas trocas que são realizadas durante as feiras, são disseminados saberes, sementes, mudas e formas de se produzir os alimentos, o que pode promover o aumento da sociobiodiversidade com base na realocação alimentar.

As feiras, embora todas distintas em diversas características, possuem desafios em comum que podem ser neutralizados por intermédio da promoção de políticas públicas específicas para estes espaços.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 1º ed. Porto Alegre: Editora UFRGS.

ARANTES, Anajá; TELLES, Liliam; FLORISBELO, Glauco; FREITAS, Alair; ALVES, Almiro. O papel da extensão universitária na criação da Rede Raízes da Mata. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, jul. 2018.

ARAUJO, Alexandre Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização em feiras livres. Estudos Sociedade e Agricultura (CPDA) Rio de Janeiro, v.26, n.3, 2018.

BEZERRA, Antonia Geane Costa; MONTIEL, Marta Soler; ROCES, Irene García; ZARZAR, Andrea Lorena Butto. Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.3, julho/setembro, 2002.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sérgio. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. Revista de Economia e Sociologia Rural 60(2): e233766, 2022.

CASTRO, Gisele Ferreira; CASTRO, Nayara Lopes de; FREITAS, Isabela Fredes de; DIAS, Indyra; NEVES, Daniel. Autonomia política e econômica: a experiência das agricultoras de Viçosa-MG a partir das Cadernetas Agroecológicas e da Campanha Periferia Viva. Cadernos de Agroecologia – ISSN2236-7934 – Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - v.19, n.1, 2024.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; SANTOS, Carla Cristina Balbino dos; PRIORE, Silvia Eloiza. Aproximando produção e consumo: a experiência do projeto de extensão “Quintal Solidário”. Revista ELO – Diálogos em Extensão, V. 08, Nº 01, Jun. 2019.

COSTA, Bianca Lima; PADILLA, Mamen Cuéllar. Circuitos curtos de comercialização e agroecologia: experiências da Brasil e da Espanha. Interações, Campo Grande, MS, v. 25, n. 4, e2544114, out./dez. 2024.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 21º Ed. 2002.

DAROLT, Moacir Roberto. Feiras orgânicas e Agroecológicas públicas: o caso de Curitiba-PR. DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (Orgs.). Circuitos curtos de comercialização e inovação social (livro eletrônico). Florianópolis, 2021.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (Orgs.). Circuitos curtos de comercialização e inovação social (livro eletrônico). Florianópolis, 2021.

DAVIS, Kristin E.; BABU, Suresh Chandra; RAGASA, Catherine. Agricultural Extension: Global Status and performance in selected countries. Intl Food Policy Res Inst, 2020.

FOLHA DO SUDESTE. Feira Agroecológica de Muriaé é referência em produtos sem agrotóxicos. Disponível em: < <http://folhadosudeste.com/site/?p=77084> >. Acesso em 19 de outubro de 2023.

FRANÇA FILHO, G. C. Documento de trabalho - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia. Detalhamento dos instrumentos no Guia Metodológico. Salvador. ITES/UFBA, 2019.

GEILFUS, Frans. 80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San José: IICA, 2002. 271p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MONTIEL, Marta Soler; HERNÁNDEZ, David Gallar; SÁNCHEZ, Isabel Vara; COLLADO, Ángel Calle. Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces. 2012.

GAIRGER, Luiz Inácio Germany; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. Economia Solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, VOL. 35 N° 103 /2020: e3510304.

GAZOLLA, Marcio. Os mercados das agroindústrias familiares: produção de novidades e transições sociotécnicas no regime agroalimentar. In: CONTERATO, Marcelo Antonio; NIEDERLE, Paulo André; TRICHES, Rozane Marcia; MARQUES, Flávia Charão; SCHULTZ, Glauco. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. (Org.). – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

GLIESMAN, Stephen R.; GUADARRAMA-ZUGASTI, Carlos; MENDEZ, V. Ernesto; TRUJILLO, Laura; BACON, Christopher; COHEN, Roseann. Agroecología: un enfoque sustentable de la agricultura ecológica: ¿qué es la agroecología? Lectura N°2-1 Del Modulo de Trabajo Personal: Programa Interuniversitario Oficial Posgrado, 2002.

GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes na economia local. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 2, n.1, 2007.

IPES-FOOD. Da uniformidade a diversidade: uma mudança de paradigma da agricultura industrial para sistemas agroecológicos diversificados. In: BURIGO, Bernardo Amaral Vaz; LONDRES, Flávia; NETTO, Guilherme Franco; MENEZES, Marco Antônio Carneiro; PACHECO, Maria Emília Lisboa; SOUZA, Natália Almeida; PETERSEN, Paulo (Orgs.). Caderno de estudos: saúde e agroecologia. Vol. 1. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: ANA: ABA-Agroecologia, 2019.

LEITE, Daniel Carvalho; TELES, Elton Carlos Pereira Vieira de Alencar. Comercialização de produtos agroecológicos a partir de circuitos curtos: a experiência das feiras agroecológicas de Recife, Pernambuco. Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. 7, n. 2, p. 026-044, 2019.

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flávia Charão. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul. In: CONTERATO, Marcelo Antonio; NIEDERLE, Paulo André; TRICHES, Rozane Marcia; MARQUES, Flávia Charão; SCHULTZ, Glauco. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. (Org.). – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

PAIVA, Mariana Silva de; DIAS, Marcelo Miná; SILVEIRA, Diogo Alexandre da; SILVA, Maxuel Marcelino Miguel da. Feira da agricultura familiar de Paula Cândido: sua construção e desafios. Cadernos de Agroecologia – ISSN2236-7934 - Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro -v.19, n.1, 2024.

PALM, Juliano Luiz. “O pessoal aqui não se interessa por este tipo de coisa, só na integração em suínos e aves”: construção histórica da Feira Livre dos Produtores rurais e agroindustriais familiares em Teutônia-RS (1985-2011). In: CONTERATO, Marcelo Antonio; NIEDERLE, Paulo André; TRICHES, Rozane Marcia; MARQUES, Flávia Charão; SCHULTZ, Glauco. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. (Org.). – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

PAULA, Eunice Bueno B. de; OLÍDIA, Camila; COSTA, Bianca Aparecida Lima; PEREIRA, Cleonilde Alves Cecílio; VERIDIANO, Carina A. Articulações entre economia solidária e agroecologia: dois dedos de prosa com a Feira Quilombola do Buieié. Anais do Simpósio de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa, 17 a 19 de novembro de 2021.

PEREIRA, Viviane Guimarães; BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Samanta Borges. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 10, edição 20, dezembro, 2017.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. Sociologias, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. Redes (St. Cruz Sul, Online), v.25, n.2, p. 411-432, maio-agosto, 2020. ISSN 1982-6745.

RESENDE, Eugênio Martins de Sá. A construção social de redes agroalimentares agroecológicas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2020

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade. Editora Garamond Ltda: Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Júlio César Novaes; SILVA, Edilania Pereira da; SOUZA, Davy Lima; SOUZA, Judenilton Oliveira dos Santos; BISPO, Rogério de Souza; SOUZA, João Wanderson Trubuco. Mutirão como ferramenta pedagógica para construção de saberes agroecológicos. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v.6, n.5, p. 29862-29867may. 2020. ISSN 2525-8761.

SCHMITT, Claudia Job. Economia Solidária e Agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. *Mercado de Trabalho: Ipea*, nº42, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio, GAZOLLA, Márcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 520 p.

Silva, Dulciene Anjos de Andrade e. Educação e ludicidade: um diálogo com a pedagogia Waldorf. *Educar em Revista*. Curitiba, Brasil, n. 56, p. 101-113, 2015.

SINGER, Paul. Entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados*, 22 (62), 2008.

SOLER, Marta; CALLE, Àngel. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía. In: SOLER, Marta (Coord.) et al. *Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza*. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2010, p. 258-283. (PH Cuadernos).

Fornazier, Armando; Waquil, Paulo Dabdad. A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. In: CONTERATO, Marcelo Antonio; NIEDERLE, Paulo André; TRICHES, Rozane Marcia; MARQUES, Flávia Charão; SCHULTZ, Glauco. *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. (Org.). – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

Yin, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

#### 4. CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA DAS(OS) AGRICULTORAS(ES) FAMILIARES NOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

##### PRODUCTIVE CHARACTERIZATION OF FAMILY FARMERS IN SHORT FOOD SUPPLY CHAIN

###### RESUMO

A agricultura familiar é fundamental para a resiliência ambiental e fortalecimento dos modos de vida rurais, e para o aumento da segurança alimentar e nutricional. As feiras são consideradas o tipo de circuito curto de comercialização mais difundido e acessado pela agricultura familiar no Brasil. O objetivo geral deste artigo é realizar a caracterização produtiva das(os) agricultoras(es) familiares nos circuitos curtos de comercialização, com ênfase em feiras, e, identificar questões relacionadas a acesso a políticas públicas e outras formas de escoamento da produção, precificação de produtos e relação com as(os) consumidoras(es). Utilizando uma abordagem qualiquantitativa, foram aplicados questionários com feirantes de seis experiências de feiras da Zona da Mata Mineira. Nota-se uma grande diversidade de produtos (in natura, processados e não alimentícios), a presença marcante da produção de base agroecológica, impulsionada por, dentre outros motivos, a consolidação do movimento no território, 13 diferentes canais de comercialização para o escoamento da produção, e sete distintas formas de precificação adotadas, por muitas vezes em paralelo, pelas(os) agricultoras(es). Percebe-se a necessidade e fortalecimento destes espaços, principalmente relacionada a promoção de assistência técnica e extensão rural de base agroecológica, bem como pelo incentivo do poder público ao acesso democrático de alimentos locais.

**Palavras-chave:** Diversidade produtiva. Comercialização. Produção Agroecológica. Precificação.

###### ABSTRACT

Family farming is essential for environmental resilience and strengthening rural livelihoods, and for increasing food and nutritional security. Fairs are considered the most widespread and accessed type of short food supply chains for family farming in Brazil. The general objective of this article is to characterize the productive activities of family farmers in short food supply chains, with an emphasis on markets, and to identify issues related to access to public policies and other forms of production distribution, product pricing, and relationships with consumers. Using a qualitative and quantitative approach, questionnaires were applied to market vendors from six market experiences in the Zona da Mata Mineira region. There is a great diversity of products (in natura, processed and non-food), a strong presence of agroecological production, driven by, among other reasons, the consolidation of the movement in the territory, 13 different marketing channels for the flow of production, and seven different forms of pricing adopted, often in parallel, by farmers. The need for strengthening of these spaces is evident, mainly related to the promotion of technical assistance and rural extension based on agroecology, as well as the encouragement of public authorities for democratic access to local food.

**Keywords:** Productive diversity. Marketing. Agroecological production. Pricing.

## 4.1 INTRODUÇÃO

A produção de alimentos depende e continuará a depender significativamente da agricultura familiar (Schneider, 2016). A visão produtivista de uma agricultura convencional baseada em práticas que não consideram a diversidade produtiva e cultural das(os) agricultoras(es) fez com que durante muito tempo (anos 1950, 1960 e 1970) a agricultura familiar fosse marginalizada frente às ações do Estado, como no caso da criação de políticas públicas para a mesma (Grisa et al., 2017).

Novos mercados baseados em circuitos curtos de comercialização são construídos por ação da sociedade civil buscando a aproximação com os agricultores e agricultoras (Ueno et al., 2016). Os circuitos curtos de comercialização se baseiam na demanda e na distribuição de produtos e serviços diferenciados, que possuem maior qualidade, origem conhecida, relações aproximadas entre quem produz e quem consome e que implicam novas formas de se pensar a produção, distribuição e consumo de alimentos (Ploeg, 2011).

As feiras, um dos tipos de circuitos curtos, são espaços de comercialização onde as relações perpassam a venda monetária de produtos, sendo considerado o tipo de circuito curto de comercialização mais difundido e acessado pela agricultura familiar no Brasil (Schneider, 2016).

O objetivo geral deste artigo é realizar a caracterização produtiva das(os) agricultoras(es) familiares nos circuitos curtos de comercialização, com ênfase em feiras, bem como identificar questões relacionadas a acesso a políticas públicas e outras formas de escoamento da produção, estratégias de precificação de produtos e relação com as(os) consumidoras(es).

## 4.2 REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura familiar é uma forma de agricultura fundamental para a resiliência ambiental e fortalecimento dos modos de vida rurais, e para o aumento da segurança alimentar e nutricional das pessoas (FAO, 2014). A importância da agricultura familiar não dialoga apenas com questões econômicas, mas também contribui de modo decisivo com a manutenção das famílias no meio rural (Schneider, 2016).

Esta desempenha um importante papel na economia brasileira, representando 77% de todos os estabelecimentos agropecuários, e com taxa de ocupação de 67% das pessoas que trabalham no setor (IBGE, 2017). A diversidade produtiva está geralmente ligada à agricultura familiar, haja vista que as famílias produzem prioritariamente para o seu autoconsumo, e o excedente é então comercializado (Grisa et al., 2017).

A visão produtivista de uma agricultura convencional baseada em práticas que não consideram a diversidade produtiva e cultural das(os) agricultoras(es) fez com que durante muito tempo (anos 1950, 1960 e 1970) a agricultura familiar fosse marginalizada frente às ações do Estado, como no caso da criação de políticas públicas para o setor (Grisa et al., 2017).

Desde os anos 1990, o Estado passou a reconhecer política e institucionalmente a agricultura familiar, e então diversas políticas públicas foram criadas para esta categoria social (Grisa et al., 2017).

Um dos principais desafios encontrados pela agricultura familiar está no escoamento e comercialização de sua produção. Os circuitos curtos de comercialização se baseiam na demanda e na distribuição de produtos e serviços diferenciados, que possuem maior qualidade, origem conhecida, relações aproximadas entre quem produz e quem consome, e que implicam novas formas de se pensar a produção, distribuição e consumo de alimentos (Ploeg, 2011).

Esses circuitos são por muitas vezes construídos pelas(os) próprias(os) agricultoras(es) e pela sociedade civil, partindo do entendimento de que o consumo é um ato político, pois ele pressupõe escolhas acerca do que consumir (Portilho, 2020). São caracterizados por uma maior autonomia e participação das pessoas nas relações de produção, comercialização e consumo, e normalmente construídos com base nos princípios da agroecologia (Leite; Teles, 2019).

Os circuitos curtos promovem a reprodução e cultivos de espécies de importância cultural para as comunidades rurais, uma vez que não visam a padronização dos alimentos produzidos, como é o caso dos mercados convencionais (Rover; Darolt, 2021). Do contrário, eles se consolidam através das necessidades e

hábitos alimentares de uma população local e na aproximação material, relacional e cultural entre quem produz e quem consome (Soler; Calle, 2010).

A questão central na construção dos circuitos curtos de comercialização não está apenas na eliminação de atravessadores, mas na mudança radical e redefinição das relações de poder em favor das(os) agricultoras(os) e consumidoras(es) (Soler; Pérez, 2013; Guzmán et al., 2012).

Estes circuitos curtos de comercialização podem ser grupos ou redes de consumo responsável, venda direta ou em domicílio, grupos de venda nas redes sociais (normalmente WhatsApp, Facebook ou Instagram), mercados institucionais (como é o caso das compras no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – ou Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), lojas especializadas de produtos orgânicos, compras da sociedade civil, feiras livres, agroecológicas e/ou de economia solidária, dentre outros (Rover; Darolt, 2021).

Cabe destacar que, na maioria das vezes, a agricultura familiar utiliza mais de um circuito para comercialização de seus produtos. Sendo os circuitos curtos de comercialização, a principal forma de escoamento da produção. E, por conseguinte, cada circuito vai promover uma relação diferente entre quem produz e quem consome, mais ou menos próxima e de confiança (Periera, 2022; Rover; Darolt, 2021).

A presença de feiras nos territórios, uma das formas de circuito curto, pode impulsionar a autonomia das pessoas, fortalecer o território e a economia local, contribuir para o aumento da circulação de renda e diminuir o número de atravessadores (Costa; Padilla, 2024).

Além de possuir uma diversidade de produtos (alimentícios, de higiene, artesanais), de realizar diversas atividades de socialização como por exemplo, stands e rodas de conversas sobre alimentação, agroecologia etc., as feiras buscam através de uma rede autogestionada a iniciativa de não só oferecer produtos e alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, como também a regionalização da produção e comercialização dos produtos, baseados nos princípios da economia solidária, da agroecologia e do comércio justo e solidário (Nascimento et al., 2018, Costa; Padilla, 2024).

A motivação individual para participação dos(as) consumidores(as) vai para além de uma lógica mercantilista e se centram em uma busca por diversidade alimentar, pela sazonalidade alimentar e pela recuperação e resgate de plantas ancestrais (Nobre, 2021). A motivação das(os) agricultoras(es), por sua vez, não se centra apenas na comercialização, mas sim nos seus gostos alimentares pessoais, nas plantas de fácil manejo, na estratégia e organização de garantir produtos o ano todo (Nobre, 2021).

Além de um espaço de socialização e trabalho, as feiras também podem contribuir com as práticas de transição agroecológica. Promovendo assim, a agroecologia e o cultivo de alimentos de forma ecológica, fortalecendo a prática do bem viver e do respeito as diferentes formas de vida, do fomento à cultura alimentar regional, através da valorização da sociobiodiversidade (Darolt et al., 2016; Bezerra et al., 2019).

A agroecologia possui enfoque científico, teórico, prático e metodológico, que tem por objetivo construir sistemas agroalimentares mais resilientes em todas as suas dimensões (Associação Brasileira de Agroecologia, 2025; Caporal; Costabeber, 2002). É uma ciência multidisciplinar que envolve estudos de diversas áreas (como ecologia, botânica, agronomia, economia, sociologia etc.) em constante diálogo com as agriculturas tradicionais e camponesas, e com os saberes populares.

É uma prática, que busca através do resgate de formas tradicionais de manejo de agroecossistemas, priorizar as interações entre humano-natureza estabelecidas em diferentes biomas, e a elaboração/adaptação de técnicas que sejam viáveis nas realidades locais (Wezel et al., 2009; Guhur; Silva, 2021). E é considerada movimento social, em luta pela construção de uma mudança na organização das terras, pela diversidade dos povos do campo e diferentes formas de trabalho camponês, na luta das mulheres agricultoras, e pela construção social dos mercados (Wezel et al., 2009; Costa; Padilla, 2024).

Cassol e Schneider (2022), ao analisarem a construção dos mercados partindo de uma perspectiva institucionalista, afirmam que os mercados da agricultura familiar (como exemplo expresso neste artigo, as feiras) são construções sociais ou socialmente construídas. Cada espaço, embora tenham um princípio em comum, que

é a comercialização de alimentos/produtos, constrói-se baseados em crenças e valores já pré-estabelecidos pelos atores que dele fazem parte e, com esta perspectiva, são as próprias pessoas que irão definir suas normativas e regras, o que será comercializado e, por conseguinte, os preços praticados e como estes são estabelecidos (Cassol; Schneider, 2022).

Neste sentido, entender mais sobre a caracterização produtiva e lógicas econômicas que orientam a estruturação e regulação destes espaços é fundamental para construção de políticas que fomentem o acesso mais democrático à comercialização e consumo de alimentos nas feiras.

### **4.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

#### *4.3.1 Caracterização do território*

A Zona da Mata de Minas Gerais é formada por 142 municípios. O nome Zona da Mata deve-se à floresta atlântica existente na região na época de sua ocupação, nos séculos XVIII e XIX (Carneiro; Matos, 2010). O café é uma espécie muito cultivada na região, mas também são importantes a pecuária leiteira e cultivos para o autoconsumo, como milho e feijão, além da criação de pequenos animais. Associada a produção de café, diversas práticas e pacotes tecnológicos advindos de uma ideia de modernização do campo foram disseminados no território (Cardoso; Ferrari, 2006).

A constituição das Comunidades Eclesiais de Base<sup>7</sup> (CEBs) foi um marco para a construção do movimento agroecológico na Zona da Mata Mineira, tanto pela questão do fomento a processos coletivos organizacionais, quanto pelo debate ambiental fomentado principalmente voltado para uma forma de produção mais sustentável (Silva; Santos, 2016).

Desde sua concepção, o movimento é articulado por organizações não-governamentais, universidades e movimentos da agricultura familiar (Cardoso; Ferrari, 2006). Em dezembro de 2018, a Zona da Mata tornou-se legalmente um Polo

---

<sup>7</sup> Grupos de pessoas de uma mesma comunidade, que se reuniam para discutir questões religiosas, e ao mesmo tempo, questões sobre a comunidade. Nestes espaços foram construídos conselhos e eram realizadas reuniões e assembleias, com uma alta participação dos membros (Oliveira; Rothman, 2008).

Agroecológico de Produção Orgânica, através do Projeto de Lei 4.029, sancionado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. (Pasini et al., 2024).

A construção deste espaço é fruto de muitos anos de fomento à agroecologia e questionamento dos modelos convencionais e dominantes de agricultura, implantados no Brasil e no mundo (Cardoso; Ferrari, 2006; Silva; Santos, 2016; Pasini et al., 2024). Dessa forma, o Polo é formalizado com o intuito não só de promover uma agricultura a favor da vida, mas também possibilita encontros de articulação e fortalecimento das parcerias.

Isto permite a organização coletiva, com o intuito de buscar apoio financeiro para as propostas que fortaleçam a região e o estabelecimento de um plano de produção orgânica, a economia local e a soberania e segurança alimentar dos povos (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Projeto de Lei N° 4029/2017).

Dentre os objetivos gerais do Plano Regional do Polo (Pasini et al., 2024), destaca-se aqui três “Economia popular, comercialização e consumo”, que visa “fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, e nas compras públicas”. Ela igualmente busca “ampliar o consumo de alimentos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade”.

Na Zona da Mata e do território de abrangência do Polo Agroecológico de Produção Orgânica, os municípios estudados pela presente pesquisa possuem extrema influência e importância para a agricultura familiar, agroecologia e os circuitos curtos de comercialização. Através da construção histórica estabelecida entre organizações, universidade, movimentos sociais e políticos de agricultoras(es), o cenário das feiras agroecológicas, livres, de economia solidária e da agricultura familiar tem se ampliado.

#### *4.3.2 Caracterização da pesquisa*

Para o desenvolvimento do artigo, serão analisadas seis experiências de Feiras, caracterizadas como circuitos curtos de comercialização. As experiências<sup>8</sup> foram selecionadas por se tratar especificamente de feiras que envolvem agricultoras(es) familiares. As experiências estudadas foram: a Feira Livre de Divino; a Feira Livre de Espera Feliz; a Feira Monte de Gente Interessada em Consumir Orgânico (Mogico) de Juiz de Fora; a Feira Agroecológica de Muriaé; a Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido; e a Feira da Agricultura Familiar e da Economia Solidária do Quintal Solidário, em Viçosa.

Para responder os objetivos da pesquisa, foram aplicados questionários socioeconômicos com as(os) feirantes de cada espaço de comercialização. Este questionário, elaborado pela equipe do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária Sistemas Agroalimentares e Agroecologia (Gessa), continha em sua grande maioria perguntas fechadas<sup>9</sup>.

O enfoque dos questionários para a presente análise dá-se através de três dimensões<sup>10</sup>. A primeira delas socioeconômica tem por objetivo realizar a caracterização socioeconômica das(os) participantes das feiras. Dentre as questões abordadas, destacam-se o tempo de trabalho na atividade desempenhada, principal fonte de renda, acesso às políticas públicas e documentação, como por exemplo o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Aborda também questões relacionadas a forma de acesso à terra, ao tamanho total da propriedade e o tamanho da unidade produtiva (em Hectare).

---

<sup>8</sup> A presente pesquisa compõe o projeto intitulado “Agroecologia e Sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização” (Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - Fapemig, processo APQ-00318-22) coordenado pela Profa. Dra. Bianca Aparecida Lima Costa, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Sistemas Agroalimentares e Agroecologia (GESSA), e que faz parte da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV). O objetivo geral do projeto é analisar os circuitos curtos de comercialização, com intuito de compreender a abrangência, os benefícios socioeconômicos e ambientais presentes nas iniciativas envolvidas com o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata Mineira (Lei nº23207/2018).

<sup>9</sup> Todas(os) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento, seguindo as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal de Viçosa.

<sup>10</sup> A subdivisão foi pensada e adaptada com base na proposta de França-Filho (2019), que aponta que a sustentabilidade deve ser pensada de maneira plural, e propõe que ela seja pensada a partir das dimensões socioprodutiva, socio-organizativa, socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e socioambiental, e das dimensões da agroecologia propostas por Guzmán et al. (2012), técnico-produtiva, sociocultural e política.

Para além, a dimensão socioeconômica busca compreender o quanto (em porcentagem) da produção é escoada na feira e se existe o acesso a outros canais de comercialização. Busca-se analisar também como é feita a definição do preço dos produtos e quantas pessoas são envolvidas na atividade econômica.

A segunda dimensão, sociocultural, envolve questões relacionadas ao tipo de produção (se é artesanato, hortifruti, alimentos processados e/ou outros) e a descrição detalhada dos produtos.

Por fim, a dimensão socioambiental tinha por objetivo evidenciar a forma de produção e o tipo de manejo utilizado pelos(as) agricultores(as) que fazem parte das feiras. Dentre as questões, quando o tipo de manejo adotado é o orgânico e/ou agroecológico, havia perguntas relacionadas a certificação (se havia, e se sim, qual o tipo), bem como, os motivos que levaram a transição ou produção orgânica/agroecológica.

As(os) feirantes também foram questionados sobre quais as vantagens, os desafios, e o tempo em que estavam no processo de transição e/ou de produção orgânica e/ou agroecológica, e como elas(es) fazem para definir o que vão produzir.

Yin (2016) aponta cinco fases distintas numa pesquisa qualitativa. Sendo estas, as fases de compilação, decomposição, recomposição, interpretação e conclusão de dados. Para a compilação dos dados, foi utilizada a Plataforma Google Forms. O processo de compilação dos dados se caracteriza pela organização dos dados em determinada ordem (Yin, 2016).

Os questionários impressos aplicados com cada feirante foram separados por feira e identificados por código. A letra referente a inicial se refere ao município em que ocorre determinada feira, seguido pelo número da(o) respondente (exemplo: Muriaé Entrevistada 1 = M1). Os questionários foram digitalizados pela plataforma e tabulados em meio digital com auxílio da Plataforma Microsoft Excel.

Com os dados já organizados e verificados, ocorreu a decomposição, ou seja, a fragmentação em categorias ou dimensões que serão descritas a seguir (Yin, 2016).

Para descrição dos alimentos e produtos comercializados nas feiras, foram organizadas categorias identificadas como “tipos de produto”. Nestes tipos estão as categorias de alimentos, organizadas com base no Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014), sendo estas: “Frutas”; “Legumes e verduras”; “Raízes e tubérculos”; “Cereais”; “Leguminosas”; “Plantas medicinais”; “Ovos”; “Carnes”; “Mel”; “Leite, queijos e derivados”; “Óleos e gorduras”; “Doços e açúcares”; “Pães, bolos e biscoitos”; “Temperos” e “Bebidas”.

Foi criada a categoria “Comidas” para agrupar alimentos processados que não se enquadravam nas categorias anteriormente citadas. Por fim, a categoria “Outros” referente a produtos advindos da agricultura familiar, mas que não se encaixam em nenhuma das categorias acima. Ao todo, 102 diferentes itens foram identificados baseados na descrição das(os) agricultoras(es).

A próxima etapa de acordo com Yin (2016) seria a recomposição dos dados. Após decompor as informações obtidas em fragmentos menores. Estes foram rearranjados em subtópicos para posterior interpretação e, conseqüentemente, conclusão acerca das informações obtidas através do problema de pesquisa (Yin, 2016).

No primeiro subtópico serão abordadas questões relacionadas ao acesso à terra, trabalho na unidade familiar, tamanho da propriedade e da área produtiva e acesso a documentos da agricultura familiar. No segundo subtópico, serão apresentadas questões acerca do que é produzido, da forma como faz para definir o que vai produzir, e como produz (tipo de manejo).

No terceiro subtópico, serão analisadas questões relacionadas ao escoamento da produção, e a renda obtida por meio da participação nas feiras, se foi preciso aumentar a produção por conta de feira, e se acessa outros canais de comercialização. No quarto subtópico, abordaremos questões relacionadas aos consumidores e a abrangência das feiras em relação a quantidade de consumidoras(es).

No quinto subtópico, discorreremos sobre as estratégias relacionadas a precificação de produtos nas feiras, seguido das questões de reciprocidade identificadas nas feiras. Por fim, abordaremos questões relacionadas a acesso a

assistência técnica e participação de grupos, as vantagens e desafios da produção orgânica/agroecológica, e o acesso políticas públicas.

O quadro a seguir realizam uma breve caracterização das experiências analisadas, com base nas informações da coleta de dados (Quadro 13).

Quadro 13 - Caracterização inicial das(os) participantes da pesquisa.

Nome da feira	Ano de criação	Quando acontece a feira	Número de entrevistadas(os)	Data da coleta de dados
Feira Livre de Divino	+ de 40 anos (sem uma data específica de criação), com intervenção da Prefeitura Municipal e da Emater desde 2006	Todos os sábados pela manhã, no Centro de Divino	10	27/04/2024
Feira Livre de Espera Feliz	1998	Todos os sábados pela manhã, na Praça da Bandeira	27	22/06/2024
Feira Orgânica Monte de Gente Interessada	Ano de surgimento: 2010 Data de criação do	Todos os sábados pela manhã, na Praça Bom Pastor	3	23/03/2024

em Consumo Orgânico	estatuto: 12 de novembro de 2013			
Feira Agroecológica de Muriaé	30 de outubro de 2018	Todos as quartas-feiras pela manhã, na Praça do Trabalhador e na Praça São Paulo	11	10/04/2024
Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário	2016	Todas as quartas-feiras, ao final da tarde, na Sede do Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Viçosa (APUV)	12	21/08/2024
Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido	2021	Todos os sábados pela manhã, na Praça Central	10	09/03/2024

Fonte: da autora.

Pode-se perceber que estes espaços possuem arranjos, tempo de criação e número de participantes distintos. Da mesma forma, cada experiência tem uma diversidade de produtos distintos, bem como o perfil de cada uma varia em gênero,

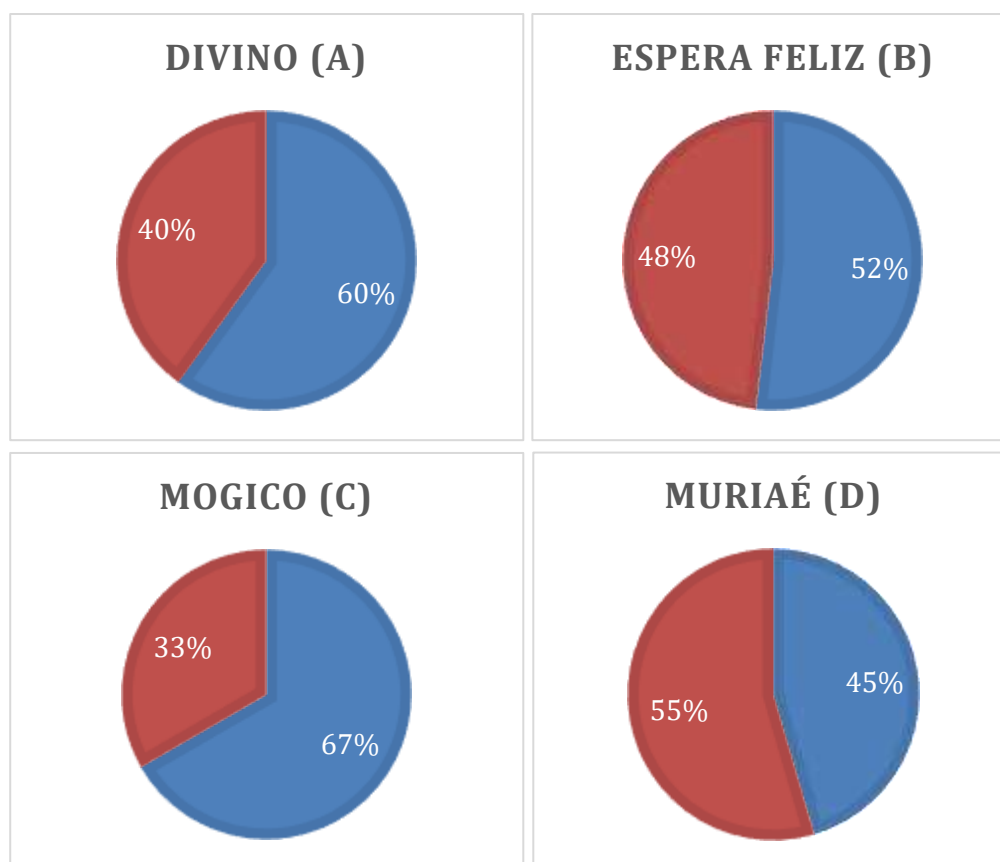
raça e escolaridade. Estes dados serão analisados a seguir nos resultados e discussões.

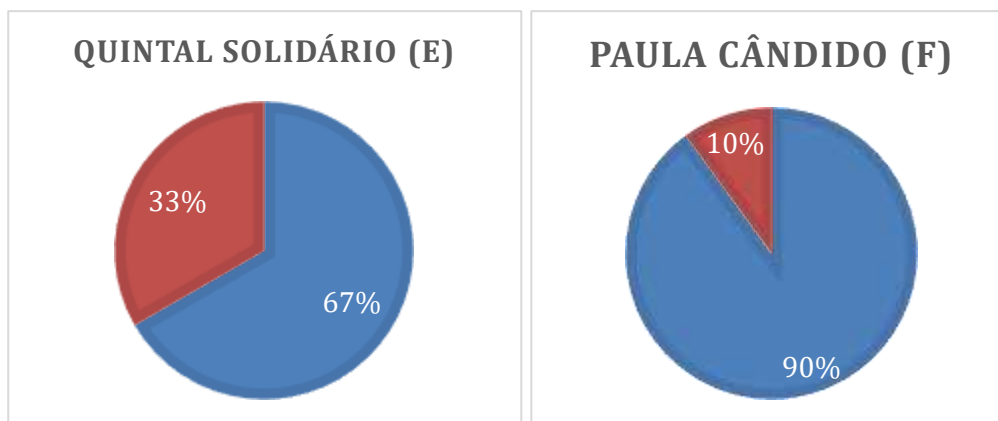
## 4.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.4.1 Caracterização socioeconômica

Em relação às características socioeconômicas dos(as) feirantes das experiências estudadas revelam que, em geral, 60,3% são mulheres e 39,7% são homens. Na Figura 37, é possível notar que nas feiras livres (Figura 37, A e B), as mulheres representam 60 e 52% do total de feirantes, respectivamente. Na feira orgânica (Figura 37, C) as mulheres representam 67% do total. A feira agroecológica (Figura 37, D) tem menor participação de mulheres, apenas 45%. Já nas feiras da economia solidária e agricultura familiar (Figura 37, E e F), a prevalência é de participação de mulheres, representando 67 e 90% do total de feirantes.

Figura 37 – Gênero nas feiras analisadas.





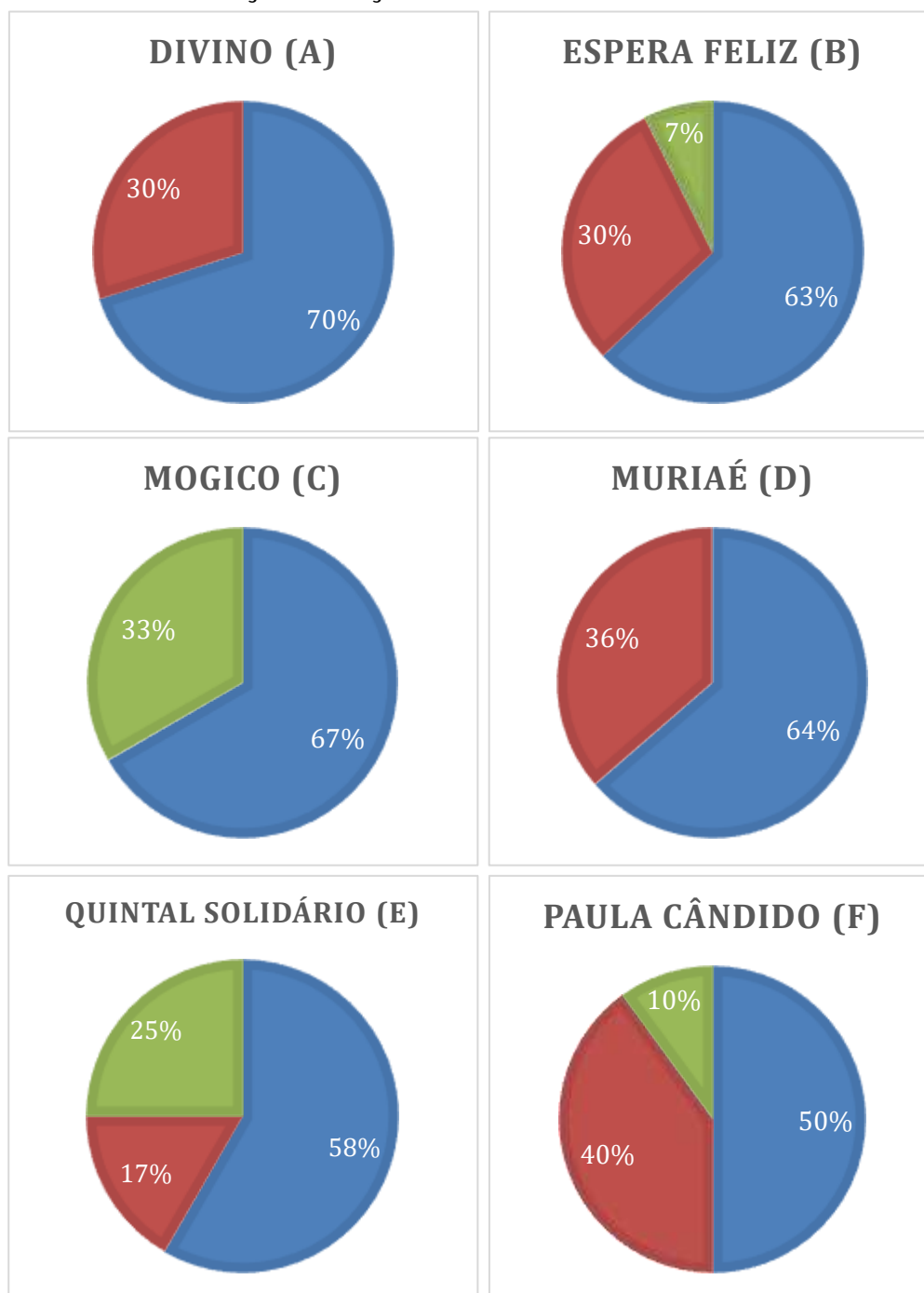
Legenda: Azul – Feminino; Vermelho – Masculino  
 Fonte: da autora.

Com estes dados, podemos refletir que a participação das mulheres tem prevalência sobretudo nas experiências de feira da economia solidária e agricultura familiar. Isso pode estar relacionado com o protagonismo das mulheres frente as organizações econômico solidárias (Cáritas, 2023) e da agricultura familiar.

Em relação a raça/etnia (Figura 38), em todas as feiras há uma maior participação de pessoas autodeclaradas brancas. Na Feira Livre de Divino (Figura 38, A), 70% das pessoas se autodeclararam brancas, e 30% pardas, sem a presença de pessoas autodeclaradas pretas. Na Feira Livre de Espera Feliz (Figura 38, B), 63% se autodeclararam brancas(os), 30% pardas(os) e 7% pretas(os). Na Feira Orgânica Mógico (Figura 38, C), 67% se autodeclararam brancas(os), e 33% pretas(os), sem a presença de pessoas autodeclaradas pardas. Na Feira Agroecológica (Figura 38, D), 64% se autodeclararam brancas(os), e 36% pardas(os), sem a presença de pessoas autodeclaradas pretas.

Na Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário (Figura 38, E), 58% das se autodeclararam brancas, 25% pretas, e 17% pardas. Esta é a experiência analisada que possui uma maior quantidade de pessoas autodeclaradas pretas. Na Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido (Figura 38, F), 50% das pessoas se autodeclararam brancas, 40% pardas e 10% pretas. Esta é a experiência com uma maior quantidade de pessoas não brancas analisada.

Figura 38 – Autodeclaração de raça/etnia nas feiras analisadas.



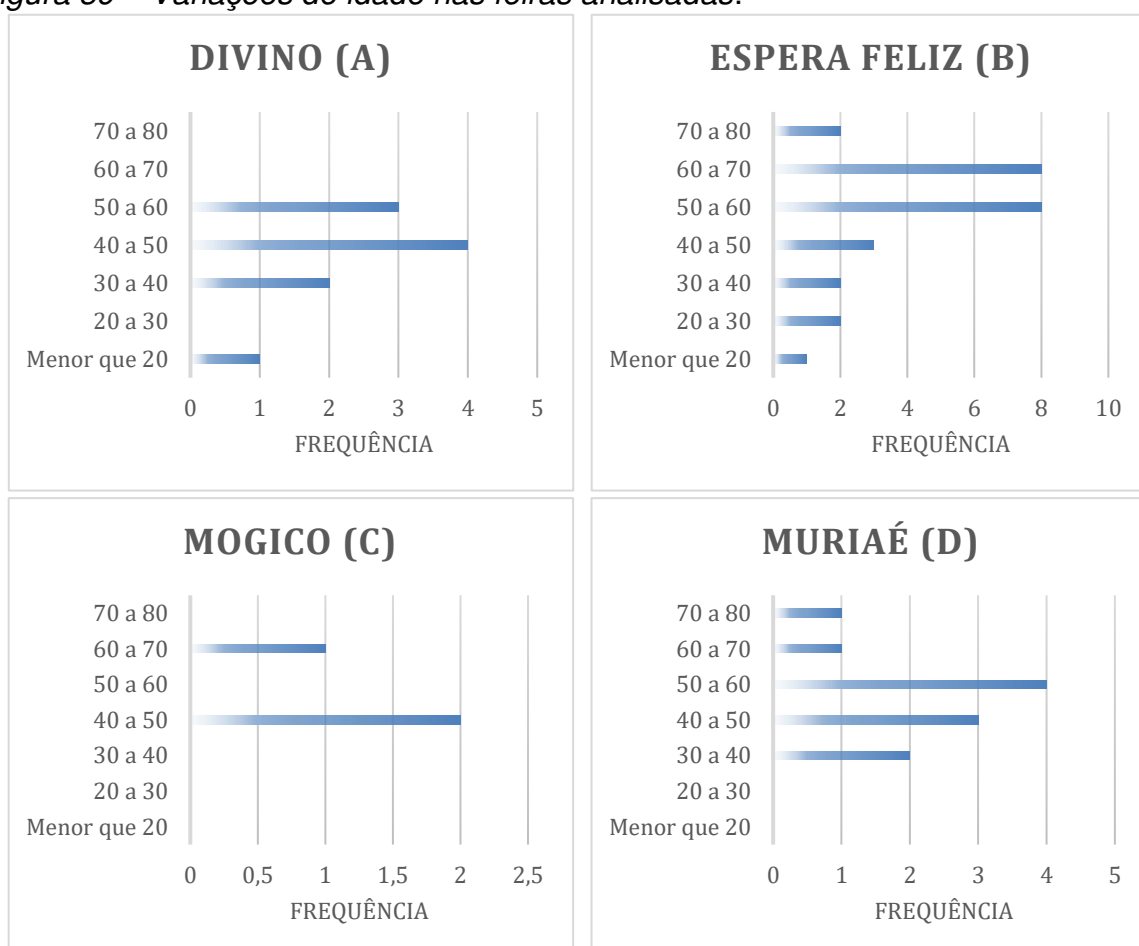
Legenda: Azul: Brancas(os); Vermelho: Pardas(os); Verde: Pretas(os)  
 Fonte: da autora.

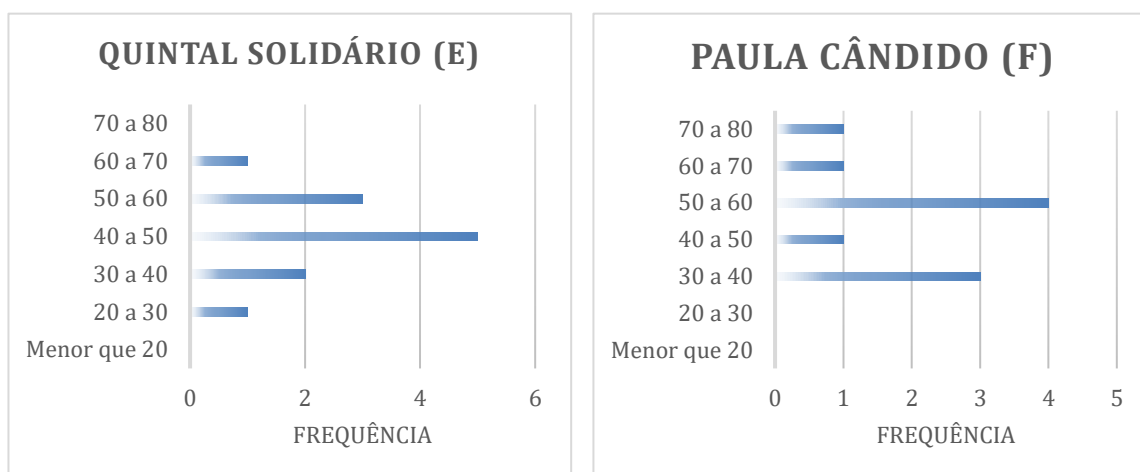
Em relação da faixa etária, de maneira geral existe uma variação de idade entre as(os) feirantes de todas as experiências (Figura 39). Na Feira Livre de Divino (Figura 39, A), as idades variam entre 19 e 54 anos, sendo 40% das(os) feirantes com idades entre 40 e 50 anos. A Feira Livre de Espera Feliz (Figura 39, B) é a que

apresenta uma maior variação etária, com idades que vão dos 16 aos 76 anos, sendo cerca de 62% de feirantes com idades entre 50 e 70 anos.

Na Feira Orgânica Mógico (Figura 39, C), as idades variam de 46 a 62 anos, sendo 67% de feirantes com idades entre 40 e 50 anos. Na Feira Agroecológica (Figura 39, D) as idades variam entre 35 e 71 anos, sendo 36% das(os) feirantes com idades que variam entre 50 e 60 anos. Na Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário (Figura 39, E), as idades variam entre 29 e 70 anos, sendo 42% das(os) feirantes com idades que variam entre 40 e 50 anos. Na Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido (Figura 39, F), as idades variam entre 35 e 72 anos, sendo 40% das(os) participantes com idades que variam entre 50 e 60 anos.

Figura 39 – Variações de idade nas feiras analisadas.





Fonte: da autora.

Observa-se uma baixa presença de jovem em todas as experiências, em especial os que possuem menos de 20 anos. Apenas nas experiências de Feiras Livres percebeu-se a participação desta categoria. Do contrário, observou-se de maneira geral uma alta participação de pessoas adultas com idades entre 40 e 60 anos.

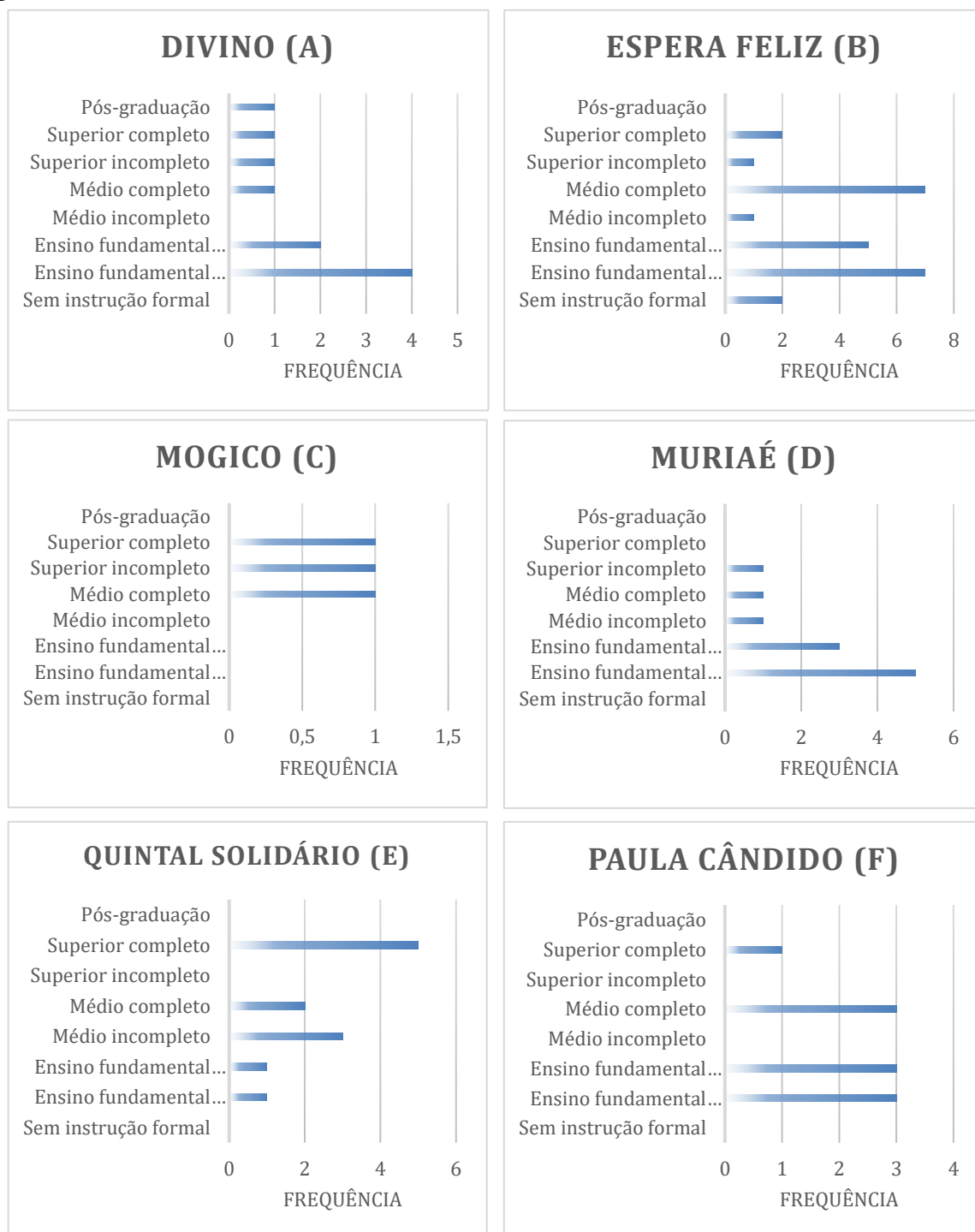
Em relação a escolaridade (Figura 40), cada experiência apresenta feirantes com graus de escolaridades distintos. Na Feira Livre de Divino (Figura 40, A), a prevalência é de pessoas com ensino fundamental incompleto (40%), seguidos de pessoas com ensino fundamental completo (20%), médio completo (10%), superior incompleto (10%), superior completo (10%) e pós-graduação (10%). Na Feira Livre de Espera Feliz (Figura 40, B), a prevalência é de pessoa com ensino fundamental incompleto (30%) e médio completo (30%), seguidos por ensino fundamental completo (22%), sem instrução formal e superior completo (9%), médio completo e superior incompleto (4%).

Na Feira Orgânica Mógico (Figura 40, C) 33,3% possuem ensino médio completo, 33,3% superior incompleto, e 33,3% superior completo. Na Feira Agroecológica (Figura 40, D), a prevalência é de pessoa com ensino fundamental incompleto (45%), seguidos de fundamental completo (27%), médio incompleto, médio completo e superior incompleto (9%).

Na Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário (Figura 40, E), a prevalência é de pessoas com superior completo (42%), seguidos de médio

incompleto (25%), médio completo (17%), fundamental incompleto e completo (8%). Na Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido (Figura 40, F), 30% possuem fundamental incompleto, 30% possuem fundamental completo, 30% possuem médio completo, e 10% superior completo.

Figura 40 – Escolaridade nas feiras analisadas.



Fonte: da autora.

#### *4.4.2 Acesso à terra e a documentos da agricultura familiar*

A agricultura familiar possui uma marcante presença nas experiências de circuitos curtos analisadas. De acordo com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 é considerada agricultura familiar aquelas propriedades que não excedem o tamanho de quatro módulos fiscais, bem como utilizam majoritariamente força de trabalho familiar; que obtenham, por meio da unidade produtiva, uma porcentagem da renda familiar; e, por fim, que dirija o estabelecimento com sua família. A legislação foi criada no sentido de criar uma categoria e fortalecer as políticas de crédito destinadas ao setor (Lima et al., 2019).

Das(os) feirantes entrevistadas(os), 55,6% alegam que apenas uma (12,5%) ou duas (43,1%) pessoas trabalham na unidade produtiva (normalmente um casal ou uma pessoa adulta/o com filha/o).

Em relação ao tamanho das propriedades, 31,3% responderam ter entre quatro e 10 hectares de terra e 33,3% mais de 10 hectares. Os demais possuem propriedades menores, com menos de 0,5 hectares (4,2%). Já em relação à área produtiva, a maioria afirma possuir entre um e dois hectares (20,5%), ou entre quatro e dez (22,7%).

Cabe destacar que, embora a Lei da Agricultura Familiar caracterize a agricultura familiar (dentre outras características) como aquelas propriedades que possuem até quatro módulos fiscais, esta realidade é muito distinta em diferentes regiões do país. De acordo com o Incra (2013), o módulo fiscal pode variar de cinco até 110 hectares. Nos municípios em que as experiências analisadas, o módulo fiscal varia entre 24 e 28 hectares (Incra, 2024). Comprovando, desta forma, a caracterização enquanto agricultura familiar as(os) participantes das feiras analisadas.

Destes, 91,1% descreveram a terra como própria, normalmente no nome do próprio respondente (quando no caso de homens respondentes), do marido (quando no caso de mulheres respondentes) e/ou de parentes (já falecidos ou não). Para além, 62% possuem o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), documento que viabiliza o acesso a políticas para a agricultura familiar, principalmente o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Lima et al., 2019).

Embora este número seja considerável (62%) ainda assim pode-se dizer que é relativamente baixo, considerando que é apenas através deste documento que se consegue acessar políticas e programas governamentais, incluindo mercados institucionais e acesso a assistência técnica e extensão rural (MAPA, 2022).

Dos que alegaram que havia trabalho externo a família, em sua grande maioria a realização do trabalho é organizada através de diárias, com membros da própria comunidade. Uma outra prática muito realizada pelas(os) agricultoras(es) no território é a metodologia dos mutirões, na qual a(o) agricultor(a) dispõe seu tempo para auxiliar na propriedade de outra(o), estabelecendo assim uma relação de confiança, onde esperasse que a(o) outra(o) agricultor(a) faça a mesma coisa (Candido, 1979; Silva, 2020).

Demonstrando, nesse sentido, esta característica comunitária de trabalho associado, já que muitas vezes essas diárias são pagas não com dinheiro, mas através de “troca de dias” (Silva, 2020). O trabalho é pago com o próprio trabalho e os laços sociais se fortalecem. Contudo, a mão de obra utilizada nas propriedades é majoritariamente familiar, já que 58,6% das(os) feirantes alegaram que não há a contratação de trabalhadoras(es) externos.

#### *4.4.3 Diversidade produtiva, forma de manejo e certificação*

O quadro a seguir (Quadro 14) identifica a diversidade de alimentos descritos cirtadpelas(os) agricultoras(es) durante a coleta de dados da pesquisa. Ao todo, foram encontrados 102 diferentes itens comercializados nas seis feiras, em sua grande maioria Legumes e verduras, alimentos processados, frutas e outros produtos (alimentícios e não alimentícios).

Quadro 14 – Diversidade de alimentos e produtos comercializados nas feiras.

<b>TIPOS DE PRODUTO</b>	<b>DIVERSIDADE</b>
Frutas	Abacate, Acerola, Banana, Goiaba, Gravatá, Jabuticaba, Laranja, Limão, Maça, Mamão, Mexerica, Morango, Tangerina

Legumes e Verduras	Abobrinha, Abóbora, Agrião, Alface, Alho-poró, Almeirão, Beringela, Beterraba, Brócolis, Cebolinha, Cenoura, Chuchu, Coentro, Couve, Couve-flor, Espinafre, Jiló, Pimentão, Quiabo, Repolho, Salsa, Taioba, Tomate
Raízes e Tubérculos	Batata doce, Inhame, Mandioca
Cereais	Arroz, Milho, Fubá, Canjiquinha
Leguminosas	Feijão
Plantas Medicinais	Hortelã, Melissa
Ovos	Ovos
Carnes	Frango, Linguiça, Peixe, Porco
Mel	Mel
Leite, Queijos e Derivados	Leite, Queijo, Iogurte, Manteiga, Requeijão
Óleos e Gorduras	Banha de porco, Torresmo
Doces e Açúcares	Barra de cereal vegana, Bombom vegano. Doce de abóbora, Doce de banana, Doce de Leite, Geleia, Goiabada, Goiabada cascão, Melado, Polpa de fruta, Rapadura
Pães, Bolos e Biscoitos	Biscoito de polvilho, Biscoitos doces, Bolos, Broas, Pães, Rosquinhas
Temperos	Manjeriço, Tempero completo de alho
Comidas	Caldos, Comida Japonesa, Pastel, Salgados
Bebidas	Café, Café com leite, Caipirinha, Chá, Chopp, Licores, Queimadinho, Sucos naturais de fruta
Artesanato	Pinturas
Outros	Café (pó), Creme, Escalda-pés, Hidrolatos, Mudanças de hortaliças, Óleo para massagem, Óleos essenciais,

Fonte: da autora.

A diversidade produtiva está relacionada com as características da agricultura familiar, que produz, primordialmente para o autoconsumo e para as suas comunidades. E o que não se consome, é escoado para feiras e outros canais de comercialização (Grisa et al., 2010). Embora sejam identificados produtos não alimentícios, como nas categorias “Artesanato” e “Outros”, ressalta-se que estes são produzidos por agricultoras(es) familiares.

Um outro fator que relaciona a diversidade produtiva encontrada nas feiras, com a reprodução dos hábitos e práticas culturais e sociais do território, está relacionado a escolha acerca do que se produzir (Costa; Padilla, 2024). Das(os) agricultoras(es), 46,3% afirmam que produzem os alimentos que são comercializados nas feiras a partir dos seus hábitos alimentares.

Em relação ao tipo de manejo realizado na produção, 67,3% afirmam produzir de maneira agroecológica, 19,2% de maneira convencional e 13,5% de maneira orgânica. A produção agroecológica está vinculada a promoção de práticas de manejo que utilizem, em sua maioria, insumos internos a propriedade, que visam o equilíbrio ecológico do sistema, vinculada a produção de alimentos saudáveis e sociobiodiversos (Guzmán et al., 2012).

A produção convencional, ao contrário da produção agroecológica, vincula-se ao uso de insumos externos a propriedade, normalmente adubos e fertilizantes químicos e minerais, baseada na maioria das vezes em monocultivos (Ploeg, 2008).

Por fim, na produção orgânica, que é regulamentada pela Lei N° 10.831 de 23 de dezembro de 2003, é permitida a utilização de insumos externos a propriedade, desde que estes estejam contemplados na legislação. Podem ou não ser baseadas em monocultivos e para ser considerada orgânica, a produção precisa ser certificada como tal, seja através de Auditoria empresarial, ou via Organismo de Controle Participativo da Conformidade (OPAC), vinculados aos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) (Resende et al., 2023).

Para a produção agroecológica, especificamente, não existe um selo que identifique o produto como tal e, normalmente, quem possui algum tipo de certificação, utiliza a certificação orgânica, já que a Lei N° 10.831 enquadra produtos agroecológicos como orgânicos. No caso das feiras, por se tratar de um circuito curto de comercialização, a garantia da qualidade dos produtos possivelmente é estabelecida baseada nas relações de proximidade e confiança entre agricultoras(es) e consumidoras(es) (Guzmán et al., 2012). Esta realidade é expressa nas experiências analisadas, onde 89% das(os) agricultoras(es) que afirmam ter a produção agroecológica/orgânica não possuem certificação.

Do restante que alega possuir certificação orgânica (11%), 75% é via SPG e 25% via auditoria. Em sua maioria, estes agricultores que possuem a certificação estão vinculados a Feira Orgânica que, dentre os critérios de entrada, utiliza a certificação orgânica como principal.

Minas Gerais representa 4% de todas(os) as(os) produtoras(es)<sup>11</sup> certificados como orgânicos no Brasil (1.014 produtoras/es). Destes produtores, 49% são certificados por auditoria, 25% via OPAC/SPG e 26% via OCS. Quando afinamos esta análise para o território da Zona da Mata Mineira, percebe-se que representa apenas 10,5% dos(as) produtores(as) certificados do estado de Minas Gerais (cerca de 107 produtores/as cadastrados) (CNPO, 2025).

Destes, 79% são certificados por auditoria (empresa certificadora) e os demais, 21%, certificados via OPAC/SPG (CNPO, 2025). Destaca-se que, na Zona da Mata, atualmente, não existem produtoras(es) cadastrados como orgânicos via OCS, que é um mecanismo muito utilizado pela agricultura familiar para comercialização de alimentos nas feiras, visto que a declaração comprova a garantia da qualidade orgânica apenas nas vendas diretas (Resende et al, 2023).

Para além, normalmente estão vinculados aos certificados via sistema participativo de garantia a maior diversidade de alimentos orgânicos do território, haja vista que, majoritariamente, o certificado via auditoria é normalmente para produtores de café (CNPO, 2025). Estes sistemas são mecanismos de garantia da qualidade e

---

<sup>11</sup> Aqui nos referimos como produtoras(es), pois não existem apenas agricultoras(es) cadastrados como orgânicos no Brasil.

conformidade que rompem com a lógica da certificação empresarial por auditoria, normalmente vinculada a altos preços e especialização da produção em poucos produtos (Cuéllar; Calle, 2009; Cuéllar, 2009; Guzmán et al., 2012; Resende et al., 2023).

De acordo com as(os) autores, estes sistemas buscam, por meio de processos coletivos de aprendizado mútuo, a acreditação dos alimentos e a disseminação das práticas produção agroecológicas (Cuéllar; Calle, 2009; Cuéllar, 2009; Guzmán et al., 2012; Resende, 2023).

As(os) agricultoras(es) que afirmaram produzir de maneira agroecológica já estão na atividade a mais de 20 anos. Diversos são os motivos pelos quais fez-se a opção pelo manejo agroecológico. Pode-se sugerir que a construção do movimento agroecológico no território, característica já mencionada aqui na caracterização da Zona da Mata Mineira, nos aspectos metodológicos, é um dos fatores que mais influencia as(os) agricultoras(es) familiares a adotarem este tipo de manejo. A partir das bases ecológicas comunitárias e da luta no movimento sindical e demais organizações do território (Silva, 2020).

Outros fatores relacionam-se com a preocupação com a saúde individual e/ou da família e com o meio ambiente. Foram descritos casos em que o que levou a produção agroecológica foi a intoxicação por agrotóxicos, ocasionada pelas formas convencionais de produção e industrialização da agricultura.

O fato de a produção ser mais rentável (por possuir mais valor agregado) e, ao mesmo tempo, gerar autonomia por meio da diversificação da produção para o autoconsumo também influencia as(os) agricultoras(es) a produzirem dessa forma. Questões culturais e o incentivo da família e/ou comunidade são listados como motivos de incentivo ao manejo da produção de base agroecológica.

O cuidado com a vida, o prazer em trabalhar produzindo agroecológico e a possibilidade da agroecologia como uma matriz possível de produção que se adequa as aspirações das(os) agricultoras(es) enquanto ser humano são importantes impulsionadores das práticas agroecológicas no território.

#### *4.4.4 Acesso a outros circuitos de comercialização*

Em relação a renda mensal obtida por meio da feira, percebe-se que em grande maioria o valor varia de até um salário-mínimo (39,4%) ou de um a dois salários-mínimos (43,7%). Estes números contribuem significativamente para a renda das famílias, já que 47,2% afirmam que conseguem escoar até 75% de sua produção nas feiras. Concomitantemente, 60% aumentaram a sua produção por conta da participação nestes espaços.

Uma outra característica que complementa a caracterização destes agricultores enquanto agricultores familiares é o fato de utilizarem mais de um circuito de comercialização para o escoamento de sua produção. Baseado nos dados da pesquisa, desvelamos que 82% das(os) agricultoras(es) familiares que compõem as feiras possuem outras formas de escoar a produção.

Para além das feiras, foram identificadas outras 13 formas de comercialização. Sendo estas: entrega em domicílio, cooperativas, encomendas, lojas especializadas, grupos de consumo responsável, outras feiras, mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) vendas online, vendas em domicílio, feiras esporádicas (eventos pontuais que possuem feira), mercados locais e atravessadores.

Dentre os mais acessados, destaca-se as entregas em domicílio (25,7%), as encomendas (20%), a participação em outras feiras (11,4%), as vendas online (8,6%) e o PNAE (7,9%). Ainda assim, 53% alegaram que a feira é sua principal fonte de renda, mesmo acessando estes outros canais.

#### *4.4.5 Relações com consumidoras(es)*

Em média, 91% das(os) feirantes afirmam que possuem consumidores fixos, que compram sempre em suas barracas, seja semanalmente, ou a cada 15 dias. O quadro a seguir traz a média de consumidoras(es) fixas(os) de cada feira, bem como, a média de consumidoras(es) semanais (Quadro 15).

Quadro 15 – Média, por feira, de consumidoras(es) fixas(os) e semanais.

Nome da feira	Consumidoras(es) fixas(os)	Consumidoras(es) semanais
Feira Livre de Divino	23,5	52
Feira Livre de Espera Feliz	33,3	80,3
Feira Orgânica Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânico	45	225
Feira Agroecológica de Muriaé	19,4	75,9
Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário	15,4	53,8
Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido	8,5	20,6

Fonte: da autora.

Estes dados indicam a abrangência que estes circuitos possuem em termos de consumidoras(es). Podem estar relacionados com o tempo de atividade de cada feira, ao local em que ocorre, a renda e capacidade de consumo das pessoas que frequentam, e em decorrência disto, apresentar um número maior ou menor de consumidoras(es). A média também pode variar de acordo com o que cada experiência oferta de alimentos e produtos não-alimentícios.

Cerca de 73% responderam que os hábitos das(os) consumidoras(es) influenciam na forma de produção dos alimentos. Embora possa parecer contraditório em relação aos dados previamente apresentados, relacionados a de que forma é definido o que é produzido (46,3% produzem com base nos seus hábitos alimentares), existe uma explicação plausível.

No primeiro caso, quando questionados sobre como definem o que irão produzir, as(os) agricultoras(es) se referem diretamente ao que é produzido de alimentos *in natura* (hortaliças, leguminosas, raízes e tubérculos etc.). Ao passo que a influência das(os) consumidores está mais relacionada a produção de alimentos processados, como por exemplo, o “ponto” dos pães (mais ou menos assado).

#### 4.4.6 Estratégias de precificação

Existem várias formas de se definirem os preços nas feiras. Nas experiências analisadas, encontramos sete distintas formas de precificação de produtos. Cabe destacar que, na maioria das vezes, é utilizada mais de uma dessas estratégias para definição dos preços.

A primeira delas, mais utilizada, é a pesquisa de preços em outros mercados, normalmente em supermercados locais. Essa estratégia é muito comum e, baseada nela, as(os) agricultoras(es) escolhem se colocarão um valor maior ou menor que o do mercado, partindo do pressuposto da lógica de competição com estes mercados e do quanto conseguiram produzir de determinado produto/alimento.

A segunda estratégia está relacionada ao cálculo dos custos da produção e a adição de uma porcentagem acima deste custo, normalmente 20% ou 30%. Esta estratégia é muito utilizada pelas(os) agricultoras(es) familiares, especialmente aqueles que não produzem apenas alimentos in natura, mas alimentos processados. Para além da matéria prima, também são inclusos os preços de embalagens e sacolas plásticas. A terceira estratégia é a de colocar o preço no produto mediante o valor que a(o) agricultor(a) acredita que o seu produto vale, entendendo o valor simbólico, cultural e social daquele alimento para quem o produziu.

A quarta estratégia mais utilizada, e que provavelmente só ocorre nas feiras, é o que intitulamos de Acordos entre Feirantes. As(os) agricultoras(es) conversam entre si para definirem valores “fixos” da feira, que não ultrapasse um limite mínimo ou máximo de preços. Em algumas das experiências, estes acordos, para além de pessoais, são estabelecidos e competidos por regimento. Caso alguém não cumpra, pode ser penalizada(o) e até desvinculado da feira.

Em outras experiências, os acordos são mais pessoais e informais, mas isso não significa que não são cumpridos. Existe uma perspectiva moral do estabelecimento dos acordos e é através deles que os laços sociais são fortalecidos ou não dentro das feiras.

As últimas três estratégias (cinco, seis e sete) se relacionam de certa forma com a primeira, que seria a pesquisa de preços em mercados. A primeira delas é

colocar um valor abaixo do valor de mercado, na tentativa de atrair mais consumidoras(es). A segunda seria alterar o valor de acordo com a procura das(os) consumidoras(es). E, por fim, a última estratégia é colocar um valor acima do mercado pelo fato do produto ser agroecológico.

Para a venda em mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, por lei, todo alimento orgânico (no qual os agroecológicos podem se enquadrar caso tenham certificação) podem ser 30% mais caros do que os alimentos convencionais (Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003). Como estes mercados em alguns casos são acessados pelas(os) feirantes, esta estratégia pode ser uma escolha a ser empregada nas feiras. Embora sendo mencionada, ela é pouco utilizada nas feiras analisadas, justamente pela questão de que aumentar o valor dos produtos poderia significar em uma perda de consumidoras(es).

De maneira geral, as(os) agricultoras(es) não demonstraram reclamações acerca dos preços estabelecidos para venda de seus produtos nas feiras, com exceção da experiência da feira orgânica analisada.

Isto pode estar relacionado principalmente pelo fato de que na feira orgânica não é um critério de entrada e participação a comercialização unicamente da produção própria. E, para aumentar a diversidade de alimentos disponibilizados aos consumidores, as(os) feirantes comprar alimentos de lojas especializadas de alimentos orgânicos para revenda, o que gera um maior custo.

Para além da diversidade de formas de precificação estabelecidas nas feiras, enfatiza-se as relações não-monetárias estabelecidas como uma forma de fortalecimento da identidade comunitária e da participação social expressa através das feiras. Cerca de 78% das(os) agricultoras(es) realizam trocas e/ou doações de seus produtos nas feiras.

As trocas são realizadas tanto entre as(os) participantes das bancas (feirantes) quanto entre feirantes e consumidores(as). São feitas trocas de produtos, de sementes e mudas. Já as doações normalmente são para instituições de caridade, para coletivos organizados em prol de alguma pauta ou em caso de atrações culturais que participam das feiras.

No caso desta última, foi uma estratégia de uma das experiências de valorizar as(os) artistas locais que vão se apresentar durante as feiras. Cada feirante doa um de seus produtos para compor uma cesta de produtos que é destinada ao artista no final da apresentação.

Uma outra experiência interessante é a montagem de uma cesta que é sorteada sempre na última feira do mês e todas(os) que consumiram pelo menos o valor de R\$10,00 em qualquer feira do mês, pode participar.

#### *4.4.7 Vantagens e desafios da produção agroecológica/orgânica*

Dentre as principais vantagens listadas estão novamente a produção de alimentos mais saudáveis e o manejo sem o uso de agrotóxicos e com um máximo de insumos internos a propriedade possível. O fomento a produção e consumo local, assim como um valor agregado aos produtos são citados.

Dentre os principais desafios, estão a questão da conscientização das(os) consumidoras(es) e o acesso a mercados/canais de comercialização com garantia de venda, como os mercados institucionais, por exemplo.

O acesso à informação sobre insumos e práticas de manejo, a falta de assistência técnica especializada na produção agroecológica, a mão de obra e as mudanças climáticas aparecem como grandes desafios para o fortalecimento da produção de base agroecológica. Das(os) participantes, 62% alegam não receber nenhum tipo de apoio para além da feira, relacionado a assistência técnica e extensão rural.

A falta de apoio do poder público e políticas públicas são grandes desafios enfrentados pelas(os) agricultoras(es). Principalmente relacionadas a falta de estrutura adequada para a realização das feiras, e a falta de incentivo em relação a promoção do consumo local.

Cerca de 87% das(os) feirantes já acessaram ou acessam algum tipo de política pública para a agricultura familiar. Dentre as mais acessadas, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Programa Bolsa Família, embora

não sendo específico para agricultura familiar, foi o terceiro mais citado, seguido pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que explica 53% participarem de algum empreendimento ou organização coletiva (cooperativas e sindicatos, principalmente).

#### **4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As feiras analisadas, por meio da reprodução cultural e social, podem contribuir para o fomento das características locais e culturais da Zona da Mata Mineira. Como característica marcante destes espaços está a presença da agricultura familiar com a produção de base agroecológica, com propriedades que não ultrapassam quatro módulos fiscais, e com força de trabalho familiar e/ou da comunidade, através de relações de proximidade. Nas feiras analisadas, foram identificadas uma grande variedade de alimentos e produtos não alimentícios de origem da agricultura familiar, ao todo 102 tipos de produtos.

Com base na perspectiva da pluralidade da agricultura familiar, foi possível identificar 13 distintos canais de comercialização para o escoamento dos produtos, assim como sete distintas estratégias adotadas para definição de preço dos produtos. Os resultados expressam a diversidade de estratégias adotadas pela agricultura familiar em escoar e comercializar seus produtos.

As feiras são importantes espaços que promovem essa comercialização. Ainda assim, é necessário promover estratégias que garantam o aumento no escoamento da produção e, concomitantemente, o acesso democrático a alimentos agroecológicos por toda a população, levando em conta o excedente não comercializado pelas(os) agricultoras(es), e a capacidade de abastecimento local das(o) mesmas(os). Para isso, é necessário ocorrer também um aumento no acesso a documentos que comprovem a condição de agricultor(a) familiar, como é o caso da CAF, para o posterior acesso a políticas do setor.

Pode-se sugerir que as relações de proximidade possibilitadas com base nas relações estabelecidas nessas feiras entre agricultoras(es) e consumidoras(es) é o que cumpre o papel de garantia da qualidade e conformidade orgânica. A valorização dos conhecimentos tradicionais das(os) agricultoras(es), associadas a dinamização da economia local e ao manejo ecológico dos agroecossistemas, e a uma perspectiva

política que fortaleça estas esferas é um dos caminhos para a promoção de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

## REFERENCIAS

Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Projeto de Lei Nº 4029/2017. Disponível em: < >. Acesso em 23 de setembro de 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (ABA). Quem somos. Disponível em: < <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/#:~:text=A%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20de%20Agroecologia,%C3%A0%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento%20agroecol%C3%B3gico.>> >. Acesso em 11 de janeiro de 2025.

BEZERRA, Antonia Geane Costa; MONTIEL, Marta Soler; ROCES, Irene García; ZARZAR, Andrea Lorena Butto. Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019.

CADASTRO NACIONAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS. Ministério da Agricultura e Pecuária, Governo Federal. Atualizado em 20 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 26 de janeiro de 2025.

CARDOSO, Irene Maria. FERRARI, Eugênio Alvarenga. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória da interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. Revista Agricultura, V. 03, Nº 04, 2006.

CARITAS BRASILEIRA. Mulheres e a economia popular solidária em tempos de resistência. Disponível em: <https://caritas.org.br/noticias/mulheres-e-a-economia-popular-solidaria-em-tempos-de-resistencia>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CARNEIRO, Patrício A. S.; MATOS, Ralfo E. S. Geografia histórica da ocupação da Zona da Mata Mineira: acerca dos mitos das “áreas proibidas”. In: Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira, 2010.

COSTA, Bianca Lima; PADILLA, Mamen Cuéllar. Circuitos curtos de comercialização e agroecologia: experiências da Brasil e da Espanha. Interações, Campo Grande, MS, v. 25, n. 4, e2544114, out./dez. 2024.

CUÉLLAR, MAMEN y CALLE, ÁNGEL: «Sistemas Participativos de Garantía, Poder, Democracia y Agroecología», Actas del I Congreso Español de Sociología de la Alimentación. Gijón: Universidad de Oviedo, 28-29 de mayo de 2009.

CUÉLLAR, MAMEN: Hacia un Sistema Participativo de Garantía para la producción ecológica en Andalucía. Tesis doctoral inédita. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Dpto. Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad de Córdoba, 2009.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio; ALENCAR, Maria de Cleófas Faggion; ABREU, Lucimar Santiago. Redes alimentares alternativas e novas relações produção – consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade* n São Paulo v. XIX, n. 2 n p. 1-22 abr.-jun. 2016.

FAO. Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política. Santiago, Chile, 2014.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas para o desenvolvimento rural. *Agroalimentaria*, v. 16, n.31, julho, 2010.

GRISA, Catia; KATO, Karina Yoshie Martins; FLEXOR, Georges Gérard; ZIMMERMANN, Silva Aparecida. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2017.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes; VARGAS, Maria Cristina. *Dicionário de Agroecologia e Educação*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2021.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MONTIEL, Marta Soler; HERNÁNDEZ, David Gallar; SÁNCHEZ, Isabel Vara; COLLADO, Ángel Calle. Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, IBGE. Censo Agro, 2017. Disponível em: < <https://censoagro2017.ibge.gov.br> >. Acesso em 23 de dezembro de 2024.

LEITE, Daniel Carvalho; TELES, Elton Carlos Pereira Vieira de Alencar. Comercialização de produtos agroecológicos a partir de circuitos curtos: a experiência das feiras agroecológicas de Recife, Pernambuco. *Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina*, v. 7, n. 2, p. 026-044, 2019.

Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.831.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm) >. Acesso em 11 de janeiro de 2025.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Retratos de Assentamentos*. Vol. 22 N.1 de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia Alimentar Para a População Brasileira. Brasília, Distrito Federal, 2014. Disponível em: <  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2\\_ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2_ed.pdf)>. Acesso em 23 de dezembro de 2024.

NASCIMENTO, Daniela Viegas da Costa; SILVA, Jaqueline Araújo; PINTO, Marcelo de Rezende; MESQUITA, Maytê Cabral. Quando orgânico se torna “rótulo”: discussões críticas sobre consumo e agroecologia a partir de um empreendimento de economia solidária. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.26, n.3, 2018.

NOBRE, Miriam. Cadernetas Agroecológicas como metodologia da economia feminista. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (org.). *Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas*. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; ROTHMAN, Franklin Daniel. Arquidiocese de Mariana, Teologia da Libertação e Emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce. *Política e Sociedade*, n. 12, p. 177-203, abr. 2008.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ASSUNÇÃO, Wanessa Marinho; RIBEIRO, Adriana Aparecida de Moraes; GOMES, Renata de Souza; CARDOSO, Irene Maria. Polo agroecológico e de produção orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais. *Cadernos de Agroecologia – ISSN2236-7934-Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - v.19, n.1, 2024.

PERIERA, Fernanda Cristina; SILVA, Bruce Wellington Amorin da. Características da agricultura familiar: uma análise do município de Araçatuba-SP. *Novas Dinâmicas da Sociedade: desafios e soluções*. 2022.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. *Sociologias*, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, v.25, n.2, p. 411-432, maio-agosto, 2020.

RESENDE, Eugênio Martins de Sá; COSTA, Bianca Aparecida Lima; SILVA, Márcio Gomes; PADILLA, Mámen Cuéllar; PÉREZ, Isabel Maria Haro; SILVA, Ihdilla Humberta Sinésio Cândido da Silva. Regulation of organic production in Brazil: notes for its adaptation to participatory guarantee systems. *RGSA –Revista de Gestão Social e Ambiental*, Miami, v.17.n.10, p.1-16, 2023.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (Orgs.). *Circuitos curtos de comercialização e inovação social (livro eletrônico)*. Florianópolis, 2021.

SCHNEIDER, Sérgio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Revista Redes* (St. Cruz do Sul. Online). Vol. 21, Nº 3, p. 11-33, set.-dez. 2016.

SILVA, Márcio Gomes; SANTOS, Marcelo Loures dos. A prática educativa dos movimentos sociais na construção da agroecologia. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 7, n. 2, p. 263-282, jul./dez. 2016.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.

SOLER, Marta; CALLE, Àngel. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía. In: SOLER, Marta (Coord.) et al. *Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza*. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2010, p. 258-283. (PH Cuadernos).

SOLER, Marta; PÉREZ, David. Por una recampesinización ecofeminista: superando los tres sesgos de la mirada occidental. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, Madrid, v. 121, p. 208, 2013

UENO, Vanessa A.; NEVES, Marcos C.; QUEIROGA, Joel L. de; RAMOS FILHO, Luiz O.; OLIVEIRA, Larissa P. Estratégias de comercialização da Agricultura Familiar: estudos de caso em assentamentos rurais no estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO UNIARA-NUPEDOR, 7., 2016, Araraquara. *Anais...* Araraquara: UNIARA, 2016. p. 1-14.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. *Agroecology as a science, a movement and a practice: a review*. Agronomy for sustainable development. 2009.

YIN, Robert K. *Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim*. Tradução: Daniel Bueno ; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2016.

## 5. CAPÍTULO 4 - DINÂMICAS DE TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

### WORK DYNAMICS IN FAMILY FARMING: A STUDY ON WOMEN IN SHORT FOOD SUPPLY CHAINS

#### RESUMO

A mulheres compõem 47,5% da população rural de todo o Brasil. A economia feminista oportuniza ferramentas para compreender o processo das desigualdades entre homens e mulheres e disponibiliza ferramentas para combatê-las. Entendendo a importância dos cuidados como central para a reprodução social, o objetivo deste artigo é analisar características das agricultoras familiares que compõem as feiras analisadas, compreendidas como circuitos curtos de comercialização e entender sua participação nestes espaços. Utilizando uma abordagem qualiquantitativa, foram aplicados questionários com feirantes de seis experiências de feiras da Zona da Mata Mineira. As mulheres agricultoras representam 60,3% das pessoas que compõem as seis feiras analisadas. Elas estão em todos os espaços de trabalho na unidade familiar e produtiva, sozinhas ou com os homens. No plantio, no roçado, na adubação, na colheita, guardando sementes e são responsáveis pelos trabalhos de cuidado com a casa e com crianças e idosos. Apenas 2% das mulheres acessaram ou acessam políticas públicas específicas, e 20% participam ou participaram de projetos formativos específicos para mulheres. Este cenário reforça a importância de um redesenho na divisão sexual do trabalho em meio rural e da criação de políticas de incentivo para a produção e a comercialização advindas das mulheres.

**Palavras-chave:** Economia feminista. Reprodução social da vida. Trabalho de cuidados. Invisibilidade.

#### ABSTRACT

Women make up 47.5% of the rural population in Brazil. Feminist economics provides tools to understand the process of inequality between men and women and provides tools to combat it. Understanding the importance of care as central to social reproduction, it reorganizes economic concepts. The objective of this article is to outline the characteristics of family farmers who make up short food supply chains and to understand their participation in these spaces. Using a qualitative and quantitative approach, questionnaires were administered to market vendors from six market experiences in the Zona da Mata Mineira region. Women farmers represent 60.3% of the people who make up the six markets analyzed. They are present in all work spaces in the family and production unit, alone or with men. They are involved in planting, clearing, fertilizing, harvesting, saving seeds, and are responsible for household chores and caring for children and the elderly. Only 2% of women have accessed or are accessing specific public policies, and 20% participate or have participated in specific training projects for women. This scenario reinforces the importance of redesigning the sexual division of labor in rural areas, and creating policies to encourage production and marketing by women.

**Keywords:** Feminist economy. Social reproduction of life. Care work. Invisibility.

#### 5.1 INTRODUÇÃO

A mulheres compõem 47,5% da população rural de todo o Brasil (IBGE, 2017) e embora representem esse número populacional, são proprietárias dos empreendimentos rurais em apenas 19% dos casos (Censo Agropecuário, 2017; Embrapa, 2022). Em Minas Gerais, este cenário é ainda pior, já que as mulheres são proprietárias em apenas 15,4% (IPPDS, 2021). De acordo com o Observatório das Mulheres Rurais do Brasil, 87,7% das mulheres não recebem nenhum tipo de assistência técnica (Embrapa, 2022) e, em 2011, elas representavam 64% das mulheres trabalhadoras brasileiras que não recebiam remuneração (Butto, 2011).

A economia feminista, no decorrer das décadas de construção teórica, oportuniza ferramentas para compreender o processo das desigualdades entre homens e mulheres e disponibiliza ferramentas para combatê-las (Carrasco, 2009). Entendendo a importância dos cuidados como central para a reprodução social, ela reorganiza os conceitos econômicos. O enfoque desta perspectiva baseia-se nessa questão dos cuidados e principalmente do tempo e energia desigual entre homens e mulheres dedicados a estas atividades e na invisibilidade que estas atividades, enquanto trabalho, representam economicamente (Carrasco, 2009).

O trabalho de cuidados normalmente é associado de uma forma “naturalizada” às mulheres, mesmo que elas estejam envolvidas em praticamente todas as atividades das propriedades (Paulilo, 2016). Estes trabalhos são os cuidados com os filhos, com a casa, com a alimentação da família, com as hortas ou quintais e, normalmente, são invisibilizados por não serem reconhecidos como um trabalho e pela contribuição monetária que propiciam (Telles, 2018).

Embora as mulheres representem uma parcela expressiva da população rural, elas ainda são pouco reconhecidas como trabalhadoras rurais, agricultoras e/ou camponesas, e seu trabalho normalmente é visto como ajuda (Paulilo, 2016).

Como ressaltam Cardoso et al. (2019), as mulheres são promotoras da sociobiodiversidade, e as responsáveis por desenvolver atividades (agrícolas e não agrícolas) que geram a reprodução de suas famílias, suas comunidades e territórios, através das práticas agroecológicas nos agroecossistemas, que envolvem as dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas e ecológicas (Cardoso et al., 2019). Essas mulheres, através da possibilidade de articulação sociopolítica e

econômica, podem contribuir para o processo de transição agroecológica e reprodução da vida, como movimentos sociais, organizações não-governamentais e espaços de organização política (Cardoso et al., 2019).

Em concomitância com os movimentos de reconhecimento político da agricultura familiar nos anos 1990 (Grisa et al., 2017), diversas organizações que trabalhavam com objetivo de promover a agroecologia passaram a colocar em suas pautas o reconhecimento do trabalho das mulheres agricultoras, suas formas de acesso a políticas públicas e sua autonomia financeira e política (Moreira et al., 2018).

Mediantes as discussões e reflexões acerca do trabalho das agricultoras familiares é que a agroecologia e o feminismo passam a trabalhar em consonância. A agroecologia tem suas bases na chamada agricultura alternativa, que surgiu no Brasil partindo de diversos movimentos ambientalistas nos anos 1980 (Monteiro; Londres, 2017).

É uma ciência transdisciplinar que possui um caráter transformador da sociedade e, por isto, precisa considerar nos estudos dos sistemas agroalimentares as relações de poder existentes no campo entre homens e mulheres, além das questões de classe social e raça (Moreira et al., 2018).

As feiras são ambientes de comercialização marcadamente protagonizados pelas mulheres (Silva et al., 2018; Bezerra et al., 2019; Jalil et al., 2021), além de possuírem uma diversidade de produtos, reproduzem a cultura local de seus territórios e promovem diversas formas de socialização. As feiras buscam através de uma rede autogestionada a iniciativa de não só oferecer produtos e alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, como também a regionalização da produção e comercialização dos produtos, com princípios da economia solidária (Nascimento et al., 2018; Costa; Padilla, 2024).

Estes circuitos de comercialização unem a vontade de consumo de alimentos frescos *in natura* com a necessidade de vendas das(os) agricultoras(es) (Bezerra et al., 2019). Em sua pesquisa, as autoras revelam que a participação das mulheres nas feiras é muito mais do que a simples comercialização de seus produtos e representa a possibilidade de sair da esfera privada, para um espaço de articulação social e política (Bezerra et al., 2019).

As mulheres são protagonistas nos espaços locais de comercialização da agricultura familiar (Siliprandi, 2015) mesmo sem haver uma articulação de organização e/ou estímulo para que estas mulheres ocupem esses espaços. As feiras contribuem para o reconhecimento social e valorização das mulheres, para além do aporte na renda.

As relações que são estabelecidas nestes espaços podem permitir com que as agricultoras acessem e se conectem com movimentos sociais, grupos e organizações que trabalham com a mesma ótica da agricultura familiar e da economia solidária, podendo gerar assim uma forma de rede de apoio (Silva et al., 2018; Bezerra et al., 2019).

O objetivo deste artigo é analisar características das agricultoras familiares que compõem as feiras analisadas, compreendidas como circuitos curtos de comercialização e entender sua participação nestes espaços. Da mesma forma, utilizando a perspectiva da economia feminista, busca-se evidenciar os trabalhos das agricultoras nas atividades da unidade produtiva e familiar, sob a ótica das mulheres e dos homens.

A hipótese defendida neste trabalho é a de que, embora as feiras sejam espaços que promovem a autonomia política e financeira e a participação social das mulheres, ainda assim podem ser consideradas mais carga de trabalho desempenhado por elas. E, sendo um trabalho, mesmo que estas mulheres muitas vezes estejam envolvidas nas feiras com base em uma perspectiva agroecológica, ainda sim é gerada uma sobrecarga de trabalho.

O artigo está dividido em uma introdução que aborda as desigualdades de gênero em meio rural na perspectiva da divisão sexual do trabalho, bem como sobre a importância das mulheres para a agroecologia e nas feiras. Em seguida, o referencial teórico discorre sobre a importância das mulheres para a agricultura familiar e a reprodução da vida, bem como o protagonismo das mulheres nos espaços de comercialização baseados em circuitos curtos.

Nos aspectos metodológicos serão abordados os métodos utilizados para a construção da pesquisa que deu origem ao artigo. Nos resultados, serão analisadas mediante a perspectiva da economia feminista, da agroecologia e do acesso a

políticas públicas e projetos formativos, três diferentes subtópicos. O primeiro descreve algumas características das participantes das feiras. O segundo realiza a descrição das atividades por gênero na unidade familiar e dos aspectos de comercialização e decisões acerca da produção e renda.

O terceiro traz questões relacionadas ao acesso das mulheres às políticas públicas específicas. Por fim, nas conclusões, serão apresentadas as principais reflexões geradas a partir da pesquisa e apontados alguns caminhos para propor melhorias nas condições das mulheres nos espaços de comercialização.

## **5.2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O planeta possui diversos limites naturais que não podem ser superados e que provêm alimento, energia e diversos outros recursos utilizados pela humanidade (Herrero, 2016; Orozco, 2019; Nobre, 2021). Herrero (2016) discorre sobre a situação de emergência planetária, que envolve a civilização como um todo, através de riscos ecológicos e aumento das desigualdades, que vem se agravando ao longo do tempo.

Em paralelo, via gestão realizada com o foco na centralidade do capital, que não leva em conta os limites químicos, físicos e biológicos do planeta, invisibiliza os trabalhos e tempos de reprodução social necessários para perpetuação da vida (Herrero, 2016; Orozco, 2019; Nobre, 2021). Os seres humanos precisam e dependem de cuidados ao longo da vida, desde o nascimento até a morte, o que torna as pessoas, enquanto espécie humana, ecodependentes e interdependentes (Herrero, 2016).

Com a centralidade do capital, cria-se a ideia falaciosa de que os seres humanos, enquanto indivíduos, são completamente independentes em relação as outras pessoas e a natureza (Herrero, 2016). Essa premissa parte de uma visão neoliberal e capitalista que coloca no centro da economia as atividades relacionadas ao mercado e não considera as atividades necessárias para a manutenção e reprodução desse sistema, como as atividades de cuidados, já ditas acima, normalmente protagonizadas pelas mulheres (Herrero, 2016; Orozco, 2019; Nobre, 2021; Telles, Alvarenga, 2021).

A economia capitalista objetiva o acúmulo de capital e de lucro centralizado nas mãos de poucos por colocar o mercado como centro da satisfação de todas as necessidades humanas (Herrero, 2016). Ao desenvolver a perspectiva do *homo economicus*, centraliza-se a economia nesse indivíduo abstrato que é marcadamente masculino, branco, burguês, heteronormativo, adulto, egoísta e que rege suas ações pelo benefício próprio e individual (Marçal, 2017; Orozco, 2019; Nobre, 2021; Telles, Alvarenga, 2021).

Segundo essa ótica, são desconsideradas esferas econômicas que não envolvem relações mercantis e monetárias, incluindo os cuidados domésticos e comunitários, imprescindíveis para a reprodução social da vida (Alvarenga et al. 2021; Nobre, 2021). Herrero (2016) ainda reforça que só se tem consciência da fragilidade da vida e da necessidade da interdependência entre as pessoas, quando se percebe a vulnerabilidade e finitude humana.

Precisamos de cuidados físicos e emocionais e, no decorrer da história, as mulheres têm sido responsáveis por este tipo de trabalho (Herrero, 2016; Orozco, 2019). Esta imposição - que deixa livre os homens para executarem outras atividades, especialmente externas e sociais – foi criada a base do medo e no dever (Mellor, 1997 apud Herrero, 2016).

A incapacidade de abordar economicamente a divisão sexual do trabalho nas sociedades patriarcais leva à legitimação e à naturalização do facto de que as consequências materiais da corporeidade humana recaem desproporcionalmente sobre as mulheres e outros grupos oprimidos e explorados (Herrero, 2016, p. 148).

A economia feminista possibilita os aportes teóricos para compreender, visibilizar e reconhecer os conhecimentos e trabalhos desempenhados pelas mulheres. Ela é orientada com foco na centralidade da vida e da reprodução social quotidiana (Herrero, 2016; Bezerra et al., 2019). Para as autoras feministas, é esta divisão de papéis imposta nas sociedades heteropatriarcais que possibilita que os homens se dediquem aos trabalhos remunerados, comerciais, “pesados”, “produtivos” (Nobre, 2013; Paulilo, 2016; Alvarenga et al., 2021) sem se responsabilizarem pelas atividades de cuidados com suas casas e famílias. E, que, portanto, mantém vigente uma divisão sexual do trabalho que não reconhece o tempo

e as atividades de cuidados desempenhadas pelas mulheres (Nobre, 2013; Herrero, 2016; Telles; Alvarenga, 2021).

O ambiente rural (assim como o urbano) pode ser considerado um ambiente hostil para as mulheres, especialmente as jovens, solteiras e/ou divorciadas, que tendem a sair da zona rural em busca de trabalho em meio urbano (Faria et al., 2022). E que muitas vezes, por não terem marido, suas terras herdadas por direito legal são destinadas aos seus irmãos homens ou quando são casadas se “tornam agricultoras” por conta do casamento, atuando nas terras de seus maridos (Paulilo, 2016).

Essas desigualdades, baseadas nas relações de poder e que condicionam as formas de trabalhos das mulheres, também limitam e reduzem as oportunidades de potencialização das práticas sustentáveis realizadas por elas. As agricultoras familiares possuem barreiras e dificuldades de se inserirem nas atividades relacionadas a comercialização e, dessa forma, destinam seu tempo para atividades domésticas e com jornadas extensas de trabalho (Siliprandi; Cintrão, 2011).

Muitas autoras feministas discorrem sobre essa dicotomia entre os trabalhos que são ou não reconhecidos pela sociedade em um sistema neoliberal capitalista e denominam estes como trabalho produtivo e reprodutivo, leve ou pesado (Nobre, 2013; Paulilo 2016; Alvarenga et al., 2021).

Paulilo (2016) realiza essa divisão em trabalho *leve* e *pesado* e nos diz que essa diferenciação entre os dois depende de quem o realiza, considerando as atividades leves quando realizadas pelas mulheres e pesadas quando realizadas por homens, mesmo que em muitos casos as atividades realizadas sejam as mesmas. Por ser invisibilizado, o trabalho das mulheres muitas vezes não é remunerado e é negado socialmente e logo as mulheres na maioria das vezes possuem pouco ou nenhum controle sobre a renda familiar (Paulilo, 2016).

O mercado é apenas um dos princípios da organização econômica e não deve ser visto como a única esfera econômica que importa, pois isso deixa de fora diversas outras esferas da economia que são importantes, como as esferas da

domesticidade<sup>12</sup>, reciprocidade<sup>13</sup> e da redistribuição<sup>14</sup>, o que limita a compreensão do que é economia (Polanyi, 2000; Hillenkamp et al., 2016). As práticas econômicas desenvolvidas pelas mulheres não são dissociadas destas esferas da economia para além do mercado e, por isso, faz-se a necessidade de estudar cada vez mais estas atividades (Hillenkamp et al., 2016).

Em decorrência desta perspectiva neoliberal e patriarcal, as mulheres são majoritariamente responsáveis por plantar, colher, beneficiar e preparar os alimentos para suas famílias e comunidades, sendo as primeiras a sofrerem de insegurança alimentar e nutricional, já que primeiro alimentam seus filhos (reprodução da vida e da mão de obra familiar) e seus maridos, que realizam as “atividades produtivas” e o trabalho “pesado” (Nobre, 2013; Paulilo, 2016; ONU, 2021)

Para além das questões econômicas, Jalil et al. (2021) chamam atenção para a invisibilidade dos saberes, fazeres e conhecimentos das mulheres, a favor de uma redução da ciência a um dito “conhecimento formal”. Isto pode potencializar a perda de conhecimentos tradicionais acerca de práticas de manejo de base agroecológica, visto que, muitas vezes, são as mulheres as detentoras destes saberes (Jalil et al., 2021). Nessa lógica, são invisibilizados:

O manejo das plantas medicinais, das ervas sagradas e de poder, das parteiras, raizeiras e curandeiras; das práticas de manejo de pequenos animais; o modo de produzir das mulheres; a produção de alimentos nos quintais ou arredores de casa; o beneficiamento e a transformação de alimentos; o manejo da agrobiodiversidade; o manejo a gestão e o cuidado com as águas; a relação com o território e as comunidades; a mediação dos conflitos; o acalento ou segurança psíquica emocional para a construção de sujeitos autônomos e seguros para a vida adulta; as práticas de cuidado coletivas, familiares e individuais; a garantia da segurança alimentar e a luta pela soberania (Jalil et al., 2021, p. 18).

Promotoras da sociobiodiversidade, essas agricultoras são as responsáveis por desenvolver atividades (agrícolas e não agrícolas) que geram a reprodução de

---

<sup>12</sup> é o que é produzido para consumo próprio, ou seja, para o autoconsumo (Polanyi, 2000).

<sup>13</sup> A *reciprocidade* se refere as trocas que podem ser consideradas como não monetárias, pois se baseiam nos laços sociais e nas relações estabelecidas nas comunidades e grupos sociais (Polanyi, 2000).

<sup>14</sup> Já, a esfera da *redistribuição* refere-se à centralidade dos produtos para uma instituição, normalmente política ou religiosa, tornando-se assim responsável pela divisão justa dos bens na sociedade (Polanyi, 2000). Ambas as esferas (reciprocidade e redistribuição) são cruciais para caracterizar as relações econômicas da agricultura familiar.

suas famílias, suas comunidades e territórios. Ao reconhecer o valor monetário e social - que Jalil et al. (2021) entendem como o valor não-monetário gerado pelos trabalhos das agricultoras – as mulheres passam a demandar e reclamar seus espaços de representação social na família, nas esferas de comercialização e no acesso às políticas públicas.

Aos poucos, elas passam a “germinar e cultivar revoluções silenciosas” (Jalil et al., 2021, p. 27), buscando trilhar assim um caminho voltado a um desenvolvimento agrícola mais sustentável como para “uma economia voltada para a sustentabilidade da vida e da superação das desigualdades de gênero, raça e classe” (Jalil et al., 2021, p. 27).

A agroecologia nos faz repensar e reestruturar a forma de entender os problemas que afetam a agricultura e a alimentação através do entendimento de que é necessária a adesão de práticas ecológicas nos sistemas agroalimentares (Shiva, 2017). A agroecologia fomenta as práticas de manejo conservativo do solo, das plantas, dos animais e dos seres humanos, melhora a integridade ecológica da produção e preserva a biodiversidade dos agroecossistemas.

Ela se baseia na liberdade das sementes e na autonomia das(os) agricultoras(os), preza pela soberania dos povos e comunidades tradicionais e pela segurança alimentar e nutricional das pessoas (Shiva, 2017). Ainda que de forma lenta, junto a esses movimentos de agricultura alternativa, começaram também a aparecer as pautas das agricultoras familiares por “direito a sindicalização, acesso à terra, aposentadoria e outros direitos sociais, que até então eram garantidos somente aos homens (Moreira et al., 2018, p.61).

Ao desenvolver um trabalho com as mulheres rurais, é necessário observar questões relativas à condição de vida dessas mulheres, seu acesso às tecnologias, à terra e ao crédito (Silva et al., 2018). Em tais estudos, necessita-se visibilizar o conhecimento, o trabalho e a contribuição social, ecológica e econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida e para a construção de agroecossistemas mais diversos e sustentáveis (Moreira et al., 2018).

No início dos anos 2000, ocorreu o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Para além das questões

do espaço que promoveu pela primeira vez a troca de experiências entre agricultoras(es) de todo o Brasil, foi um dos primeiros espaços a discutir a necessidade “de dar visibilidade as experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres” (Moreira et al., 2018, p.65).

Em 2004, o grupo de Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA foi criado e, com isso, a ANA passou a incorporar a problemática das desigualdades de gênero em meio rural como uma das pautas da organização (Moreira et al., 2018). Em 2013, durante o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Porto Alegre (RS), o lema “Sem Feminismo não há agroecologia” foi pautado como bandeira de luta das organizações agroecológicas.

O lema veio mediante reflexão e questionamento ao enfoque sistêmico da agroecologia propostas por Caporal e Costabeber (2002). Embora os autores considerassem que a agroecologia possui multidimensões da sustentabilidade (ecológica, econômica, social, cultural, política e ética), as relações de poder estabelecidas no campo entre homens e mulheres não eram devidamente consideradas (Moreira et al., 2018).

Inicialmente, apenas com o enfoque sistêmico voltado a dimensão técnico produtiva dos agroecossistemas, através principalmente dos estudos de Miguel Altieri (1998), o campo agroecológico com o decorrer dos processos de transição percebeu a necessidade de se olhar para o sistema agroalimentar em todas as suas dimensões (Gliemann et al., 2002).

As esferas de comercialização e consumo são imprescindíveis para garantir estabilidade frente aos processos transicionais e, nesta perspectiva, passou-se a dar mais atenção para os circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar agroecológica (Bezerra et al., 2019).

Mercados baseados em circuitos curtos de comercialização são construídos em conjunto com a sociedade civil buscando a aproximação com as(os) agricultoras(es) (Ueno et al., 2016). Os circuitos curtos de comercialização se baseiam na demanda e na distribuição de produtos e serviços diferenciados, que possuem maior qualidade, origem conhecida, relações aproximadas entre quem produz e quem consome. Isso implica em novas formas de se pensar a produção,

distribuição e consumo de alimentos (Ploeg, 2011). Os circuitos curtos promovem a reprodução e cultivos de espécies de importância cultural para as comunidades rurais, uma vez que não visam a padronização dos alimentos produzidos, como é o caso dos mercados convencionais (Rover; Darolt, 2021).

As feiras agroecológicas, orgânicas, da agricultura familiar e de economia solidária, são espaços de comercialização onde as relações perpassam a venda monetária de produtos, sendo considerado o tipo de circuito curto de comercialização mais difundido e acessado pela agricultura familiar no Brasil (Schneider, 2016). A presença de feiras nos territórios, pode impulsionar a autonomia das pessoas, fortalecer o território e a economia local, contribuir para o aumento da circulação de renda e diminuir o número de atravessadores (Costa; Padilla, 2024).

Esses espaços, como destaca Silva et al. (2018, p. 5), implicam “relações sociais e de produção mais justas e igualitárias, já que antigamente a produção, a venda e a compra eram ‘tarefas masculinas” e as feiras possuem o potencial de quebrar esse paradigma.

Em pesquisa realizada por diversas organizações<sup>15</sup> (Rody, Telles, 2021) que tinha por objetivo sistematizar a produção dos quintais das mulheres agricultoras do Nordeste, Sudeste, Sul e Amazônia no Brasil fica evidente a importância das feiras, em especial das feiras agroecológicas para estas agricultoras. Das participantes da pesquisa, 38% participavam de feiras agroecológicas e perceberam através de sua participação um aumento em suas rendas, contribuindo assim para o aumento de sua autonomia (Rody, Telles, 2021).

Ainda de acordo com a pesquisa, nos espaços das feiras agroecológicas em que as mulheres atuam, é muito comum a troca ou a doação de produtos,

---

<sup>15</sup> Pesquisa intitulada “Os quintais das mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização das produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil” em 2016, da Universidade Federal de Viçosa em parceria com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), e com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

especialmente ao final da feira, para que as mulheres não voltem com os seus produtos para casa (Nobre, 2021).

A motivação das(os) agricultoras(es), para participação nas feiras, não se centra apenas na comercialização, mas sim nos seus gostos alimentares pessoais, nas plantas de fácil manejo, na estratégia e organização de garantir produtos o ano todo (Nobre, 2021). A motivação das(os) consumidoras(es), da mesma forma, vai para além de uma lógica mercantilista e se centram em uma busca por diversidade alimentar, pela sazonalidade alimentar e pela recuperação e resgate de plantas ancestrais (Nobre, 2021).

Pode-se perceber que as mulheres rurais enfrentem diversas dificuldades geradas pelas desigualdades sociais, econômicas e de gênero e raça, é com base no seu trabalho de perpetuação da reprodução da vida que a resiliência dos agroecossistemas acontece. Reconhecer os conhecimentos e práticas desenvolvidas por elas é o caminho para uma produção, distribuição e consumo de alimentos mais justa e equitativa.

### **5.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa parte da análise de seis experiências de feiras, todas estas relacionadas a agroecologia, a produção orgânica, e a agricultura familiar, utilizando uma abordagem qualiquantitativa (Yin, 2016). Duas destas são caracterizadas como Feiras Livres; duas como Feiras da Agricultura Familiar e da Economia Solidária; uma como Feira Agroecológica; e, uma como Feira Orgânica<sup>16</sup>, na Zona da Mata Mineira, território de abrangência do Polo Agroecológico de Produção Orgânica (Lei N° 23.307 de 27 de dezembro de 2018; Pasini et al., 2024).

O território da Zona da Mata Mineira tem uma construção histórica do movimento agroecológico, em luta pelos direitos dos povos e comunidades

---

<sup>16</sup> A pesquisa compõe o projeto “Agroecologia e Sistemas Alimentares Localizados: inovações sociais na construção dos circuitos curtos de comercialização” (Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - Fapemig, processo APQ-00318-22), desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Sistemas Agroalimentares e Agroecologia (GESSA), criado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV). O objetivo geral do projeto é analisar os circuitos curtos de comercialização, com intuito de compreender a abrangência, os benefícios socioeconômicos e ambientais presentes nas iniciativas envolvidas com o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata Mineira (Lei n°23207/2018).

tradicionais e pelas(os) agricultoras(es) familiares. Principalmente através de articulações entre movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores rurais, organizações de assistência técnica e extensão rural agroecológicas e universidade (Cardoso; Ferrari, 2006; Silva, 2010; Silva; Santos, 2016).

Destaca-se o protagonismo das mulheres agricultoras no território, em especial o Movimento de Mulheres Agricultoras da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais (MMZML), composto por mulheres trabalhadoras rurais de 15 municípios, vinculadas ao movimento sindical (Campos et al., 2024).

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de março e novembro de 2024, com a utilização de questionários estruturados com as(os) feirantes das experiências, e com a utilização da observação participante (Cruz Neto, 2002). Foram retiradas da amostra as(os) feirantes que se caracterizavam como artesãs(ões) para fins de análise deste artigo e mantemos aquelas(es) que se enquadravam enquanto agricultoras(es) familiares, devido a comercialização da sua produção de alimentos.

O questionário foi elaborado pela equipe do Gessa, baseado na perspectiva das dimensões da sustentabilidade de França-Filho (2019)<sup>17</sup>, e das dimensões da agroecologia, propostas por Guzmán et al. (2012)<sup>18</sup>. A perspectiva de gênero foi abordada com o objetivo evidenciar a participação das mulheres, tanto na produção, quanto nos trabalhos de cuidado e comercialização sob a ótica dos debates sobre divisão sexual do trabalho e economia feminista. A dimensão envolve questões relacionadas aos trabalhos e atividades na unidade produtiva, por gênero (relacionadas a produção e manejo, aos trabalhos de cuidado e de comercialização).

Também contém questões relacionadas a decisões acerca do uso da renda obtida na feira e acerca da produção. Bem como, o acesso a políticas públicas, espaços formativos específicos para as mulheres e a importância da participação das mulheres nos espaços da feira como um todo (desde a organização a comercialização).

---

<sup>17</sup> França-Filho (2019) entende que a sustentabilidade deve ser vista de uma maneira plural, e desta forma, ao partir da perspectiva dos empreendimentos econômicos solidários, aponta algumas dimensões para serem analisadas: socioprodutiva, socio-organizativa, socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e socioambiental.

<sup>18</sup> As dimensões da agroecologia propostas por Guzmán et al. (2012) são: técnico-produtiva, sociocultural e política.

A utilização da observação participante auxiliou no entendimento acerca das dinâmicas de organização coletiva dos espaços de comercialização analisados. De acordo com Cruz Neto (2002), a vantagem da observação participante está na possibilidade de captação de informações, situações ou fenômenos que podem não ser obtidos por meio de outros métodos de coleta de dados.

Para cada feira, foi criado um código de identificação de cada questionário aplicado, com as iniciais de cada município e um número atribuído a cada respondente (exemplo: Entrevistada da Feira livre de Espera Feliz nº1 – ES 1). Os dados foram transcritos dos questionários impressos para a plataforma Google Forms, separados por Feira, e após a extração das planilhas, foram tabulados e verificados em planilha eletrônica Excel, e unidos novamente em um banco de dados geral, de acordo com a metodologia de compilação, decomposição e recomposição de dados proposta por Yin (2016).

Todos(as) as participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) de acordo com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa e receberam uma cópia dele. O Quadro 16 traz algumas informações acerca da coleta de dados, e de algumas características gerais das feiras analisadas.

Quadro 16 – Características gerais da coleta de dados e das experiências analisadas.

Nome da Feira	Ano de criação	Quando acontece a feira	Número de entrevistadas/os	Data da coleta de dados
Feira Livre de Divino	+ de 40 anos (sem uma data específica de criação), com intervenção da Prefeitura Municipal e	Todos os sábados pela manhã, no Centro de Divino	10	27/04/2024

da Emater desde 2006				
Feira Livre de Espera Feliz	1998	Todos os sábados pela manhã, na Praça da Bandeira	27	22/06/2024
Feira Orgânica Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânico	Ano de surgimento: 2010 Data de criação do estatuto: 12 de novembro de 2013	Todos os sábados pela manhã, na Praça Bom Pastor	3	23/03/2024
Feira Agroecológica de Muriaé	30 de outubro de 2018	Todos as quartas-feiras pela manhã, na Praça do Trabalhador e na Praça São Paulo	11	10/04/2024
Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário	2016	Todas as quartas-feiras, ao final da tarde, na Sede do Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Viçosa (APUV)	12	21/08/2024
Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Paula Cândido	2021	Todos os sábados pela manhã, na Praça Central	10	09/03/2024

Fonte: da autora.

Ao todo, foram aplicados 73 questionários estruturados com feirantes das seis experiências analisadas. Destas, 44 são mulheres (60,3%), e 29 são homens (39,7%).

Para análise de caracterização geral das mulheres nas feiras, utilizaremos os 44 questionários respondidos por elas. Para a descrição das atividades por gênero na unidade familiar e nos espaços de comercialização, faremos uma análise comparativa, acerca das respostas das mulheres e dos homens.

Para analisar a importância da participação das mulheres nos espaços de comercialização, utilizaremos as respostas de todos os questionários aplicados (homens e mulheres). Por fim, para análise do acesso a políticas públicas e projetos/programas formativos específicos para mulheres, utilizaremos os questionários respondidos por elas.

Os resultados estão organizados em três subtópicos. O primeiro traz um panorama geral da caracterização das mulheres que participam das feiras. O segundo realiza a descrição das atividades por gênero na unidade familiar e discorre sobre questões de comercialização e decisões acerca da produção e da renda. Por fim, o terceiro subtópico caracteriza o acesso a políticas públicas específicas para mulheres e o acesso a participação de em processos de formação específicos para mulheres.

#### 5.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação das mulheres agricultoras nas experiências analisadas é algo evidente mediante a observação destes espaços de comercialização. As mulheres agricultoras representam 60,3% das pessoas que compõem as seis feiras analisadas.

Destas, 62% são mulheres brancas, 27% pardas e 11% são pretas, com idades que variam entre 16 e 72 anos. A tabela (Tabela 1) a seguir traz a porcentagem de participantes nas feiras, de acordo com as suas idades.

Tabela 1 – Porcentagem de idade das feirantes.

Menor que 20	2,3%
20 a 30	4,7%
30 a 40	18,6%
40 a 50	20,9%
50 a 60	30,2%
60 a 70	20,9%

---

70 a 80

2,3%

---

Fonte: da autora.

Pode-se perceber uma marcante presença de mulheres de 40 a 70 anos de idade, em especial na faixa dos 50 – 60 de idade (30,2% das participantes). Da mesma forma, percebe-se que grande parte delas possui o ensino fundamental incompleto (28,6%) ou fundamental completo (26,2%), especialmente as que possuem entre 40 e 60 anos (20,9% possuem fundamental incompleto e 14% completo). Este cenário corrobora a realidade rural de Minas Gerais, onde 43,6% possuem o antigo “primário” e 20,2% possuem o fundamental completo (IPPDS, 2021).

Evidencia-se, desta forma, a importância das feiras para a promoção de trabalho e renda para pessoas normalmente marginalizadas em mercados convencionais (Freitas et al., 2024). Ainda assim, se observa uma baixa participação de mulheres autodeclaradas pretas, o que está relacionado a necessidade de fomentar ainda mais a participação destas mulheres, tanto nos espaços de comercialização, quanto na direção de unidades familiares. De acordo com o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado em 2017 (IBGE, 2017), apenas 7,3% dos estabelecimentos agropecuários em Minas Gerais são dirigidos por pessoas pretas, incluindo homens e mulheres (IPPDS, 2021).

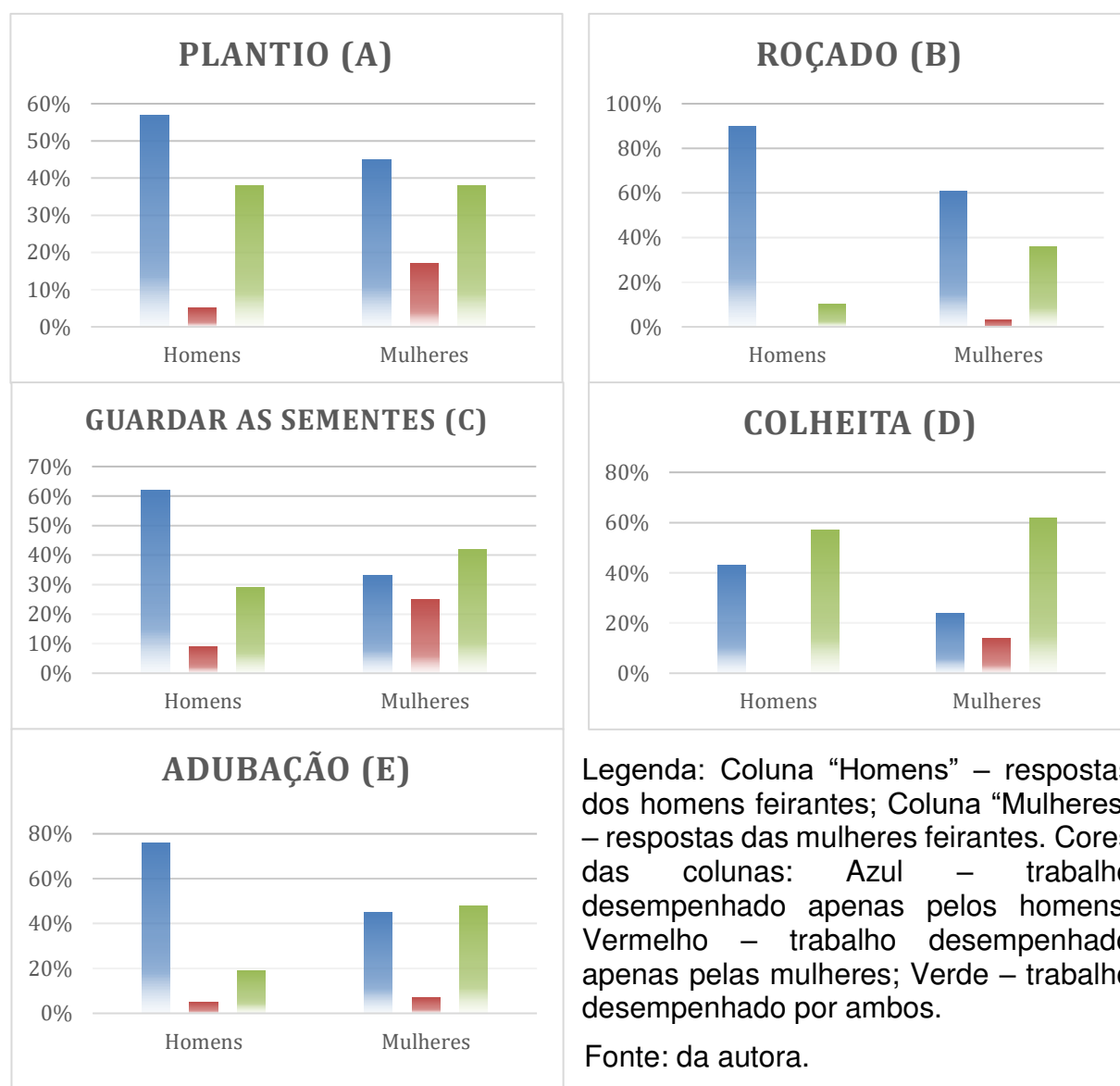
Na grande maioria dos casos, apenas duas (43,1%) ou três (20,8%) pessoas trabalham na unidade produtiva, o que evidencia a característica da agricultura familiar. As respostas de maneira geral se referiam à família como os(as) trabalhadores(as) mulher/homem e seus respectivos companheiros, e filhos(as) ou parentes (quando três pessoas).

Neste sentido, pode-se perceber um perfil majoritário de mulheres casadas e/ou com filhos, o que reflete diretamente nos trabalhos de cuidado e reprodução social (Hererro, 2016). Este perfil, conseqüentemente, gera influência nas respostas relacionadas a descrição das atividades realizadas na unidade familiar apresentadas a seguir.

#### 5.4.1 Descrição das atividades nas feiras e na unidade familiar

As mulheres agricultoras estão em todos os espaços de trabalho na unidade familiar e produtiva, sozinhas ou com os homens. No plantio, no roçado, na adubação, na colheita, guardando sementes. Na Figura 41, observa-se a importância de sua participação nestes diferentes espaços.

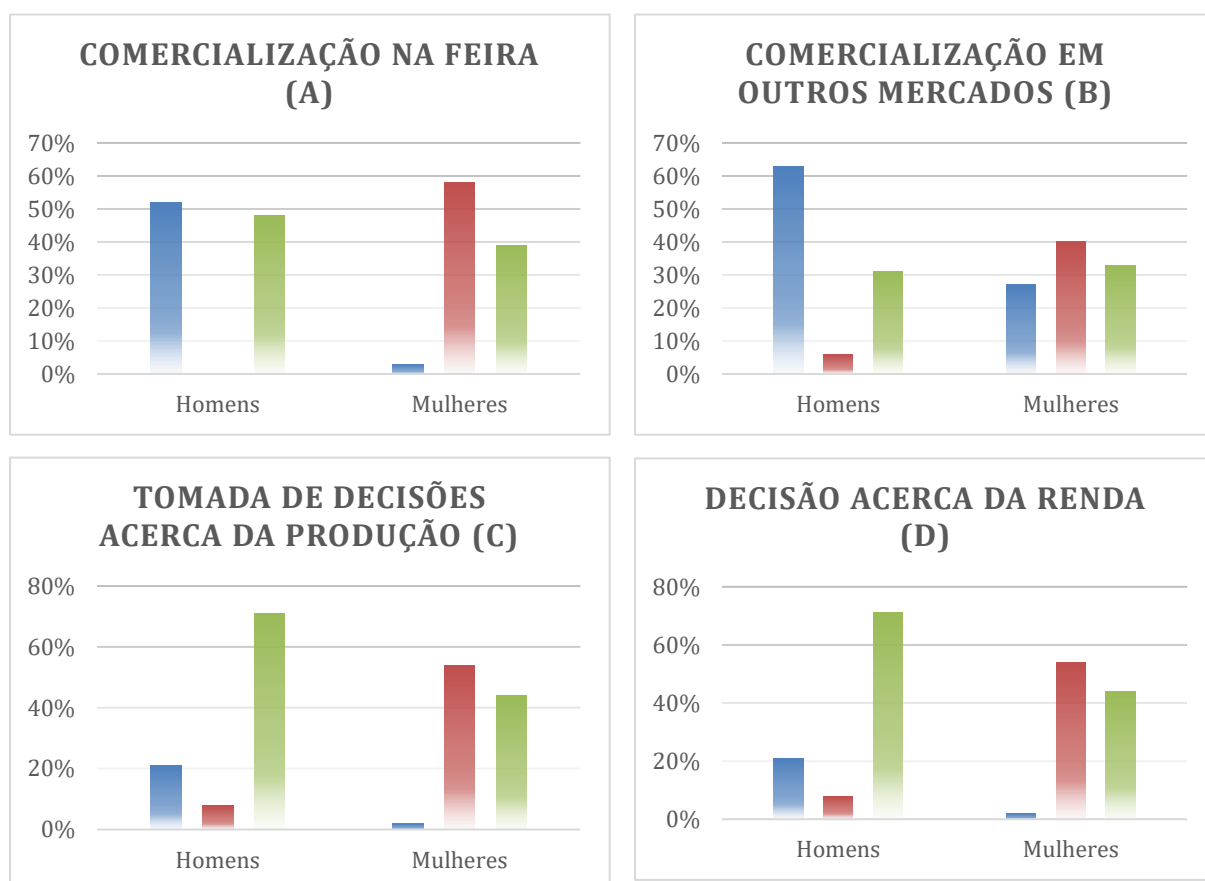
Figura 41. Descrição comparativa das atividades agrícolas por gênero, com base nas respostas dos homens e mulheres, no plantio (a), roçado (b), guardando sementes (c), na colheita (d) e na adubação (e).



Percebemos a participação de ambos como a mais frequente nas frentes de trabalho da adubação (48%), da colheita (62%), guardando as sementes (42%). Da mesma forma, as mulheres aparecem com mais frequência atividades de guardar

sementes (25%), no plantio (17%) e na colheita (14%). Embora as respostas mostrem que existe uma prevalência de duas pessoas trabalhando na unidade produtiva, ainda assim os homens não reconhecem ou reconhecem pouco o trabalho das mulheres em diversas atividades da propriedade.

*Figura 42 - Descrição comparativa das atividades por gênero, com base nas respostas dos homens e mulheres, relacionadas a comercialização na feira (a), em*



*outros mercados (b), na tomada de decisões acerca da produção (c) e acerca da renda obtida (d).*

Legenda: Coluna “Homens” – respostas dos homens feirantes; Coluna “Mulheres” – respostas das mulheres feirantes. Cores das colunas: Azul – trabalho desempenhado apenas pelos homens; Vermelho – trabalho desempenhado apenas pelas mulheres; Verde – trabalho desempenhado por ambos.

Fonte: da autora.

As mulheres são responsáveis pela comercialização nas feiras (58%) e em outros mercados (40%) e, conseqüentemente, se responsabilizam pelas decisões acerca da produção (54%) e renda obtida na feira (54%) (Figura 42). Isto se dá muito provavelmente devido a diversidade de alimentos que são produzidos por elas

primordialmente para o autoconsumo familiar e da comunidade, e conseqüentemente, por estarem majoritariamente como responsáveis destes espaços, a decisão sobre a renda na maioria dos casos fica com elas.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, de acordo com a análise de Nobre e Moreno (2024), indica um aumento da renda média das mulheres rurais em 14%, aumento este maior do que em comparação as mulheres urbanas ou não rurais (7,5%), com os homens rurais (6%) e urbanos ou não rurais (0,5%).

Uma das hipóteses levantada pelas autoras para explicar este aumento é rearranjo dos circuitos curtos de comercialização necessário devido a Pandemia de Covid-19, que obrigou as mulheres a buscarem alternativas coletiva de venda, sobretudo a mercados institucionais (Nobre e Moreno, 2024). Estes circuitos, como exemplo as feiras, pela participação e protagonismo das mulheres podem ter contribuído para o aumento desta renda média e da mesma forma, para a participação das mulheres na tomada de decisões acerca do uso da renda obtida nas feiras.

Contudo, é importante expressar a relevância da resposta da responsabilidade ser familiar – *ambos* - 71%, tanto sobre a produção, quanto sobre a renda, sobretudo por estas respostas partirem principalmente dos homens (Figura 42). Isso pode estar relacionado ao machismo estrutural estabelecido nas relações patriarcais, sobretudo em meio rural (Paulilo, 2016).

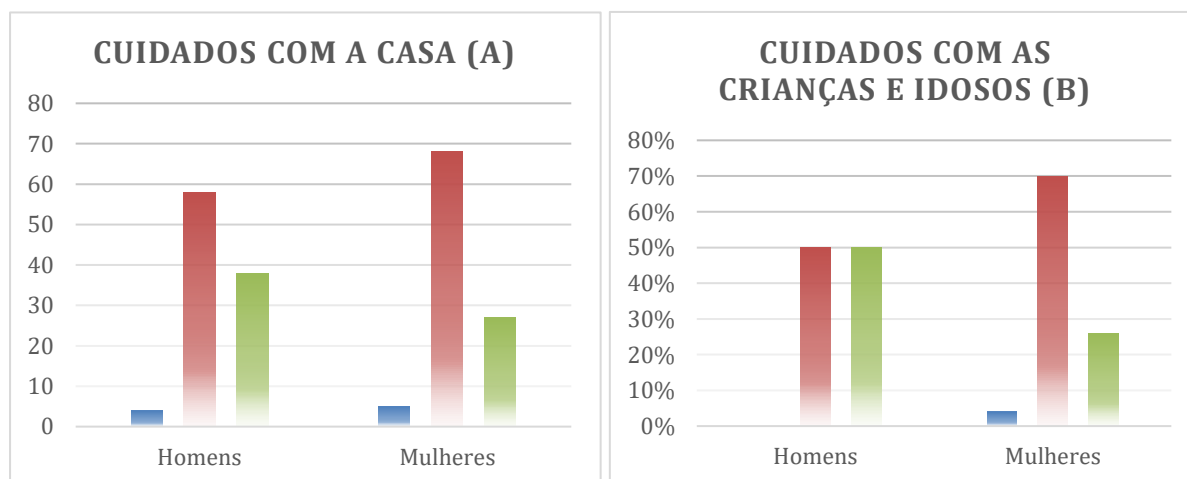
Este resultado reflete o estudo de Herrero (2016) que salienta que graças as lutas das mulheres, é houve um aumento significativo delas em atividades remuneradas. Ainda assim, embebidas em relações patriarcais, pois este avanço “não tem sido acompanhado por uma distribuição equitativa do trabalho de cuidados com os homens” (Herrero, 2016, p. 149). Neste sentido, as mulheres tendem a assumir jornadas triplas de trabalho e a dedicar cerca de 10 horas a mais do que os homens para os trabalhos de cuidados, retrato este que pode ser observado tanto em meio urbano quanto em meio rural (IPEA, 2022).

As mulheres são a ponte e a mediação que permitem a transição da sociedade para a natureza de forma permanente. A sua contribuição é natural e ao mesmo tempo social. Seu trabalho permite a satisfação de necessidades individuais que só têm solução coletivamente. As mulheres têm sido o elo entre as pessoas e a natureza. São mediadores no parto (universal insubstituível) e na realização de tarefas de cuidado e atenção (perfeita e necessariamente distribuíveis entre homens e mulheres) (Herrero, 2016, p. 154).

Estes resultados são expressos quando questionadas(os) sobre quem é responsável pelas atividades de cuidados, com a casa e com crianças e idosos. Apoiada na ótica das mulheres (Figura 43), elas são responsáveis por 68% das tarefas de cuidados com a casa (a), e são responsáveis por 70% dos cuidados com as crianças e idosos (b). Neste cenário das respostas das mulheres, os homens sequer aparecem como únicos responsáveis pelas tarefas de cuidados.

A resposta *ambos*, tanto fundamentada na visão das mulheres quanto dos homens, aparece de maneira significativa nos cuidados com a casa e com as crianças e idosos (38 e 27% para homens e mulheres respectivamente, relacionado a casa, e 50 e 26% relacionado a crianças e idosos). Contudo, percebe-se a disparidade entre as respostas dos homens e das mulheres, sobretudo nos cuidados com as crianças e idosos. No caso das mulheres respondentes, com auxílio da observação participante, pode-se analisar que os homens, quando mencionados relacionados as tarefas de cuidado, eram descritos meramente como “ajudantes” das mulheres, sendo elas majoritariamente as responsáveis pelas tarefas.

Figura 43 – Descrição comparativa das atividades por gênero, com base nas respostas dos homens e mulheres, acerca dos trabalhos de cuidados com a casa (a) e com as crianças e idosos (b).



Legenda: Coluna “Homens” – respostas dos homens feiras; Coluna “Mulheres” – respostas das mulheres feirantes. Cores das colunas: Azul – trabalho desempenhado apenas pelos homens; Vermelho – trabalho desempenhado apenas pelas mulheres; Verde – trabalho desempenhado por ambos.

Fonte: da autora.

Para Carrasco (2009), a esfera do cuidado é crucial para definir as atividades de trabalho doméstico. Além de necessidade de cuidados para alimentação e

vestimenta, para cuidados com doenças e estabelecimento de bases educacionais, é fundamentada no cuidado que são criadas condições psíquicas e materiais para viver em sociedade. Para alcançar uma divisão sexual do trabalho justa, os trabalhos de cuidados devem ser estabelecidos enquanto eixo central da economia (Carrasco, 2009; Herrero, 2016).

Para que a economia capitalista ignore as condições de ecod dependência e interdependência em que a humanidade vive, as mulheres carregam em seus corpos e nos seus territórios as consequências ecológicas e sociais que sustentam esta ideia fictícia (Herrero, 2016). Já que é com auxílio das redes de relações que se possibilita construir uma realidade material. Neste sentido, deve-se desenraizar a ideia construída socialmente, muitas vezes vista como uma essência de que estes trabalhos de cuidados são naturalmente femininos. Se carece reconhecer e responsabilizar os homens da mesma maneira (Herrero; Cembranos; Pascual, 2011 apud Herrero, 2016).

Fundamentado em uma perspectiva de uma divisão sexual do trabalho justa e do reconhecimento dos trabalhos de cuidados para a reprodução social da vida e logo para a economia que o trabalho das mulheres deixa de ser invisibilizado, podendo gerar uma menor sobrecarga para elas. Esta possibilidade também pode gerar um aumento da participação das mulheres nos espaços da agroecologia e, conseqüentemente, na implementação de práticas de incremento de biodiversidade nos agroecossistemas, o que contribui para o equilíbrio ecológico das práticas agrícolas (Cardoso et al., 2019).

A agroecologia, por ter um caráter que busca a transformação da sociedade, deve pautar como eixo central “o combate às desigualdades entre homens e mulheres no meio rural [...] e o combate às relações de poder entre gerações e entre diferentes grupos étnicos e raciais” (Siliprandi, 2009, p.150).

As feiras representam esta possibilidade de as mulheres saírem da esfera privada da unidade familiar, relacionada ao isolamento, e fazer parte “um espaço de socialização e entretenimento, onde elas se divertem, se sentem bem, fazem amizade, estabelecem vínculos e criam redes de apoio mútuo e solidariedade com outras mulheres” (Bezerra et al., 2019, p. 86).

As mulheres podem ser consideradas protagonistas das feiras, tanto na participação, quanto na organização, mesmo sem haver uma articulação de organização, política pública e/ou estímulo para que estas mulheres comercializem. É assentada nesta perspectiva que se evidencia a importância de construir políticas públicas específicas para as mulheres (Siliprandi, 2015; Castro et al., 2024).

Isso é expresso com base nos resultados da pesquisa, que ilustram que dentre os principais motivos que aparecem acerca da importância da participação das mulheres nas feiras, destaca-se a autonomia financeira, o bem-estar pessoal e a possibilidade de participação social e política que as feiras podem promover. O subtópico a seguir nos traz algumas informações acerca do acesso das feirantes a políticas públicas e a projetos formativos para as mulheres.

#### *5.4.2 Acesso a políticas públicas e processos formativos*

As políticas públicas envolvem diferentes atores em distintas posições sociais e, embora sejam materializadas frente o Estado, podem e devem contar para sua construção e implementação com a sociedade civil e os movimentos sociais. Estas políticas são ações estratégicas e intencionais, com objetivos bem delimitados e com impactos de curto, médio e longo prazo (Souza, 2006).

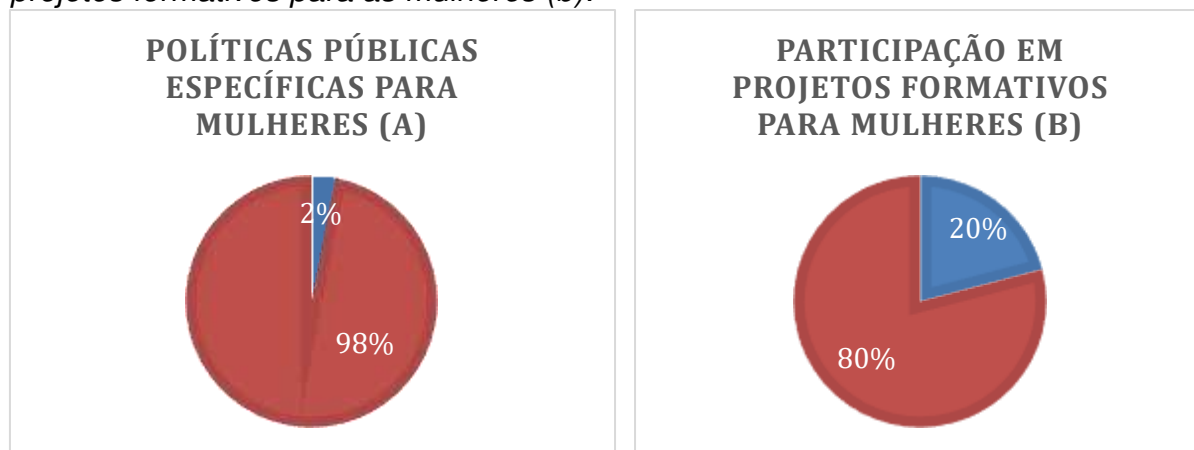
Como salientam Grisa et al. (2017) e Nobre e Moreno (2024), ao longo das últimas décadas, diversas políticas foram formuladas para valorização e fortalecimento da agricultura familiar, até então inéditas para o setor. Ainda que de forma lenta, porém gradualmente, essas políticas passaram a incluir as mulheres agricultoras como beneficiárias, como exemplo “acesso à documentação, ao crédito, à assistência técnica e extensão rural e às compras públicas, em especial pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)” (Nobre; Moreno, 2024, p. 2).

A Figura 44 indica o acesso das mulheres que participam das feiras analisadas a políticas públicas específicas para elas (a) e a participação em projetos formativos (b). O cenário nacional indica de maneira positiva o crescimento da participação das mulheres enquanto responsáveis pelos estabelecimentos rurais (de 12,7%, em 2006, para 946 mil ou 18,7%, em 2017, de acordo com o Censo Agropecuário, 2017). Embora, isso de fato seja um ponto significativo, as mulheres participantes das feiras

possuem um acesso extremamente limitado a políticas e projetos formativos (Figura 40).

O acesso às políticas públicas específicas para mulheres foi identificado em apenas 2% dos casos nas feiras analisadas. A política em questão acessada pela agricultora trata-se do Auxílio Maternidade, benefício destinado a mulheres que deram à luz, pago pela previdência social do INSS (Agência Gov, 2024). Embora a política seja um importante direito conquistado pelas mulheres rurais e não rurais, ainda assim, este dado corrobora o fato de que as mulheres feirantes não acessam e/ou têm dificuldades de acessar uma política pública voltada para promoção, financiamento e fortalecimento da sua produção.

*Figura 44 – Acesso a políticas públicas específicas para as mulheres (a) e a projetos formativos para as mulheres (b).*



Legenda: Azul – acessa e/ou já acessou; Vermelho – Não acessa e/ou nunca acessou.

Fonte: da autora.

A forma de acesso a este benefício, assim com outros de seguridade social (como aposentadoria e auxílio-doença, por exemplo) é através do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O histórico do acesso a este documento pelas mulheres é de muitas dificuldades, haja vista que, a antiga DAP era que garantia o enquadramento enquanto agricultora familiar. A DAP se baseava de acordo com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, para o acesso a crédito subsidiado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). E, como normalmente a produção das mulheres é voltada para o

autoconsumo, com uma alta diversidade, muitas vezes não eram vistas como com aptidão para o acesso a crédito (Nobre; Moreno, 2024).

Com o CAF, novos desafios surgem frente ao acesso a estas políticas para as mulheres. Para se ter acesso ao documento, é necessário, por exemplo, a documentação que comprove a propriedade da terra, uma área mínima de propriedade, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a emissão nos últimos três anos de nota de produtora (Nobre; Moreno, 2024). Contudo, as autoras relataram que o acesso ao cadastro poderia fazer com que elas perdessem outro benefício de extrema importância para renda, o Bolsa Família, algo que impacta diretamente as mulheres (Nobre; Moreno, 2024).

No mesmo sentido, o acesso a projetos e programas formativos específicos para mulheres se mostrou baixo entre as feirantes, onde apenas 20% acessam ou já acessaram estes espaços (Gráfico 4). Aqui entendemos estes espaços como locais que propiciam, através da articulação coletiva, a autonomia financeira, política e social das mulheres. As atividades mencionadas pelas que acessam esses projetos/programas formativos estão majoritariamente relacionadas a grupos, encontros e movimento de mulheres, mobilizados por associações, sindicatos ou cooperativas das quais as agricultoras fazem parte, e a anotação e acompanhamento das Cadernetas Agroecológicas.

Como já mencionado neste trabalho, na Zona da Mata Mineira, o movimento de mulheres é construído em consonância com o movimento agroecológico no território (Campos et al., 2024). E este movimento é estreitamente relacionado com os sindicatos de trabalhadoras(es) rurais, logo, com as associações e cooperativas da agricultura familiar. A luta de reconhecimento das mulheres enquanto agricultoras parte da luta sindical no território, principalmente objetivando o reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, o acesso a direitos como aposentadoria, acesso a comercialização e demais políticas públicas.

O movimento é articulado entre os diferentes municípios que o compõem, e se organiza baseado nas demandas das mulheres (Campos et al., 2024). Como exemplo das atividades, destaca-se o Programa de Formação Feminismos e Agroecologia

(PFFA)<sup>19</sup>, promovido em 2024, com a coordenação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em parceria com o curso de Licenciatura em Educação do Campo (Licena) da UFV.

As Cadernetas Agroecológicas por sua vez, igualmente desenvolvidas pelo CTA-ZM, é um instrumento político pedagógico elaborado para que, de forma simples e de fácil compreensão, seja possível mensurar, visibilizar o trabalho das agricultoras agroecológicas e contribuir para a promoção da sua autonomia política, social e financeira (Jalil; Cardoso; Rody, 2015). O instrumento parte da visão de que o conhecimento agroecológico é um processo que deve, ou deveria, acontecer de forma horizontal, que potencialize a visibilidade e o reconhecimento das mulheres agricultoras como um elemento-chave na construção do conhecimento e no processo de transição agroecológica.

O trabalho com as Cadernetas teve como ponto de origem os questionamentos referentes as bases da economia hegemônica, que considera parte da economia apenas as atividades que geram valores monetários. E não levam em conta todas as atividades que não têm relação com o mercado, porém que cumprem o papel de gerir o núcleo familiar e fortalecer a comunidade (Herrero, 2016; Jalil et al., 2021).

A caderneta é um eficiente instrumento que acompanha e valoriza a produção relacionada as mulheres, que por conta do mercado é invisibilizada, mas que representa tudo que é destinado ao autoconsumo, as trocas, as doações e as vendas de produtos. Dessa, esse acompanhamento permite visualizar o trabalho fundamental das mulheres com o cuidado com a natureza e com a preservação da sociobiodiversidade, de fortalecimento das relações socioeconômicas, e da garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias (Jalil et al., 2021).

Com base nestes resultados, é possível evidenciar o potencial individual social e político que estes projetos possuem em fomentar a autonomia das mulheres. Ainda assim, são poucas as feirantes que possuem acesso (ou já acessaram) essas atividades. Da mesma forma, praticamente nenhuma acessou uma política pública específica para elas de financiamento ou fomento de práticas agrícolas. Os dados

---

<sup>19</sup> O programa teve como objetivo “potencializar a presença das jovens como sujeitos políticos nas organizações e movimentos sindicais e sociais na Zona da Mata mineira” (Campos et al., 2024, p. 2).

elucidam a importância de ações e políticas em articulação com os territórios que garantam os direitos das mulheres rurais e o seu acesso à terra e a crédito. Da mesma forma, por serem espaços de manifestação cultural, para além da comercialização, as feiras podem estimular a criação de espaços que discutam a divisão sexual justo do trabalho e de organizações coletivas de mulheres.

## **5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Alicerçada na participação e protagonismo das mulheres nas feiras, podemos entender que estes espaços representam uma possibilidade de socialização, articulação política, e de fomento de práticas agroecológicas nos territórios. Da mesma forma, por sua maior participação e responsabilidade acerca da comercialização nas feiras, as mulheres possuem um maior protagonismo na gestão financeira da renda familiar, cenário este que vem crescendo ao longo das décadas de luta das mulheres em defesa de seus direitos. Ainda assim, é importante estimular a participação das mulheres, especialmente as mulheres pretas, nestes espaços de comercialização, possibilitando ferramentas que garantam o seu acesso.

Dado estas potencialidades, estes espaços podem ser considerados como mais um trabalho realizado por estas mulheres, o que pode contribuir para uma sobrecarga de tarefas, considerando que estão em todas as atividades relacionadas a produção de alimentos na unidade familiar. Para além, são responsáveis majoritariamente pelos trabalhos de cuidado com a casa e com as crianças e idosos, essenciais para a reprodução social da vida.

Destaca-se a importância de promoção de políticas públicas voltadas a produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos produzidos pelas mulheres, com o objetivo de incentivar práticas agroecológicas desempenhadas por elas, e conseqüentemente sua autonomia financeira e política, e a distribuição de alimentos de base ecológica. Da mesma forma, é necessário o fomento de projetos e programas formativos para as mulheres, com o objetivo de incentivar sua participação política e social.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Saiba as diferenças entre salário maternidade urbano e o rural. 2024. Disponível em: < <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/saiba-asdiferencas-entre-salario-maternidade-urbano-e-rural>>. Acesso em 24 de janeiro de 2025.

ALTIERI, Miguel. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 1º ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

ALVARENGA, Camila. TELLES, Liliam. FREITAS, Alair Ferreira de; CASTRO, Nayara Lopes de; BRAGA, Cícero. Refletindo sobre o protagonismo econômico das mulheres agricultoras: uma perspectiva substantiva. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (Orgs.). Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, 192p.

BEZERRA, Antonia Geane Costa; MONTIEL, Marta Soler; ROCES, Irene García; ZARZAR, Andrea Lorena Butto. Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laeticia; TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; WEITZMAN, Rodica. Guia metodológico da caderneta agroecológica. Recife: FIDA, 2019.

CARDOSO, Irene Maria. FERRARI, Eugênio Alvarenga. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória da interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. Revista Agricultura, V. 03, Nº 04, 2006.

CARRASCO, Cristina. Mujeres, sostenibilidad y deuda social. Revista de Educación, número extraordinário, Madrid, 2009.

CASTRO, Gisele Ferreira; CASTRO, Nayara Lopes de; FREITAS, Isabela Fedes de; DIAS, Indyra; NEVES, Daniel. Autonomia política e econômica: a experiência das agricultoras de Viçosa-MG a partir das Cadernetas Agroecológicas e da Campanha Periferia Viva. Cadernos de Agroecologia – ISSN2236-7934 – Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - v.19, n.1, 2024.

COSTA, Bianca Lima; PADILLA, Mamen Cuéllar. Circuitos curtos de comercialização e agroecologia: experiências da Brasil e da Espanha. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 25, n. 4, e2544114, out./dez. 2024.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 21° Ed. 2002.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio; ALENCAR, Maria de Cleófas Faggion; ABREU, Lucimar Santiago. Redes alimentares alternativas e novas relações produção – consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade* n São Paulo v. XIX, n. 2 n p. 1-22 abr.-jun. 2016.

EMBRAPA. Observatório das Mulheres Rurais do Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil>>. Acesso em 26 de setembro de 2023.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; RODRIGUES, Natália Barbosa. Características sociodemográficas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários em regiões empobrecidas: o caso da Zona da Mata Mineira. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS* - v.19, n.2, abr./jun. 2022.

FRANÇA FILHO, G. C. Documento de trabalho - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia. Detalhamento dos instrumentos no Guia Metodológico. Salvador. ITES/UFBA, 2019.

FREITAS, Isabela Fredes; PAULA, Eunice Bueno Barbosa; PEREIRA, Nayara Cristina; SANTOS, Sashia; OLÍDIA, Camila; COSTA, Bianca Aparecida Lima. Sentidos atribuídos ao bem viver: um estudo de caso sobre a Feira da Troca de Saberes na Universidade Federal de Viçosa. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

GLIESMAN, Stephen R.; GUADARRAMA-ZUGASTI, Carlos; MENDEZ, V. Ernesto; TRUJILLO, Laura; BACON, Christopher; COHEN, Roseann. *Agroecología: un enfoque sustentable de la agricultura ecológica: ¿qué es la agroecología?* Lectura N°2-1 Del Modulo de Trabajo Personal: Programa Interuniversitario Oficial Posgrado, 2002.

GRISA, Catia; KATO, Karina Yoshie Martins; FLEXOR, Georges Gérard; ZIMMERMANN, Silva Aparecida. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2017.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MONTIEL, Marta Soler; HERNÁNDEZ, David Gallar; SÁNCHEZ, Isabel Vara; COLLADO, Ángel Calle. *Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía*. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces. 2012.

HERRERO, Yayo. Economía feminista y economía ecológica, el diálogo necessário y urgente. Revista de Economía Crítica, nº22, segundo semestre 2016.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. A economia solidária e as trajetórias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. Sempreviva Organização Feminista (SOF): Debates Feministas, nº03, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, IBGE. Censo Agro, 2017. Disponível em: < <https://censoagro2017.ibge.gov.br> >. Acesso em outubro de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça. Trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Dados de 2022. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado/apresentacao>>. Acesso em 24 de janeiro de 2025.

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IPPDS). Um novo retrato da Agricultura Familiar do estado de Minas Gerais: a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. Viçosa: MG, UFV, 2021.

JALIL, Laetícia; CARDOSO, Elisabeth; RODY, Thalita. As Cadernetas Agroecológicas e a construção do saber feminista. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (Orgs.). Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

Lei Nº 23.207 de 27 de dezembro de 2018. Institui o Polo Agroecológico de Produção Orgânica na Região da Zona da Mata. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23207/2018/>>. Acesso em 31 de dezembro de 2024.

Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 31 de janeiro de 2025.

MARÇAL, Katrine. O lado invisível da economia: uma visão feminista. São Paulo: Alaúde Editorial, 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Agricultura Familiar. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>>. Acesso em 14 de outubro de 2023.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; MOURA, Iracema Ferreira de; MATTOS, Luciano Mansor de; ÁVILA, Mário Lúcio de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; SILVA, Ana Paula Moreira da. A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2017.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDRI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SÁNCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga; CATAFORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma. (Coords). Agroecologia em Femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz: Socla, 2018.

NASCIMENTO, Daniela Viegas da Costa; SILVA, Jaqueline Araújo; PINTO, Marcelo de Rezende; MESQUITA, Maytê Cabral. Quando orgânico se torna “rótulo”: discussões críticas sobre consumo e agroecologia a partir de um empreendimento de economia solidária. Estudos Sociedade e Agricultura, v.26, n.3, 2018.

NOBRE, Miriam. Cadernetas Agroecológicas como metodologia da economia feminista. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (org.). Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

NOBRE, Miriam. La perspectiva feminista sobre la soberanía alimentaria. In: Sempre Viva Organização Feminista (SOF). Em busca de la igualdad: textos para acción feminista. São Paulo: SOF, 2013.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata. O trabalho e a autonomia econômica das mulheres agricultoras: tensões e desafios na construção de políticas públicas. Revista Ciências do Trabalho, n. 25, 2024.

OLIVEIRA, Jannah Bruna Miranda de; FREITAS, Karine Pereira de; SILVA, Luiza Carolina da; SILVA, Luana Cristine; SILVA, José Claudivam da; JALIL, Laetícia. Mulheres e Agroecologia: construindo saberes, sujeitos e autonomia. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no 1, 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), BRASIL. Mulheres rurais têm papel central na alimentação mundial. Publicado em outubro de 2021. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/151824-mulheres-rurais-têm-papel-central-na-alimentação-mundial> >. Acesso em 14 de outubro de 2023.

OROZCO, Amaia Perez. Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Traficantes de Sueños, Mapas, 2019.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ASSUNÇÃO, Wanessa Marinho; RIBEIRO, Adriana Aparecida de Moraes; GOMES, Renata de Souza; CARDOSO, Irene Maria. Polo agroecológico e de produção orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais. Cadernos de Agroecologia – ISSN2236-7934-Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - v.19, n.1, 2024.

PAULILO, Maria Ignez. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 2016.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. Sociologias, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Compus, 2º ed. 2000, 337 p.

RODY, Thalita. TELLES, Liliam (Orgs.). Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (Orgs.). Circuitos curtos de comercialização e inovação social (livro eletrônico). Florianópolis, 2021.

SCHNEIDER, Sérgio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. Revista Redes (St. Cruz do Sul. Online). Vol. 21, N° 3, p. 11-33, set.-dez. 2016.

SHIVA, Vandana. Quién alimenta el mundo: el fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología. Madrid: Capitan Swing, 2017.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutoramento em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no programa de aquisição de alimentos (PAA). Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, Vol. 18, N° 2, 12-32, 2011.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Márcio Gomes da. Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz/MG. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

SILVA, Márcio Gomes; SANTOS, Marcelo Loures dos. A prática educativa dos movimentos sociais na construção da agroecologia. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 7, n. 2, p. 263-282, jul./dez. 2016.

SILVA, Mylena; SILVA, Luana; SILVA, Luiza; SILVA, Thayná; FREITAS, Karine; JALIL, Laeticia. Importância das feiras agroecológicas para as mulheres e para a construção da agroecologia. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N°1, Jul, 2018.

SOLER, Marta; CALLE, Àngel. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía. In: SOLER, Marta (Coord.) et al. Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2010, p. 258-283. (PH Cuadernos).

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45.


TELLES, Liliam. ALVARENGA, Camila. As cadernetas Agroecológicas: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras no Brasil. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (Orgs.) Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

TELLES, Liliam. Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2018.

UENO, Vanessa A.; NEVES, Marcos C.; QUEIROGA, Joel L. de; RAMOS FILHO, Luiz O.; OLIVEIRA, Larissa P. Estratégias de comercialização da Agricultura Familiar: estudos de caso em assentamentos rurais no estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO UNIARA-NUPEDOR, 7., 2016, Araraquara. Anais... Araraquara: UNIARA, 2016. p. 1–14.

Yin, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.

## ANEXO I – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO – FEIRANTES

	<p>Projeto “<b>Agroecologia e sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização</b>”</p>
---	---

### ROTEIRO – QUESTIONÁRIO - FEIRANTES

Nome	
Gênero	Idade
Cidade	Raça/Etnia: ( ) Preta ( ) Parda ( ) Branca
Contato	( ) Amarela ( ) Indígena
Grau de escolaridade	( ) Sem instrução formal ( ) Ensino fundamental completo, ( ) Ensino fundamental incompleto, ( ) Médio completo ( ) Médio incompleto, ( ) Superior completo (curso), ( ) Superior incompleto (curso) ( ) Pós-Graduado
Relação com a iniciativa:	
E-mail:	
Mídias Sociais da Iniciativa:	
Telefone	

### DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

- O que você produz ? ( ) Artesanatos ( ) Hortifruti ( ) Alimentos processados ( ) Outros
- Descreva os produtos:
- Desde que ano comercializa na feira/ou há quantos meses ? Ano 20\_\_\_\_\_
- Conhece como a feira foi criada? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, poderia nos contar?
- Participou desta criação? ( ) Sim ( ) Não
- Quais os principais organizadores/apoiadores da feira? ( ) Prefeitura ( ) Emater ( ) Universidade e/ou Instituto Federal ( ) Associação, sindicato ou cooperativa de agricultores(as) ( ) ONG (explicar/dar exemplos) ( ) Consumidores(as) ( ) Outros:  
\_\_\_\_\_
- Precisou cumprir algum critério para participar da feira ? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual?
- Participa diretamente da organização da feira? ( ) Sim ( ) Não  
Se sim, de que forma? ( ) Coordenação ( ) Reuniões ( ) Comissões ( ) Outros:
- Na sua opinião, como são tomadas as decisões da feira? ( ) Apenas uma pessoa decide. Quem? \_\_\_\_\_ ( ) Poucas pessoas decidem. Quem? \_\_\_\_\_ ( ) Todos os feirantes decidem coletivamente.
- Como você percebe as relações entre os membros da feira de forma geral?

( ) Individualistas ( ) Cooperativas

11. Recebe algum tipo de apoio para além da feira? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, de quem? ( ) Prefeitura ( ) Emater ( ) Universidade e/ou Instituto Federal ( ) Associação,

sindicato ou cooperativa de agricultores(as) ( ) ONG (explicar/dar exemplos) ( ) Consumidores(as) ( ) Outros?

De que forma? \_\_\_\_\_

12. Participa de algum empreendimento ou organização? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual/is? ( ) Cooperativa ( ) Associação ( ) Outros

13. Tem o hábito de fazer doação ou troca dos produtos na feira? ( ) Sim ( ) Não

14. Você tem consumidores(as) fixos(as) (compram sempre? ( ) Sim ( ) Não. Quantos em média?

15. Quantas pessoas, em média, consomem/compram seus produtos, por feira?

16. Os hábitos dos(as) consumidores(as) influenciam na sua forma de produzir seus produtos? ( ) Sim

( ) Não.

Se sim, como?

17. Quais as vantagens de participar da feira?

( ) Comercialização direta ( ) Organização coletiva ( ) Acesso a mais informações e trocas de

experiências/saberes ( ) Acesso a políticas públicas e recursos ( ) Autonomia na produção ( )

Contato com os consumidores(as) ( ) Outros

18. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela feira?

( ) Comercialização baixa ( ) Deslocamento ( ) Organização da feira ( ) Pouco envolvimento

dos feirantes na organização ( ) Outros \_\_\_\_\_

## **DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA**

19. Há quanto tempo trabalha com essa atividade? ( ) Sempre trabalhou \_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_ meses

20. A atividade desenvolvida na feira é a sua principal fonte de renda? ( ) Sim ( ) Não

21. Renda mensal da atividade exercida na feira ( ) Até um salário mínimo ( ) De um a dois salários mínimos ( ) De dois a três salários mínimos ( ) De três a cinco salários mínimos ( ) Mais de cinco

22. Possui algum desses documentos?

( ) CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar )

( ) DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

( ) Carteira de Artesã/ão ou algum documento similar?

( ) Não possui nenhum

23. Já acessou ou acessa alguma política pública? ( ) PAA ( ) PNAE ( ) Pronaf ( ) Bolsa família ( ) Crédito fundiário ( ) Outras. Quais?
24. Quanto consegue escoar/vender sua produção na feira? ( ) até 25% ( ) até 50% ( ) até 75% ( ) até 100%
25. Precisou aumentar sua produção por conta da feira? ( ) Sim ( ) Não
26. Tem outros canais de comercialização? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, quais?

\_\_\_\_\_

( ) Entrega a domicílio ( ) Cooperativas ( ) Encomenda ( ) Lojas ( ) Grupos de consumo responsável ( ) Feira livre ( ) PAA ( ) PNAE ( ) Vendas online ( ) Outros: \_\_\_\_\_

27. Como são definidos os preços dos produtos?
- ( ) Faço pesquisa de preços ( ) Cálculo os custos e adiciono uma porcentagem em cima ( ) Coloco um valor que acho que meu produto vale ( ) Não faço nenhuma das anteriores, tenho dificuldade para definir preços ( ) Outros: \_\_\_\_\_
28. Quantas pessoas trabalham na atividade produtiva?
29. Há trabalho de pessoas que não sejam da família? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual a forma de remuneração? ( ) Salário mínimo ( ) Diarista ( ) Outras, quais? \_\_\_\_\_

### **Caso seja agricultor(a)**

30. Qual a forma de acesso à terra? ( ) Própria ( ) Arrendamento ( ) Assentamento ( ) Outro:
31. A terra/contrato está no nome de quem? \_\_\_\_\_
32. Qual o tamanho da propriedade (ha)? \_\_\_\_\_
33. Qual o tamanho da área produtiva (ha)? \_\_\_\_\_

### **Caso seja artesã(o)**

34. Porque escolheu esse tipo/estilo de artesanato?
- ( ) Família ( ) Financeiro ( ) Cultural ( ) Outros: \_\_\_\_\_
35. Já fez algum curso de especialização? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, quem promoveu? ( ) Prefeitura ( ) Emater ( ) Universidade e/ou Instituto Federal ( ) Associação, sindicato ou cooperativa de agricultores(as) ( ) ONG (explicar/dar exemplos) ( ) Consumidores(as) ( ) Outros? \_\_\_\_\_
36. Você se organiza coletivamente para produzir seus produtos, apenas para comercializar, ou para ambos? ( ) Produzir ( ) Comercializar ( ) Ambos

### **Caso produza alimentos processados**

37. Porque escolheu esse tipo/estilo de alimento?
- ( ) Família ( ) Financeiro ( ) Cultural ( ) Outros \_\_\_\_\_

38. Já fez algum curso de especialização? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, quem promoveu?  
 ( ) Prefeitura ( ) Emater ( ) Universidade e/ou Instituto Federal ( ) Associação, sindicato  
 ou cooperativa de  
 agricultores(as) ( ) ONG (dar exemplos) ( ) Consumidores(as) ( ) Outros
39. Possui os alvarás e licenças exigidas para sua produção? ( ) Sim ( ) Não. Se sim,  
 qual(is)?
40. Onde você produz? ( ) Cozinha de casa ( ) Agroindústria familiar ( ) Agroindústria  
 coletiva ( ) Cozinha coletiva ( ) Outros: \_\_\_\_\_

## **DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL**

41. Qual tipo de manejo realizado?  
 ( ) Convencional ( ) Sem Agrotóxico ( ) Em transição agroecológica ( ) Agroecológico  
 ( ) Orgânico
42. Caso produza orgânico ou agroecológico,  
 \*Caso produza orgânico/em transição/agroecológico:  
 Tem certificação? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual tipo de certificação ou mecanismo de  
 garantia? ( ) SPG (Sistema Participativo de Garantia) ( ) OCS (Organismo de Controle  
 Social) ( ) Auditoria
- O que levou a cultivar orgânico/agroecológico?  
 ( ) Saúde individual e/ou da família ( ) Preocupação com o meio ambiente ( ) Produção  
 é  
 mais rentável/valor agregado nos produtos ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 
- Quais são as vantagens?  
 ( ) Produtos mais saudáveis ( ) Valor agregado nos produtos ( ) Produção e manejo  
 sem uso de agrotóxicos ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- E os desafios?  
 ( ) Acesso a mercados/comercialização ( ) Conscientização dos consumidores ( )  
 Acesso à informação sobre insumos e práticas de manejo  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- Há quanto tempo produz produtos orgânicos/agroecológicos ou em transição/agro  
 ecológicos? ( ) A menos de um ano ( ) Entre 1 – 3 anos ( ) Entre 3 – 5 anos ( ) Mais  
 de 5 anos  
 ( ) Mais de 10 anos ( ) Mais de 15 anos ( ) Mais de 20 anos
43. Como você faz para definir o que vai produzir? (PROCESSADOS E HORTIFRUTI)  
 ( ) Produzo produtos da época - sazonais ( ) Escolho a partir dos meus hábitos  
 alimentares ( ) Escolho a partir dos hábitos dos consumidores ( ) Outros: \_\_\_\_\_
44. Onde você consegue a matéria prima para confecção de seus produtos? ( ) Eu  
 produzo toda minha matéria prima ( ) Eu compro de lojas especializadas ( ) Eu  
 reaproveito ( ) Eu reciclo ( ) Eu compro em lojas de atacado e varejo ( ) Internet ( )  
 Outros: \_\_\_\_\_

45. Quais são os tipos de embalagens que você utiliza para comercialização de seus produtos? ( ) Convencionais ( ) Biodegradáveis/compostáveis ( ) Reaproveitadas ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Dimensão de gênero

46. Quem trabalha na atividade produtiva? \_\_\_\_\_

47. Descrição das atividades na unidade produtiva por gênero

48. :

Plantio ( ) Homens ( ) Mulheres

Roçado ( ) Homens ( ) Mulheres

Adução ( ) Homens ( ) Mulheres

Colheita ( ) Homens ( ) Mulheres

Guardar as sementes ( ) Homens ( )

Mulheres Comercialização na feira ( ) Homens ( ) Mulheres

Cuidados da casa ( ) Homens ( ) Mulheres

Cuidados com crianças e idosos ( ) Homens ( ) Mulheres

Comercialização em outros mercados (por exemplo, caso produza café) ( ) Homens ( ) Mulheres

49. A decisão sobre o uso da renda obtida na feira fica com quem? ( ) Homem ( ) Mulher ( ) Família

50. Normalmente, quem toma as decisões acerca da produção (o que vai ser produzido, como vai ser produzido)? ( ) Homem ( ) Mulher

51. Acessa ou acessou alguma política pública específica para as mulheres? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual/is? \_\_\_\_\_

52. Participa de algum projeto formativo específico para mulheres? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual?

Quem promove? ( ) Prefeitura ( ) Emater ( ) Universidade e/ou Instituto Federal ( ) Associação,

sindicato ou cooperativa de agricultores(as) ( ) ONG (explicar/dar exemplos) ( )


Consumidores(as) ( ) Outros: \_\_\_\_\_

53. Na sua opinião, qual é a importância da participação das mulheres em espaços como os das feiras? ( ) Participação social e política ( ) Autonomia financeira ( ) Bem estar pessoal ( ) Outros: \_\_\_\_\_

54. Como é a participação das mulheres na feira?

\_\_\_\_\_

## ANEXO II – ROTEIRO ENTREVISTAS – LIDERANÇAS

	<p>Projeto “<b>Agroecologia e sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização</b>”</p>
---	---

### ROTEIRO – LIDERANÇAS/ORGANIZADORES

Nome		
Gênero	Idade	
Cidade	Raça/Etnia: ( ) Preta ( ) Parda ( ) Branca	
Contato	( ) Amarela ( ) Indígena	
Grau de escolaridade	( ) Sem instrução formal ( ) Ensino fundamental completo, ( ) Ensino fundamental incompleto, ( ) Médio completo ( ) Médio incompleto, ( ) Superior completo (curso), ( ) Superior incompleto (curso) ( ) Pós-Graduado	
Relação com a iniciativa:		
E-mail:		
Mídias Sociais da Iniciativa:		
Telefone		

### ORGANIZACIONAL (Sociopolítico)

1. Nome do empreendimento/feira/CCC:
2. Conte um pouco sobre o que é a iniciativa. (ano que surgiu, motivos da criação, organizações envolvidas).
3. A iniciativa é formalizada? ( ) SIM ( ) NÃO
4. Recebeu ou recebeu algum tipo de apoio/assistência? Qual tipo? Descreva. Recebeu algum tipo de subvenção, investimento? Se sim, qual(is)? A feira já conseguiu acessar alguma política pública (editais, outros)?
5. Quais os princípios e valores da iniciativa?
6. Existe alguma regra/critérios para participação de consumidores(as) e produtores(as)? Quais?
7. Quantas famílias participam da iniciativa?
8. Quais os tipos de pessoas que se envolvem na iniciativa? Descreva o perfil. Pessoas mais velhas, mais alternativas, famílias, estudantes...
9. Quantos homens e mulheres participam (incluindo apoiadores)? \_\_\_\_\_ Mulheres \_\_\_\_\_ Homens
10. Há muitas entradas e saídas de pessoas na iniciativa?
11. Qual a média de consumidores abarca a iniciativa?
12. Quais produtos são vendidos na feira/rede?

13. Tem produtos que vêm de outras iniciativas de CCC (cooperativas, associações, redes e etc)? Ou todos são produção própria? Qual percentual de fora, caso haja.
14. Há venda de produtos agroecológicos ou orgânicos? Se sim, há selos ou mecanismos de garantia (Quais)?
15. Se tem ideia da distância do abastecimento? De onde vêm os produtos? Há critérios em termos de quilômetros?
16. Existe equipe ou pessoal contratado para organização, divulgação e manutenção da feira? Descreva.
17. Possui regimento interno, regras de convivência ou estatuto? ( ) SIM ( ) NÃO
18. Quais os órgãos de decisão e gestão da iniciativa? Qual o procedimento para tomada de decisão? Há um planejamento conjunto das atividades?
19. Como avalia a participação dos envolvidos na iniciativa? As pessoas se sentem parte de um coletivo na sua avaliação?
20. Quais são as principais motivações das pessoas que participam (tanto produtores quanto consumidores)?
21. A iniciativa consegue absorver tudo que é produzido pelos produtores? quais outros canais são acessados?
22. A iniciativa gerou outras formas de organização, distribuição ou comercialização?
23. São realizadas ações de formação e/ou sensibilização promovidas pela iniciativa? Se SIM, cite alguns exemplos que foram feitos:
24. Os membros promovem processos de formação e socialização de tecnologias produzidas e utilizadas em seus processos de produção?
25. A iniciativa apoiou com assessoramento ou apoio econômico os produtores ou consumidores para a produção agroecológica ou orgânica?
26. Como os membros definem os preços? Há critérios ou acordos coletivos?
27. Quais os principais produtos que mais se consome na iniciativa?
28. Considera importante o uso e venda de produtos locais? Exemplos?
29. Os produtos frescos são exclusivamente de temporada? Se não, há discussões sobre este tema?
30. Há formas de trocas de bens e serviços sem utilização de dinheiro? Esta iniciativa é incentivada?
31. Se a iniciativa iniciou antes da pandemia, qual foi o impacto? Quais as adequações foram realizadas? Como se avalia?
32. Quais são as principais dificuldades da feira?
33. Quais as principais potencialidades/fortalezas?
34. Conhece iniciativas similares?
35. Participam com outras organizações em outras atividades?
36. Algo a acrescentar?

## **ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“Agroecologia e sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização”**. Nesta pesquisa pretendemos analisar os circuitos curtos de comercialização com intuito de compreender a abrangência, os benefícios socioeconômicos, ambientais e as inovações sociais presentes nas iniciativas envolvidas com o Polo Agroecológico Zona da Mata Mineira, visando subsidiar políticas públicas no campo da agricultura familiar, agroecologia e economia solidária no Estado de Minas Gerais. O motivo que nos leva a estudar a importância destes mercados para a agricultura familiar é a proposta de uma reconexão entre produção e consumo, com a valorização do local e das relações de proximidade, comumente denominadas como circuitos curtos de comercialização de alimentos. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: entrevistas que durarão 1 hora e 30 minutos em média. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em constrangimentos em relação às perguntas. A pesquisa contribuirá para visibilidade e elaboração de políticas públicas.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na sala 213 do

Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 10 anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, eles serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **Agroecologia e sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização**, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Bianca Aparecida Lima Costa  
Endereço: RAIMUNDO ALVES TORRES, 65 RAMOS – 103, VICOSA MINAS GERAIS CEP: 36570000  
Telefone: (31) 3899-1317  
E-mail: bianca.lima@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316 Email: cep@ufv.br www.cep.ufv.br

CIDADE EM QUE HOVE A COLETA, XXXX de XXXXX de 2024.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador